



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

LUÍS AUGUSTO BARBOSA QUARESMA

**DE IMIGRANTES NA AMAZÔNIA A NOBRES EM PORTUGAL: VISCONDE DE
MONTE REDONDO, VISCONDE DE PENEDO E VISCONDE DE NAZARÉ**

**BELÉM
2022**

LUÍS AUGUSTO BARBOSA QUARESMA

DE IMIGRANTES NA AMAZÔNIA A NOBRES EM PORTUGAL: VISCONDE DE MONTE REDONDO, VISCONDE DE PENEDO E VISCONDE DE NAZARÉ

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social da Amazônia desenvolvida sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

**Belém
2022**

LUÍS AUGUSTO BARBOSA QUARESMA

DE IMIGRANTES NA AMAZÔNIA A NOBRES EM PORTUGAL: VISCONDE DE MONTE REDONDO, VISCONDE DE PENEDO E VISCONDE DE NAZARÉ

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social da Amazônia desenvolvido sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Data da Defesa: 30 de setembro de 2022.

Conceito: _____

Baca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges – PPHIST/IFCH/UFGA
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Anna Carolina de Abreu Coelho – UNIFESSPA
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Daniel Souza Barroso – EAUFGA
(Examinador Externo)

Prof.^a Dr.^a Franciane Gama Lacerda – PPHIST/IFCH/UFGA
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci – PPHIST/IFCH/UFGA
(Examinadora Interna/Suplente)

**Belém
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

Q1i Quaresma, Luis Augusto Barbosa.
De Imigrantes na Amazônia a nobres em Portugal: :
Visconde de Monte Redondo, Visconde de Penedo e
Visconde de Nazaré / Luis Augusto Barbosa Quaresma. —
2022.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria de Nazaré dos Santos
Sarges
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2022.

1. Migração Portuguesa. 2. Amazônia. 3. Belle
Époque. 4. Títulos Nobiliárquicos. I. Título.

CDD 981.15

Aos meus avós Heleno e Yedda, Marina, Cecília e Américo.
Ao meu pai Luís Augusto Quaresma e a todos os pesquisadores que
faleceram na pandemia de covid-19.

Ao querido amigo e professor Paulo Jorge Watrin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à população brasileira, que, por meio de seus impostos e anos de luta, ainda consegue manter uma universidade digna, gratuita e com qualidade de ensino, aberta a todas as camadas da sociedade. Espero poder retribuir todo esse investimento público através deste trabalho e de outros que venham a surgir.

Agradeço aos meus pais, Luís Augusto Quaresma (*in memoriam*) e Helena Doris de Almeida Barbosa, que me acompanharam ao longo do caminho que me trouxe até aqui. A ele, que, mesmo com todos os embates e divergências quanto a visões de mundo e escolha profissional, aprendeu a perceber o meu amor e a minha admiração pelo que faço, onde ele estiver, essa vitória também é dele. A ela, por ser minha grande fonte de inspiração, minha primeira leitora, revisora, companheira, amiga e que sempre acreditou no meu potencial como profissional, me deixando seguir meus caminhos e escolhas.

À minha orientadora, Professora Maria de Nazaré Sarges, que, desde o início da graduação, me acolheu como discípulo pelos caminhos da História como bolsista de Iniciação Científica, orientando de graduação e agora de mestrado. Obrigado pelos convites e parcerias para escrita, por toda a inspiração, carinho e conhecimento transmitido ao longo desses anos... e que venham muitos mais! Quem diria que o menino que decidiu fazer História lá na oitava série, por conta de *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, teria a oportunidade de ser orientando da autora do livro que sempre o inspirou?

À Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, por terem aceitado e acreditado no desenvolvimento do meu projeto de pesquisa. Destaco aqui os professores da pós-graduação que ajudaram na construção deste projeto com os debates dentro de sala de aula: Magda Ricci, José Maia Bezerra Neto, Edilza Fontes, David Ramirez e Nelson Sanjad. Agradeço também aos queridos professores que sempre me auxiliaram em conversas informais com indicações de leituras ou sugestões para o trabalho: Anaíza Vergolino, Aldrin Figueiredo, Décio Guzmán, Antônio Maurício, Rafael Chambouleyron, Franciane Lacerda, Stella Pojuci, José Alves, Fernando Arthur, Cristina Cancela e Paulo Watrin.

Agradeço aos amigos que colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho, indicando leituras, enviando fontes de interesse para o desenvolvimento da pesquisa, debates, empréstimo de livros e leitura do trabalho: Flávio Matos, Maria Rosa, José Maria Júnior, Aristóteles Miranda, Milena Ribeiro, Daniel Barroso, Anna Carolina Abreu, Haroldo Baleixe, Júlio Ferro, Regina Vitória, Matheus Camilo, Victor Russo, Anndrea Tavares, Suellen Braz e André Barros.

Aos velhos amigos da graduação que se transmutaram em amigos da pós-graduação e aos que nela conheci, em especial Raíssa Barbosa, Jéssica Maria, Matheus Camilo, Gabriel Velloso, Túlio Breno, João Pedro Ramalho, Juliana Medeiros e Leandro Silva, com quem pude compartilhar risos, desesperos e inúmeros debates.

Aos meus avós Heleno Alves Barbosa, Yedda Doris de Almeida Barbosa, Marina Fôro Quaresma, Cecília Azevedo Cruz e Américo Ribeiro Cruz (*in memoriam*), que, desde pequeno, me mostraram a importância dos estudos e, sempre com muito amor e carinho, me embalaram, me cuidaram e tiveram grande parte de responsabilidade por eu ser como sou.

Aos meus padrinhos Carlos Augusto, Maria da Conceição e minha segunda mãe Terezinha Almeida, que, desde pequeno e até hoje, zelam por mim e me acompanham nesta caminhada, sempre me ajudando no que é necessário e sendo suporte em diversos momentos.

Agradeço ainda aos meus demais familiares, que, com todo o carinho, sempre se interessaram em saber o andamento das minhas pesquisas e se alegram junto comigo nas vitórias, como é o caso dos meus tio José Augusto, Ana Cleide, Dolores. Aos meus primos Mônica, Yan, Nathalia, Victor e Marina. Aos meus irmãos André, Aisha e Miguel. A todos os membros das famílias Fôro Quaresma, Azevedo Cruz, Alves Barbosa e Almeida, que eu sei que sempre torcem por mim, perdoadando minhas ausências em alguns eventos de família, quando o cansaço batia.

A todos os meus amigos que eu amo do fundo do coração e, sem dúvida alguma, são extensão da minha família, pois sempre torcem por mim e comemoram minhas vitórias, sei que são muitos, espero não esquecer de ninguém: Matheus Igreja, Bruno Costa, Hermano Lima, Bárbara Abreu, Alexandre Alencar, Victor Cunha, Paula Flores, Yuka Yamada, Arthur Cunha, Roberta Oliveira, Gabriela Oliveira, Bruno Cunha, Alexandre Lima, Pedro Megale, Iann Casemiro, Lucas Viana, Aline Bibas, Murillo Lima, Eryck Batalha, Camile Pinheiro, Caio Souza, Bianca Camino, Pepita Alvão, Andrey Bastos, Maria Vitória, Natália Alfaia, Susan Sayná, Carolina Benone,

Matheus Abner, Paulo Roberto, Lorrana Pinto, Brenda Dias, Victor Hugo, Luciana Sales, Giovane Zamian, Pablo Nunes, Juliana Hamoy e João Lima. Obrigado por entenderem que meus furos e faltas de comparecimento foram por um bom motivo.

Agradeço especialmente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, espaço que me abrigou como voluntário, bolsista e voluntário novamente, na figura de sua presidente, Professora Anaíza Vergolino e Silva, que se tornou uma mestra e amiga, sempre contribuiu para as minhas pesquisas, seja flexibilizando meu horário de trabalho, seja em conversas informais, e acreditou no trabalho que desenvolvo no Instituto, me ensinou muito sobre a história daquela instituição e cultivou o amor que tenho pelo IHGP e na figura dos professores Décio Guzmán e Pedro Rocha, o primeiro confiando em mim para desenvolver atividades no Arquivo Palma Muniz e franqueando o espaço para a pesquisa, e o segundo por todos os ensinamentos passados e pelas contínuas palavras de encorajamento e sabedoria.

Gostaria de agradecer imensamente: ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, local onde fui muito bem recebido pelos seus funcionários; ao Centro de Memória da Amazônia – leia-se Professora Magda Ricci e bolsistas, que sempre atenderam com disponibilidade e atenção a todas as minhas solicitações de pesquisa; aos funcionários da Fundação Cultural do Estado do Pará, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Fundação Biblioteca Nacional, que mantêm atualizados os *sites* com bases de dados fundamentais para pesquisas virtuais.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao senhor Francisco Cannas Simões, que gentilmente me indicou diversas informações sobre os viscondes de Penedo e Nazaré desde o primeiro momento de contato via e-mail. Suas indicações foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Se me esqueci de alguém, peço desculpas e asseguro que isso não foi intencional. Obrigado a todos, por participar direta ou indiretamente desta fase de minha trajetória, espero que meu trabalho seja de boa leitura e extrapole os muros da universidade.

*Vou voltar na primavera
E era tudo que eu queria
Levo terra nova daqui
Quero ver o passaredo
Pelos portos de Lisboa
Voa, voa que eu chego já*

*Ai se alguém segura o leme
Dessa nave incandescente
Que incendeia minha vida
Que era viajante lenta
Tão faminta da alegria
Hoje é porto de partida*

*Ah! Vira virou
Meu coração navegador
Ah! Gira girou
Essa galera*

Kleitton Ramil (1979)

RESUMO

As dinâmicas presentes na trajetória das cidades as apresentam como elementos em constantes transformações, efervescências, movimentos, interrupções e continuidades que se (re)escrevem ao longo do tempo. Tal cenário se encontra presente na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, que, no período de 1870 a 1914, se insere no denominado período da *Belle Époque*, quando ocorreram mudanças significativas que marcaram a trajetória da urbe e dos que nela viviam em direção à modernidade que se concretizava do século XIX para o XX. Nesse cenário, há um fluxo significativo de imigrantes europeus que se deslocaram para a Amazônia, principalmente, no caso deste estudo, de portugueses. Nesse contexto, esta dissertação tem como objetivo compreender a trajetória de Joaquim Antonio de Amorim (Visconde de Monte Redondo), Antonio José Antunes Sobrinho (Visconde de Penedo) e Bernardo Antonio Antunes (Visconde de Nazaré), que se estabeleceram na capital paraense no apogeu do comércio gomífero. Dialogou-se com uma bibliografia diversificada, que deu suporte à construção da trajetória desses indivíduos, assim como utilizou-se de pesquisa documental e iconográfica, a partir de jornais e fontes oficiais como relatórios, testamentos, inventários em instituições com acervos que colaboraram com o estudo. Os resultados evidenciaram que tais sujeitos tiveram papéis relevantes na dinâmica socioeconômica de Belém, se envolveram com as modificações culturais, estruturais e sanitárias da cidade, o que os levou à prosperidade econômica e sociopolítica. Deixaram marcas na cidade e na comunidade lusitana, e a dissertação revela, assim, a importância desses indivíduos para a própria comunidade portuguesa existente no Pará e demais pessoas que transitavam na urbe amazônica entre a segunda metade do século XIX e início do XX.

Palavras-Chave: Migração Portuguesa. Amazônia. *Belle Époque*. Títulos Nobiliárquicos.

ABSTRACT

The dynamics that are found in the trajectory of the cities present them as elements in constant transformation, effervescence, movements, interruptions and continuities that (re)write themselves as the time goes by. Such scenario can be found in the city of Belém, capital of the state of Pará, which, in the period between 1870 and 1914, inserts itself in the period called *Belle Époque*, when significant changes occurred, which marked the trajectory of the city and of the people that lived in it towards the modernity that was materializing from the 19th century to the 20th century. In this scenario, there's a significant flux of European immigrants that moved to the Amazon region, mainly, in the case of this study, of Portuguese people. In this context, this thesis has the goal of understanding the trajectory of Joaquim Antonio de Amorim (Viscount of Monte Redondo), Antonio José Antunes Sobrinho (Viscount of Penedo) and Bernardo Antonio Nunes (Viscount of Nazaré), who established themselves at the capital of Pará during the heyday of the rubber market. A diversified theoretical basis was used, which gave support to the construction of the trajectory of these individuals, as well carrying out documental and iconographic research, based on newspapers and official sources, such as reports, testimonies, inventories in institutions with collections that collaborated with this work. The results showed that such subjects had relevant roles in the socioeconomical dynamic of Belém, got involved with cultural, structural and sanitary changes of the city, which brought them to economical and sociopolitical prosperity. They left marks in the city and in the Portuguese community, thus, this thesis reveals the importance of these people to the existing Portuguese community in Pará and to the other people that transited in the Amazon city between the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century.

Palavras-Chave: Portuguese Migration. Amazon. *Belle Époque*. Noble Titles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo, grupo.....	25
Figuras 2 e 3 – Propagandas da Companhia de Seguros Amazônia e Garantia da Amazônia.....	27
Figura 4 – Residência do Visconde de Monte Redondo e Sua Família.....	27
Figuras 5 e 6 – Viscondessa de Monte Redondo e a Filha Adotiva do Casal.....	28
Figura 7 – Comerciantes Importantes de Manaus e Pará.....	29
Figura 8 – Comissão para a Exposição Nacional de 1908, do Estado do Pará (o Visconde de Monte Redondo é o segundo sentado da esquerda para a direita).....	32
Figura 9 – Visconde de Monte Redondo.....	34
Figura 10 – Quadro de Herdeiros do Visconde de Monte Redondo a partir de seu Inventário.....	36
Figura 11 – Diretoria da Garantia da Amazônia em 1899.....	42
Figura 12 – Logomarca da Garantia da Amazônia.....	44
Figuras 13 e 14 – Sede da Garantia da Amazônia e posteriormente sede do London and Brazilian Bank, na rua 15 de Novembro	45
Figura 15 – Garantia da Amazônia – Edifício na avenida Rio Branco.....	46
Figura 16 – Vista Externa e Interna da Garantia da Amazônia no Rio de Janeiro.....	47
Figura 17 – Nota sobre os investimentos da Garantia da Amazônia.....	49
Figura 18 – Novo Chalet situado à travessa 22 de Junho, de propriedade da Garantia da Amazônia e onde reside o sr. Contador da referida sociedade	50
Figura 19 – Villa Garantia da Amazônia, composta de 14 prédios, situada à Estrada de São Braz, neste Estado.....	50
Figura 20 – Prédio da Garantia da Amazônia, no qual residia o governador do Pará..	51
Figura 21 – Visita do Visconde de Monte Redondo e Simões da Costa ao <i>Jornal do Brasil</i> e à <i>Revista da Semana</i>	53
Figura 22 – Propaganda da Garantia da Amazônia.....	54
Figura 23 – Visconde de Augusto Corrêa e Luiz Bahia.....	55
Figura 24 – Antonio José Antunes Sobrinho.....	65

Figura 25 – Anúncio de prisão de escravo de Antonio José Antunes Sobrinho.....	66
Figura 26 – Anúncio de fuga de escravo de Antonio José Antunes Sobrinho.....	66
Figura 27 – Registro de Enterramento de Manoel, falecido em 22 de dezembro de 1859.....	67
Figura 28 – Registro de Enterramento de Auta, falecida em 15 de dezembro de 1876.....	68
Figura 29 – Anúncio de Aluguel de Casa Para o Círio.....	69
Figura 30 – Anúncio de Venda de Casa em Manaus.....	70
Figura 31 – Francisco Gonçalves Tavares Branco.....	76
Figura 32 – Programa do Espetáculo da Sociedade Dramatica Thalia que ocorreria em 15 de janeiro de 1876 em Benefício do Hospital D. Luiz I.....	81
Figura 33 – Hospital D. Luiz I, 1867 – Litografia feita por Joseph León Righini e impressa por Conrad Wiegandt	83
Figura 34 – Litografia a cores feita por Joseph León Righini e impressa por Conrad Wiegandt representando o Hospital D. Luiz I, 1867.....	83
Figura 35 – Familiares consanguíneos identificáveis que foram legatários da herança de Antonio José Antunes Sobrinho.....	89
Figura 36 – Bernardo Antonio Antunes, Visconde de Nazaré.....	91
Figura 37 – Propaganda da Companhia Paraense de Seguros, Marcel Lebrun, Paris, 1910.....	94
Figuras 38 e 39 – Exposição Brasileira em Atenas.....	97
Figura 40 – Convite para as celebrações do Centenário do Marquês de Pombal.....	101
Figura 41 – Notícias da Coluna Rumores.....	102
Figura 42 – Propaganda da B. A. Antunes & C. em Manaus.....	104
Figura 43 – Sede da Filial da B. A. Antunes & C. em Manaus.....	104
Figura 44 – Canhoneira Lima.....	105
Figura 45 – Propaganda da B. A. Antunes & C. ^a	107
Figura 46 – Sede da Firma B. A. Antunes & C. ^a	107
Figura 47 – Quadro de Herdeiros do Visconde de Nazaré a partir de seu <i>Inventário</i>	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BNDigital	Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional
CMA	Centro de Memória da Amazônia
FCP	Fundação Cultural do Estado do Pará
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
JUCEPA	Junta Comercial do Estado do Pará
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PPHIST	Programa de Pós-Graduação em História Social
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1 INTRODUÇÃO.....15

2 O VISCONDE DE MONTE REDONDO E SUA CIRCULARIDADE

NA AMAZÔNIA21

2.1 Impressões Sobre um Imigrante Nobre.....24

2.2 A Garantia da Amazônia ou do Bolso do Visconde?.....37

3 E OS TÍTULOS CONTINUAM...: ANTONIO JOSÉ ANTUNES SOBRINHO

E BERNARDO ANTONIO ANTUNES.....63

3.1 Antonio José Antunes Sobrinho: o Homem de Negócios.....64

3.1.1 O Benemérito e a Benficência Portuguesa74

3.1.2 Titularidade, Família e Herança86

3.2 Bernardo Antonio Antunes.....90

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....111

FONTES114

REFERÊNCIAS.....125

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia vem, ao longo do tempo, se constituindo em fronteiras que se deparam com dinâmicas das mais diversas ordens e origens, sendo *lócus* onde dinâmicas naturais e sociais são impostas quase sempre marcadas pela hegemonia antrópica sobre sua biodiversidade. Os atores que nela transitam têm interesses múltiplos e variados, que quase sempre envolvem dicotomias entre o endógeno e o exógeno.

Nesse cenário, imigrantes europeus, mais especificamente portugueses, se estabeleceram na capital paraense ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, o que se mantém até hoje. Grupos indígenas, europeus e africanos foram se mesclando, e os encontros e os desencontros dessas múltiplas culturas construíram as várias identidades existentes até os dias de hoje na região, bem como deixaram marcas na sociedade local.

Diante disso, a presente dissertação tem como objetivo compreender a trajetória de alguns indivíduos portugueses que se estabeleceram na capital paraense ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, visto que a cidade se transformou ou se adequou às novas necessidades que o comércio da borracha demandava para a Amazônia, que, naquele momento, era o centro de atração de capitais e pessoas, ou seja, os olhos de boa parte do mundo se voltavam à região. Tais sujeitos escolhidos como objeto desta pesquisa se envolveram com as modificações culturais, estruturais e sanitárias da cidade naquele momento em que estava ocorrendo o que hoje chama-se *Belle Époque*.

Mas quem são esses sujeitos e qual o motivo de escolhê-los? Neste trabalho, optou-se por escolher três indivíduos portugueses, o Visconde de Monte Redondo, o Visconde de Penedo e o Visconde de Nazaré, que chegaram à Amazônia para tentar a vida no comércio e, ao final de suas trajetórias, alcançaram relevância e *status* por meio também de seus títulos de nobreza. Aqui, eles constituíram família, se inseriram no comércio e, através de trocas culturais e relações construídas na região, despontaram como exemplos de sucesso dentro da comunidade portuguesa no Pará. Assim, objetiva-se compreender a trajetória desses indivíduos, bem como as estratégias que eles utilizavam para se inserir na sociedade paraense e as ações que desenvolveram em Belém, especialmente junto à comunidade portuguesa.

Para se chegar a essa temática, um longo caminho foi percorrido. Tudo começou a ser traçado ainda na graduação, a partir da atuação como bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), ambos desenvolvidos na Universidade Federal do Pará (UFPA). Ao desenvolver os planos de trabalho existentes naquele momento, foi possível ter contato com a temática a partir dos respectivos coordenadores, Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges e Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo. Ao adentrar no universo da pesquisa acadêmica e contactar com a literatura e a documentação levantadas para os estudos desenvolvidos durante a graduação no âmbito do Projeto “O Intendente Antonio Lemos: círculos intelectuais e as relações de poder na república paraense (1897-1911)”, sempre se observaram referências a indivíduos com títulos nobiliárquicos que participavam da vida social e econômica da cidade de Belém, alguns já conhecidos, outros nem tanto.

Concomitante a isso, desde o ano de 2015, ocorreu a atuação como voluntário na coleção de fotografias do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)¹, atividade que ampliou o olhar sobre a importância da gestão e da conservação documental, fundamental para a posteriormente atuação no Arquivo Palma Muniz do IHGP. O Instituto Histórico, em seus estatutos, indica que a instituição deve manter uma galeria de nobres da terra em suas salas. Entenda-se “nobres” como aqueles que são detentores de títulos de nobreza. De posse dessas informações, aos poucos tentou-se identificar na reserva técnica museológica da instituição se havia esses nobres que por vezes eram citados na documentação e que eram conhecidos da pesquisa da graduação.

Vários desses indivíduos, homens e mulheres, com títulos de nobreza constam nos acervos da instituição, porém outros, como o Barão de Basto, o Visconde de Monte Redondo, o Barão de Gondoriz e outros que despontavam com grande inserção na economia paraense, não estavam nas galerias do IHGP. Além disso, o desconhecimento das pessoas em relação a esses sujeitos causa[va] espanto. Teoricamente, por serem de camadas mais abastadas da sociedade, possuiriam suas

¹ O Instituto Histórico e Geográfico do Pará é uma instituição que surgiu no bojo das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, com o intuito de promover e desenvolver estudos sobre história, geografia e ciências afins no Pará, mantendo museu, arquivo e biblioteca com temáticas amazônicas.

histórias lembradas, já que durante muito tempo foram os grandes sujeitos que ficaram marcados e seriam estudados pela historiografia.

Para compreender quem eram esses indivíduos desconhecidos na historiografia amazônica, foi realizado um levantamento preliminar da nobiliarquia amazônica. Nesse levantamento, diversos nomes encontrados nas pesquisas não constavam, o que levou a questionar o motivo dessa ausência ou lacuna. Após enveredar pelas leituras, foi possível perceber que esses nobres desconhecidos, na verdade, eram cidadãos de outras nacionalidades que possuíam títulos de nobreza dados por seus respectivos países.

A relevância deste trabalho, que não pretende ser, necessariamente, prosopográfico, é trazer à tona elementos que construam uma trajetória de vida para esses sujeitos que se tornaram nobres ao voltar para Portugal e que participaram ativamente da vida social de Belém. Além de colocar em cena o cotidiano da cidade de Belém, bem como suas instituições por meio de indivíduos que às vezes foram ignorados por não fazerem parte dessa nobreza regional, revela-se, assim, a importância de tais pessoas para a própria comunidade portuguesa existente no Pará entre a segunda metade do século XIX e início do XX.

Objetivando compreender a presença desses indivíduos na capital paraense durante a *Belle Époque*, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica. Foram tomados como base os trabalhos de Nazaré Sarges (2010; 2004), Geraldo Coelho (2011), Barbara Weinstein (1993), Roberto Santos (1980), Aldrin Figueiredo (2010) e outros, para discutir a dinâmica de tal período na cidade de Belém. A fim de discutir migração, cotidiano dos portugueses que vieram para a Amazônia e formação de fortunas, dialogou-se com Edilza Fontes (2002; 2009), Rosa Marin (1985), Cristina Cancela (2016), Anndrea Tavares (2016), Ana Hidaka (2013) e outros, construindo uma trajetória para esses indivíduos. Além desses autores, foram também utilizados outros, como Malyn Newitt (2015) e Marcelo Borges (2009).

Sobre a mudança da formação da nobreza em Portugal, dialogou-se com José Mattoso (2000) e Humberto Moreno (2000), que analisam as mudanças da nobreza em Portugal desde o período medieval aos nobres lusitanos na modernidade. Com relação à articulação dos portugueses com Belém, problematiza-se a urbe em modernização a partir de Bresciani (1985; 1994), compondo um cenário em que a cidade e os seus sujeitos se entrelaçam como protagonistas de suas histórias e têm como interlocutores os múltiplos espaços e indivíduos com as mais diversas funções,

políticos, jornalistas, capitalistas e intelectuais que a constroem e modificam de acordo com suas interpretações.

Para a construção do trabalho, utilizou-se principalmente de jornais e fontes oficiais como relatórios, testamentos, inventários, os quais, quando citados diretamente, tiveram sua grafia original mantida. Como evidencia Pinsky (2005), os jornais não eram fontes utilizadas por historiadores no início do século XX, por não serem tidos como fontes da história, situação que só se modificou após os *Annales* passarem a utilizá-los. Assim, como ressalta Bloch (2001), pretende-se produzir uma história problema, confrontando as fontes oficiais e as “não oficiais” que são retratos do cotidiano. Foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais em instituições com acervos que pudessem corroborar com o estudo.

Ao longo das disciplinas da pós-graduação, foi possível realizar a associação de leituras indicadas com as temáticas pesquisadas. A pandemia, no entanto, dificultou e paralisou diversas possibilidades de pesquisa, visto que as instituições paralisaram suas atividades por conta da condição pandêmica. Ainda assim, antes do surgimento do covid-19, foi possível realizar pesquisa *in loco* no acervo de Theodoro Braga, de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), onde foi possível encontrar um dossiê sobre a empresa Garantia da Amazônia, bem como informações sobre consulados e empresas paraenses. Foi possível, no Centro de Memória da Amazônia (CMA), ter acesso, nesse primeiro momento, ao inventário do Visconde de Monte Redondo. Além dessas instituições, o Fórum Landi também foi local de pesquisa de fontes desta dissertação.

Com o surgimento do coronavírus e a paralisação de vários arquivos, bibliotecas e instituições culturais possuidoras de acervos de interesse para este trabalho, as ações planejadas foram limitadas. Os acervos da Junta Comercial, da Assembleia Paraense e da Associação Comercial não foram acessados devido às normas de segurança de saúde atinentes àquele momento, o que conduziu a pesquisa para o levantamento em bases de dados virtuais e que pudessem contribuir com o desenvolvimento e construção da dissertação. Assim, foi possível consultar diversos periódicos e fotografias digitalizados pela Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital), o que foi importante também para ajudar a compreender a dimensão desses indivíduos em escalas local, nacional e internacional.

Outra dificuldade foi encontrar o inventário do Visconde de Penedo, que não foi localizado no Centro de Memória da Amazônia, que possui o acervo do judiciário, nem no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, limitando uma análise mais aprofundada dele, sendo utilizado, então, o resumo desse inventário encontrado nos jornais. Não foi possível dar continuidade à pesquisa no acervo de Theodoro Braga, visto que ele é muito vasto e não se localiza em Belém, dificultando, assim, o acesso, principalmente em tempos de crise sanitária.

A Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), com seu repositório virtual de obras raras e periódicos, foi fundamental para identificação de propagandas e imagens que constam no trabalho. Os repositórios institucionais como do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST) da UFPA e de outras universidades foram fundamentais no auxílio com leituras que foram complementadas com obras de biblioteca pessoal e de empréstimo de amigos. Por último, durante esse período pandêmico, mas não menos importante, foram o *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com o acesso a passaportes e registros de mercês, fontes fundamentais para as discussões travadas na dissertação, e a Hemeroteca Digital de Lisboa, que possui diversos periódicos de interesse luso-brasileiro.

Com a retomada gradual das atividades das instituições de pesquisa por conta da vacinação e do conseqüente arrefecimento da pandemia, foi possível voltar às atividades *in loco* em algumas instituições, como o Centro de Memória da Amazônia, e coletar outros inventários necessários para o desenvolvimento. Foi possível consultar o Arquivo Palma Muniz, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, que possui livros de enterramento do cemitério da Soledade que contribuíram com alguns debates desenvolvidos na dissertação. Infelizmente, alguns locais, como a Associação Comercial, o Grêmio Literário e Recreativo Português e a Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), não foram acessados, ou por falta de retorno da instituição, ou por falta de tempo hábil para a conclusão das atividades deste trabalho.

Assim, a partir dessas diversas tipologias documentais e variado referencial teórico, foi possível construir o presente trabalho que está dividido da seguinte maneira: na Introdução, são apresentados o objeto de estudo, os percursos traçados ao longo da pesquisa, os objetivos e parte da bibliografia utilizada no trabalho, além de se contextualizar o período de enfoque e os sujeitos principais envolvidos no decorrer deste texto.

O item posterior (O Visconde de Monte Redondo e sua Circularidade na Amazônia), enfoca especificamente a trajetória de Joaquim Antonio de Amorim, futuro Visconde de Monte Redondo. Nesse capítulo, enfronha-se no cotidiano de Amorim, mostrando suas estratégias de inserção social na nova comunidade de que ele faz parte, como, por exemplo, as ações de benemerência. O enfoque maior do capítulo é a relação de Amorim com a empresa por ele fundada, a Garantia da Amazônia, discutindo a importância e a presença dessa empresa no cenário financeiro da Belém bellepoqueana e no Brasil da virada do século XIX para o XX. Por fim, discute-se a importância do recebimento ou da compra de um título de nobreza e os valores agregados a essa titularidade, mostrando a importância simbólica da nobiliarquia para o imigrante.

O próximo capítulo (E os Títulos Continuam...: Antonio José Antunes Sobrinho e Bernardo Antonio Antunes) enfoca os dois primos portugueses Antonio José Antunes Sobrinho e Bernardo Antonio Antunes, Visconde de Penedo e Visconde de Nazaré, respectivamente, que chegaram ao Brasil para tentar a sorte do enriquecimento e, ao final da vida, conseguiram lograr sucesso econômico. Discute-se, principalmente, a inserção desses indivíduos no comércio local e internacional, ações de caridade voltadas para a comunidade portuguesa no Pará e para instituições em suas cidades natais. Outro ponto fundamental de discussão é o investimento nas empresas necessárias para a dinamização da cidade que se modificava com a internacionalização do comércio da borracha, que os levou a construir grande fortuna e comprar títulos de nobreza e comendas.

Depois, tem-se as Considerações Finais, nas quais se apresentam os resultados das pesquisas desenvolvidas, os comentários finais e são elencadas as possibilidades existentes de continuidades de pesquisas acerca da temática apresentada neste trabalho.

2 O VISCONDE DE MONTE REDONDO E SUA CIRCULARIDADE NA AMAZÔNIA

Quando desembarcara em Belém, ido de Portugal, a borracha ainda tinha altas cotações e exercia profundo sortilégio sobre todos aqueles que davam ao dinheiro a maior representação da vida. Muitos dos empregados no comércio, vendo a pequenez dos seus ordenados, face à dos escritórios que se afirmava na Europa, desertavam dos balcões e embrenhavam-se Amazonas acima, ansiando maior recompensas ao trabalho, onde quer que ela existisse. [...]

Era, então, a Amazônia um ímã na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatro pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse, desde que a audácia se antepusesse aos escrúpulos. [...]

*Fora assim que seu tio enriquecera e tinha já duas quintas em Portugal; fora assim que pobretões sem eira nem beira se transformaram, dum instante para o outro, em donos de “casas aviadoras”, tão poderosas que sustentavam no dédalo fluvial grande frota de “gaiolas”.
Ferreira de Castro (1955, p.17).*

Desde sua colonização, a região amazônica é um espaço marcado pelo trânsito e pela mistura de pessoas diversas, tanto grupos indígenas, quanto europeus e africanos, gente que foi se miscigenando ao longo do tempo, e esses encontros e desencontros culturais construíram as múltiplas identidades existentes na região. Na Amazônia brasileira, um grupo exógeno a ela e que foi preponderante na edificação de fortes, entrepostos, igrejas e cidades foram os portugueses.

A presença portuguesa no norte do país se deu nas mais diversas instâncias da sociedade. De nobres administradores coloniais a donos de engenho, de profissionais liberais a carregadores de piano, muitos desses indivíduos eram imigrantes que vieram para esta região pelos mais diversos motivos, como por sofrerem perseguição política, ou para o exercício de atividades administrativas, ou para buscar uma nova vida no continente americano. A vinda de portugueses perpassa períodos desde o século XVII até possivelmente os dias atuais, no início eram os colonizadores e posteriormente outras levas de indivíduos foram se estabelecendo, se inserindo e se constituindo na sociedade local.

Para a primeira metade do século XIX, período conhecido como joanino (1808-1821), Vieira Júnior e Barroso (2010) mostram o fluxo regular de embarcações que levavam e traziam passageiros da linha Lisboa-Belém, ressaltando, assim, a mobilidade masculina e em grande medida devido às condições de retorno ou de grado. As mulheres acabavam por vir para o Pará não só acompanhando seus maridos, mas também para ficar com seus esposos que já estavam anteriormente

estabelecidos na província do norte. Poucas eram as mulheres que vinham por conta própria para se estabelecer na região.

Outro período da primeira metade do século XIX foi marcado por diversos eventos que influenciaram na imigração portuguesa para a Amazônia. Como propõe Guimarães (2018), a partir da década de 1820, os ideais liberais fizeram com que o território português entrasse em conflito, fazendo com que muitos indivíduos fugissem ou fossem presos e exilados de Portugal. Ecos dessas contendas europeias ressoaram no movimento de Adesão do Pará à Independência² e na Cabanagem³, insuflando, assim, o sentimento antilusitano na capital paraense. Tal contexto levou à perseguição de muitos portugueses, fazendo com que vários retornassem temporária ou permanentemente ao seu país de origem. Somente passados esses eventos é que o incremento na imigração ou (re)imigração de portugueses ao Pará aconteceu.

Pensar o Pará e a cidade de Belém no final do século XIX e início do XX é perceber um estado e uma cidade que passaram a entrar na economia mundial através do comércio da borracha como principal pauta exportadora da região, como propõe Sarges (2010). A riqueza produzida na região amazônica fez com que ocorressem modificações estruturais urbanas:

A cidade de Belém iria ter os seus primeiros bancos fundados, pavimentaria as suas ruas, criaria a sua Capitania do Porto, veria a quantidade dos seus prédios aumentar cada vez mais; enfim, daria início ao período de mudanças urbanas que culminaria com os palacetes e as construções de ferro característicos das suas construções na virada do século XIX para o XX (BATISTA, 2004, p.50).

No bojo dessa modernidade que chegava e modificava a dinâmica da cidade de Belém, também surge o novo grupo endinheirado que estava vinculado ao comércio da borracha. Eram denominados como Barões da Borracha⁴, Coronéis de Barranco⁵ ou Coronéis da Borracha, eram esses novos ricos que faziam fortuna às custas da cadeia produtiva do látex e participavam, junto com políticos, comerciantes,

² O Processo de Adesão do Pará à Independência foi extremamente belicoso. A província do Pará foi a última do Brasil a aderir a tal processo, somente em 15 de agosto de 1823. Para mais informações sobre a memória da história da Adesão do Pará à Independência, queira ver: Figueiredo (2009).

³ Revolução Social que ocorreu na Amazônia durante o segundo reinado em que a população tomou o poder. Para mais informações, queira consultar: Ricci (2007).

⁴ O termo “Barões” utilizado para designar ricos comerciantes de borracha, inclusive na literatura, vem sendo utilizado desde Raimundo Morais. Mais informações estão em: Leandro (2014).

⁵ O termo “Coronéis de Barranco” designa homens mandatários de uma região que legislam de acordo com seus interesses, delegando funções em meio à floresta (MENDES; QUEIRÓS, 2012). Para o jornalista e dramaturgo Márcio Souza, o coronel de barranco do “ciclo” da borracha na Amazônia é um “cavalheiro citadino em Belém ou Manaus e o patriarca feudal no seringa” (SOUZA, 2001, p.182).

administradores públicos e bancários, das maiores decisões das cidades amazônicas no período:

Os 'coronéis da borracha' eram empreendedores independentes, que exploravam o seringueiro, o trabalhador sedentário, que morava perto das 'estradas', que eram trilhas abertas na selva para extrair o látex das seringueiras [...] os 'coronéis da borracha', que se sentiam representantes da modernidade, da civilização, do progresso. Embora, representassem apenas a lei do mais forte, diziam-se representantes do ocidente, contra a barbárie (REIS, 2017, p.251).

Ressalta-se aqui que esses indivíduos não eram exclusivamente brasileiros ou diretamente ligados a seringais. Estrangeiros das mais diversas nacionalidades estavam envolvidos nesse momento econômico do Amazônia, ingleses, norte-americanos e portugueses, por exemplo, criavam instituições financeiras e culturais necessárias naquele momento à dinâmica da cidade, levando alguns a ganhar, inclusive, títulos nobiliárquicos do governo brasileiro ou de suas pátrias originárias.

Pensar que esses indivíduos vinham sob o signo da modernidade é perceber que existia uma mescla entre a busca do enriquecimento e o domínio da natureza, como discute Hardman (2005). Afinal, a máquina se sobrepõe à floresta e aos rios amazônicos era algo necessário para a dinamização da economia, mas também traria a suposta civilização aos grupos tidos como incultos, ou seja, indígenas, caboclos e moradores dos diversos pequenos municípios amazônicos.

Como já falado anteriormente, as cidades amazônicas que se "bellepoqueizaram" foram centros de atração de indivíduos. Hidaka (2013) afirma que a ideia de enriquecimento fácil e a exuberância paisagística das florestas e dos rios amazônicos criavam a imagem de prosperidade aos estrangeiros. Nesse contexto, estão imigrantes das mais diversas nacionalidades, porém, mais especificamente, os portugueses, que vieram para Belém, possivelmente, com intuito de enriquecer, e muitos deles acabaram fazendo parte de camadas ditas ilustres da sociedade paraense.

Como ressalta Fontes (2002), grande parte desses indivíduos que vieram durante o século XIX é de homens solteiros que desenvolveriam atividades comerciais. Hidaka (2013) afirma que, até o final do século XIX, os portugueses que vinham para a região amazônica não eram pertencentes às camadas mais baixas da sociedade lusitana, mas sim indivíduos de camadas médias ou de famílias com recursos, acreditando, assim, que no Brasil acabariam por conseguir destaque

financeiro ou relevo social nas regiões em que residiam e desenvolviam suas atividades.

2.1 Impressões Sobre um Imigrante Nobre

Foi num cenário de fluxo migratório e pujança econômica que diversos indivíduos, como Bernardo Antonio de Brito Antunes, Antonio José Antunes Sobrinho, Júlio José Fernandes Basto, João Caetano Gonçalves Viana, Joaquim Antonio de Amorim⁶ e outros, chegaram a Belém. Pessoas que vieram para a capital paraense com a “marca” do imigrante acabaram por se destacar na sociedade paraense e perante a comunidade portuguesa aqui estabelecida e de suas cidades de origem. Assim foi marcada a trajetória de Joaquim Antonio de Amorim, que mais tarde se tornaria conhecido como Visconde de Monte Redondo, objeto de análise deste capítulo.

Para discorrer acerca de alguns apontamentos biográficos do Visconde de Monte Redondo, há a necessidade de perceber as diversas facetas desse indivíduo. Le Goff (2002), ao estudar São Luís, santo católico e rei da França, se preocupa em mostrar a miríade de relações, pensamentos, familiares e memórias construída acerca do santo rei, afirma:

É no cotidiano do exercício de sua função real e na construção, secreta, inconsciente e incerta, de sua santidade que a existência de São Luís se torna uma vida cuja biografia pode tentar ser relatada [...] Não tentei esconder as contradições que pesaram sobre a personagem e a vida de Luís (2002, p.24).

Assim, com relação ao nobre luso-paraense, vale perceber, como Le Goff destaca em São Luís, as múltiplas e contraditórias facetas que ele assume, como português, imigrante, comerciante, administrador, nobre e diversas outras particularidades que faziam parte do microcosmos dele, mas que também se expandem a partir de suas relações com outros indivíduos, com o resto do Brasil e com sua pátria. Pensando assim tal qual Le Goff (2002) em uma história problema a partir do confronto de fontes, evidencia-se a trajetória de Amorim, associada a aspectos da história de Belém e de suas instituições.

As condições de vinda de Joaquim Antonio de Amorim (Figura 1) ainda são pouco conhecidas. Porém, acredita-se que ele tenha sido um dos indivíduos que

⁶ Os nomes citados são de imigrantes portugueses que se destacaram possuindo títulos de nobreza.

vieram na segunda metade do século XIX ao Pará como mão de obra, haja vista a proibição do tráfico negreiro a partir de 1850, ou em busca de uma nova vida por conta das promessas da economia da borracha na Amazônia que já ressoavam pelo Brasil e pela Europa até o início século XX. Como relata Humberto de Campos Veras, em suas memórias,

Por esse tempo, a Amazônia começava a transformar-se em Califórnia, em uma terra de prodígios, com pepitas de ouro ao alcance da mão dos cegos. Pedia-se por favor ao aventureiro que enchesse as algibeiras e se fosse embora. Mendigo que estendesse à liberalidade pública, podia, em um mês, abrir uma casa bancária. Caixeiros de Parnaíba, que abandonavam a vassoura e partiam em janeiro com um saco e uma passagem de prôa, regressavam em novembro com anel de brilhante, correntão de ouro, sete malas pregueadas, e cédulas de quinhentos mil réis, para casar nas famílias mais aristocráticas da cidade, quando não vinham casados, já, com uma índia rica, filha legítima ou legitimada do proprietário do seringal (1933, p.135).⁷

Além das memórias mais informais a respeito da Amazônia, como relatado anteriormente, existiam indivíduos que assumiram o papel de propagandistas das cidades de Belém e Manaus. Um caso exemplar a ser lembrado é o de Frederico José de Sant'Anna Nery ou Barão de Sant'Anna Nery, estudado por Coelho (2017), que foi um propagandista da Amazônia na Europa.

Figura 1 – Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo, grupo.



Fonte: R. H. Furman, Coleção Francisco Rodrigues, Fundação Joaquim Nabuco.

⁷ Ressalta-se aqui que as memórias de Humberto de Campos são relativas à virada do século XIX para o XX, mas esse imaginário sobre a Amazônia já vinha sendo construído a partir da segunda metade do século XIX.

A primeira referência a Joaquim Antonio de Amorim, natural de Arcos de Valdevez, região do Alto Minho, nas páginas dos jornais paraenses, é relativa a sua sociedade com Diogo Manoel de Souza, se tornando partícipe da empresa Diogo Manoel de Souza & C⁸. Considera-se que essa tenha sido sua primeira alternativa de conseguir dinheiro em Belém. Um ano depois, ele já possuía, em sociedade com Antonio Augusto da Rocha e Constantino José Martins, uma empresa importadora de fazendas chamada Martins & Amorim⁹.

Acredita-se que sua principal estratégia para se inserir na sociedade paraense tenha sido por meio da economia. Fundou grandes empresas de seguridade com o dinheiro acumulado do comércio, como a Companhia de Seguros Amazônia, em 1894, e a Garantia da Amazônia (Figuras 2 e 3), em 1897. Além disso, transitou por outras organizações existentes na capital paraense, foi encarregado do consulado de Portugal por três meses¹⁰, além de presidente da Associação Comercial¹¹, da Fábrica de Cerveja Paraense¹² e um dos fundadores do clube Assembleia Paraense¹³ (PARAENSE, 2015).

⁸ *Diario de Belem – Orgão Especial do Commercio*, 26 de fevereiro de 1881, p.1.

⁹ *O Liberal do Pará*, 1 de junho de 1881, p.2.

¹⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo Theodoro Braga pertencente ao IHGSP, Dossiê Consulados – Portugal.

¹¹ *Estado do Pará*, 2 de janeiro de 1916, p.2.

¹² A Fábrica de Cerveja Paraense era responsável por boa parte da produção de cerveja no Estado do Pará, possuía também um Bar Teatro e se localizava onde hoje é a avenida Magalhães Barata. Sobre o consumo de cerveja na *Belle Époque*, recomenda-se: Daou (1999).

¹³ Clube paraense criado no início do século XX. De acordo com as pesquisas realizadas pelo professor Haroldo Baleixe, ele surgiu como Associação do Commercio a Retalho no Pará e, posteriormente, em 1916, transformou-se em Assembleia Paraense.

Figuras 2 e 3 – Propagandas da Companhia de Seguros Amazônia e Garantia da Amazônia.



Fonte: Caccavoni (1899).

O destaque e o prestígio do até então Joaquim Antonio de Amorim na capital paraense já eram grandes, chegando a ter um volume da *Revista Paraense* inteiramente dedicado à sua pessoa¹⁴. Nela, é possível ver o sucesso do comerciante, por meio da foto de sua ampla casa em endereço bem localizado (Figura 4), bem como sua família, sua esposa Joaquina Fernandes de Amorim e a filha adotiva do casal, Joaquina de Amorim (Figuras 5 e 6) como pessoas ilustres da sociedade paraense.

Figura 4 – Residência do Visconde de Monte Redondo e Sua Família.¹⁵



Fonte: *Revista Paraense*, n.º 34, 19 de abril de 1910.

¹⁴ Segundo o periódico *A Pacotilha*, de 9 de maio de 1910, p.2, o número 34 da *Revista Paraense* era inteiramente dedicado ao Visconde de Monte Redondo. Nela, além de textos sobre e para o nobre português, também poderiam ser vistos o retrato dele, além de fotografias de sua residência, da sede da Garantia da Amazônia, em Belém e em diversas outras cidades do Brasil, e também imagens dos palacetes que pertenciam à Garantia.

¹⁵ A residência localizava-se na avenida Independência, atual Governador Magalhães Barata.

Figuras 5 e 6 – Viscondessa de Monte Redondo e a Filha adotiva do Casal, respectivamente.



Fonte: *Revista Paraense*, n.º 34, 19 de abril de 1910.

Porém, nada mais consolidou sua posição de destaque junto à sociedade belenense como a aquisição de um título de nobreza. Guimarães (2018) afirma que, para um imigrante bem-sucedido, ser agraciado com um título de nobreza ou comenda era a consumação máxima de suas realizações pessoais, e para Amorim não seria diferente. Como afirma Zúquete (1989), em 4 de julho de 1905, Joaquim Antonio de Amorim recebeu, do rei Carlos I de Portugal, o título de Visconde de Monte Redondo, além desta titularidade, recebeu também a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa¹⁶.

No momento em que esse título foi criado pelo governo português e concedido a Joaquim Antonio de Amorim, a monarquia já havia sido dissolvida no Brasil. Porém, para muitos indivíduos, continuar a utilizar sua titularidade dava prestígio aos seus usuários. Um caso exemplar para ilustrar a continuidade dos títulos nobiliárquicos no Brasil por seus usuários é o do Barão do Rio Branco, que, como destaca Alonso (2009), ao receber a circular de que os títulos de nobreza imperiais haviam sido abolidos no Brasil, respondeu em documento assinado: “ciente, Barão do Rio Branco”. Na região amazônica, muitos indivíduos continuaram usando seus títulos depois da Proclamação da República. Exemplo disso são os Barões de Anajás (Antonino Emiliano de Souza Castro), Guajará (Domingos Antonio Raiol), Guamá (Francisco

¹⁶ Ordem criada em 1818, por D. João VI homenageando Nossa Senhora da Conceição em decorrência da sobrevivência de Portugal as guerras napoleônicas (GENEALL, 2019).

Acácio Corrêa) e outros, mostrando, assim, que, no Brasil, se tinha, como propõe Lobo (2013, p.178), uma verdadeira “República dos Barões”.

Ressalta-se que o Visconde de Monte Redondo, talvez, tenha sido um dos grandes representantes de alguns assuntos relacionados ao Pará em âmbito nacional. Seu posto de fundador e diretor da Garantia da Amazônia o fazia transitar tanto física quanto simbolicamente, como uma espécie de “rosto” da empresa, por diversos locais do país (Figura 7), o que possivelmente contribuiu para a construção da sua imagem como um dos grandes comerciantes da região norte do Brasil.

Figura 7 – Comerciantes Importantes de Manaus e Pará.¹⁷



Fonte: Lloyd et al. (1913).

Chartier (1991) salienta que as representações sociais são determinadas por grupos e são construídas através de discursos legitimadores ou que justificam suas práticas tanto de si quanto para si perante a sociedade. Chartier ainda propõe:

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como êxito (ou fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (2002, p.11).

¹⁷ Legenda da figura 7: 1) Militão Bivar; 2) Visconde de Monte Redondo (Pará); 3) Pedro Araujo; 4) C. E. Borba; 5) Alberto Ribeiro d'Andrade; 6) J. M. Fernandes; 7) Antonio Ribeiro d'Andrade; 8) J. R. Vieira; 9) Guilherme A. de Miranda Filho (Pará); 10) A. Chermont (Pará); 11) F. T. Fernandes; 12) J. A. da Silveira; 13) M. A. Levy; 14) Sr. Mendonça; 15) L. F. Valle; 16) M. Areosa; 17) Simon Lifitch; 18) Sr. Mendonça; 19) Luiz da Silva Gomes; 20) Evaristo José d'Almeida.

Esse é o caso do luso-paraense em questão, a luta simbólica de força ou poder pode se exprimir na sua autodenominação e como imprensa, políticos ou outros grupos se referem a ele. Por exemplo, a fim de mostrar e reafirmar seu título de nobreza em um local em que teoricamente não existem mais nobres, Joaquim Antonio de Amorim passou a assinar como “Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo”, e, a partir da análise em jornais, foi possível perceber que a imprensa local e a nacional replicavam essa maneira de se referir a ele, o então indivíduo Amorim desaparecia e dava lugar ao nobre “Visconde de Monte Redondo”.

O trânsito que lhe foi garantido a partir do seu prestígio econômico e social era refletido em diversos periódicos brasileiros e estrangeiros, fazendo com que inúmeras impressões a respeito do Visconde surgissem na imprensa. A primeira referência que se tem ao português em jornais externos ao Estado do Pará foi encontrada no jornal manauara *Diario de Manáos*, no ano de 1893. Nesse periódico, é possível encontrar cartas abertas¹⁸ a Joaquim Antonio de Amorim, quando representante da “Equitativa dos Estados Unidos, Sociedade de Seguros Sobre a Vida”, agradecendo por sua agilidade em resolver questões burocráticas para recebimento de seguro de vida para menores tutelados¹⁹.

O autor, senhor Cândido José Rodrigues, quase que devotadamente redige uma mensagem de agradecimento ao Visconde: “significar-lhe os meus mais sinceros agradecimentos pela sua coadjuvação no preparo dos papeis que foram necessários para a liquidação de seguro feito”²⁰. Na mesma publicação, ainda aparece uma carta da mãe de alguns tutelados agradecendo o conselho do senhor Amorim, que ajudou a agilizar as questões relacionadas ao pagamento do que era devido à família dela. A senhora Julia Candida de Carvalho trata as ações como um “acto humanitário” e que estaria eternamente grata por ele ser o responsável pelo sustendo dos filhos dela.

Ressalta-se aqui o que propõe Guimarães (2018), ao discorrer sobre as benemerências como uma possibilidade de inserção social e destaque. Ainda que estejam ligadas a uma questão de trabalho, replicar tais cartas abertas em jornais tratando o lusitano como um humanitário seria uma maneira de mostrar para os leitores do jornal tanto as ações desenvolvidas pela empresa quanto as do próprio

¹⁸ As mesmas cartas abertas foram publicadas por alguns dias seguidos nos jornais locais e replicadas em jornais cariocas e cearenses.

¹⁹ Menores de idade que não estão sob a guarda dos pais, mas sim de outros indivíduos que se responsabilizam por eles.

²⁰ *Diario de Manáos – Propriedade de uma Associação*, 28 de novembro de 1893, p.2.

Visconde, representado como um indivíduo complacente ou piedoso para com o próximo, dando, assim, destaque para sua figura pública.

A importância que as empresas seguradoras possuíam naquele momento era grande. Tavares (2016) mostra que o comércio gomífero fez com que surgissem e se instalassem na capital paraense casas exportadoras, seguradoras, bancos e outras empresas que eram fundamentais para essa dinamização econômica, já que seus lucros eram utilizados em melhorias públicas e privadas na cidade. Assim, a Garantia da Amazônia, fundada por Joaquim Antonio de Amorim, tornava-se símbolo da prosperidade. O jornal *O Matto-Grosso* anunciava:

Levando mais longe suas visualidades, fundou ha poucos mezes uma succursal em Lisboa, com uma directoria especial, composta de antigos negociantes d'esta praça, muito conhecedores dos nossos negócios e portadores de nomes íntegros e respeitados.²¹

Percebe-se que Amorim e seus negócios estavam mais do que consolidados, construindo ou fortalecendo ainda mais os laços existentes entre Belém e Portugal por meio de “sua” empresa de seguros. O mesmo periódico ainda anunciava que “sua ininterrupta prosperidade é a prova mais eloquente da confiança publica no tino, no criterio e na infatigável dedicação da alma d'aquella empresa, o sr. comendador Joaquim Antonio de Amorim”²².

Sendo conhecido da praça comercial da capital paraense, Joaquim Antonio de Amorim, que já não assinava apenas seu simples nome, mas juntava a ele o título de Visconde de Monte Redondo, foi presidente da Associação Comercial do Estado do Pará. Nesse cargo, foi responsável pela arrecadação de produtos para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908²³ (Figura 8), junto com outros indivíduos da sociedade paraense, como Ignacio Moura, Jaques Ourique e Jacques Huber. Ressalta-se, aqui, o caráter diferenciado de um português, não mais durante o Império ou o período colonial, em ocupar o cargo de presidente da Associação Comercial e ser o responsável pela arrecadação de produtos paraenses para a exposição nacional.

²¹ *O Matto-Grosso*, 14 de agosto de 1904, p.4.

²² *O Matto-Grosso*, 14 de agosto de 1904, p.4.

²³ Exposição Nacional em que participavam todos os estados do Brasil e outros países. Foi celebrada em comemoração ao centenário da abertura dos portos do Brasil. Nela, era possível encontrar produtos naturais e manufaturados de todo o país, uma espécie de grande vitrine da produção nacional.

Figura 8 – Comissão para a Exposição Nacional de 1908, do Estado do Pará.²⁴



Fonte: 1908 – *Album do Estado do Pará*, 1908.

Em 1910, segundo o jornal amazonense *Correio do Norte*²⁵, o Visconde de Monte Redondo seria a pessoa mais abalizada para opinar acerca da abertura de linhas fluviais do Lloyd Brasileiro²⁶ entre Pará e Portugal, já que era “encarregado do consulado portuguez e proeminente figura do nosso comercio”²⁷. Na entrevista, é possível perceber o interesse do lusitano em reafirmar os laços com Portugal por meio da ligação marítima feita pelo Lloyd Brasileiro. Mas não apenas isso, os planos eram maiores, ligar a capital paraense a outros portos da América e da Europa como, por exemplo, a Liverpool, que, naquele momento, era um dos maiores portos com conexões econômicas com Belém do Pará.

No final da entrevista sobre o Lloyd Brasileiro, o editor do jornal escreveu: “O nosso companheiro julgando-se satisfeito, agradeceu ao sr. visconde a fineza que lhe acabava de dispensar, retirando-se captivo pela maneira fidalga com que o acolheu aquelle titular”²⁸. Observa-se o tratamento do editor para com Joaquim Antonio de Amorim, pois o termo “titular” indica que o português era possuidor de algum título de

²⁴ Da esquerda para a direita, em pé, estão: Cel. J. Pinto Ribeiro, Aureliano Eirado, G. Gruner, Dr. Ignacio Moura, J. Vianna, Figueira, Dr. H. Schindler, J. L. de La Rocque, Dr. Arlindo Couto, André Goeldi. Sentados, estão: Dr. J. Huber, Visconde de Monte Redondo, Dr. Francisco Miranda, General Jacques Ourique, Dr. Ferreira Teixeira e Ten. Cel. Aureliano Guedes.

²⁵ *Correio do Norte – Orgão Independente*, 29 de setembro de 1910, p.1.

²⁶ O Lloyd Brasileiro foi uma companhia de navegação estatal criada em 1894, extinta em 1997, com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

²⁷ *Correio do Norte – Orgão Independente*, 29 de setembro de 1910, p.1.

²⁸ *Correio do Norte – Orgão Independente*, 29 de setembro de 1910, p.1.

nobreza, nesse caso, o de Visconde de Monte Redondo. Porém o ano de 1910 é interessante para perceber como o título de Visconde ou de nobre era de fundamental destaque para a representação e o poder de Amorim, afinal de contas, foi em 1910 que a República portuguesa foi instaurada e os títulos nobiliárquicos foram abolidos. Isso mostra que a construção de uma imagem de Visconde acabou por se tornar maior que a pessoa.

Pode-se ligar essas representações construídas pelo próprio Visconde, assim como por terceiros, aos conceitos de *habitus* e *ethos*. Pensar *ethos* como o que propõem Bourdieu e Passeron (1982), como um conjunto de traços interiorizados que dão caráter coletivo a um grupo, faz com que se perceba Joaquim Antonio de Amorim como um novo rico e nobre que passa a integrar um outro grupo social e adquire novos costumes e práticas que o fazem pertencer àquele nicho. Essa ideia, junto com a *haxis*, faz parte do conceito mais amplo de *habitus* que Bourdieu (2009) desenvolveu, percebendo-o como anseios, estilos de vida e gostos incorporados pelo indivíduo e como o mesmo passa a ver e se relacionar com o mundo ao seu redor.

Outra impressão a respeito do fundador da Garantia da Amazônia foi localizada no jornal mineiro *O Pharol*:

Exmo. Sr. Visconde de Monte Redondo. Mais uma vez, a sociedade paraense pelos orgams expressivos e sinceros de todas as suas, vêm reiterar-vos as homenagens a que, fizestes jús pela elevação de vossa inteligência, pela nobreza de vossos sentimentos, pela integridade de vosso character [...] Generoso, magnanimo, excelsamente altruista [...] o que vos destaca são as peregrinas virtudes, os actos de cavalheirismos, as prendas de homem superiormente generoso e leal.²⁹

Depreende-se que Joaquim Antonio de Amorim era uma pessoa aparentemente bem quista na sociedade paraense. Isso é algo que contrastou, posteriormente, quando, em 1919, a Garantia da Amazônia foi à falência e saíram notícias nos jornais criticando o Visconde, culpando-o pela falência e alegando que ele havia roubado dinheiro da empresa e de seus associados. Assim, constata-se que o mito do indivíduo perfeito se desconstrói, sendo alvo de críticas de pessoas que anteriormente eram próximas a ele.

Em 1909, a Bahia recebeu a visita do ilustríssimo Visconde (Figura 9), destacado, na *Revista do Brasil*, editada naquele estado, como homem “de grande evidencia no elevado commercio paraense, em cujo seio gosa, muito justamente,

²⁹ *O Pharol*, 23 de maio de 1910, p.2.

alentado núcleo de sinceras sympathias e credito invejável pela rectidão de seu character adamantino, exemplar e impeccavel conducta”³⁰. Ressalta-se aqui a importância dada à visita do português à Bahia, o que pode ser observado no destaque que o jornal lhe deu, dedicando-lhe uma página inteira do periódico com direito a textos e fotografia, falando da trajetória de tal indivíduo. Infere-se a ideia de que o *status* conseguido no Pará como comerciante e administrador extrapolou as fronteiras do estado, e, portanto, Monte Redondo acabou por se tornar um dos ilustres que eram considerados dignos de ser anunciados em revistas de outras capitais brasileiras.

Figura 9 – Visconde de Monte Redondo.



Fonte: *Revista do Brasil*, 1909.

A *Revista do Brasil* ainda registra que o senador Antonio José de Lemos contava com a figura de Monte Redondo para levantar e fazer progredir “a formosíssima Belém, onde tem grande parte de sua fortuna”³¹. A revista também revela que, quando foi presidente da comissão para a exposição do Rio de Janeiro em 1908, o nobre português ansiava em tornar popular seu respeitado nome. Isso corrobora a ideia de que os homens não fazem as coisas sem motivo, é muito comum haver algum interesse por trás de suas ações. No caso do Visconde, possivelmente era o desejo de divulgar o seu nome pelo Brasil por meio da exposição.

³⁰ *Revista do Brasil*, 15 de novembro de 1909, s.p.

³¹ *Revista do Brasil*, 15 de novembro de 1909, s.p.

A figura de Monte Redondo foi elogiada não só em revistas brasileiras, mas em europeias também, como é o caso de sua aparição na revista *Ilustração Portuguesa*, em 1910. Nela, ele é cotado como “Uma das mais brilhantes figuras da sociedade paraense, membro da comissão promotora do certâmen do Estado do Pará na Exposição do Rio de Janeiro”³². O prestígio do comerciante nobre já não era apenas local ou nacional, ele chegou a ser reconhecido por seus pares da terra natal, possivelmente um motivo de grande júbilo, afinal de contas, aparecer em revistas ilustradas era também participar dos acontecimentos importantes da vida social e das camadas mais abastadas da sociedade.

O Visconde, após escândalos envolvendo a Garantia da Amazônia, caiu no ostracismo e, ao falecer, em Belém, aos 80 anos, em 27 de dezembro de 1934, foi digno apenas de uma pequena nota de jornal que anunciava:

Após vários meses de rebelde enfermidade, faleceu no Hospital D. Luiz I o Sr. Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo. O extinto que era figura de larga projeção no nosso meio comercial contava com 80 anos de idade e residia em Belém há cerca de 60.
O Sr. Visconde de Monte Redondo, que era natural de Portugal, deixa viúva e uma filha.³³

Com a morte do Visconde, foi realizado o inventário dos bens por ele deixados, revelando um pouco mais do seu modo de viver e de onde vinha o dinheiro que mantinha a sua família. Quanto a sua herança, há a necessidade de se compreender duas questões antes de citar brevemente a forma como foram divididos os seus bens: as estratégias utilizadas para manter esse patrimônio entre familiares e que tipo de herança era deixada. Quanto ao primeiro ponto elencado, Tavares explicita:

A escolha dos herdeiros envolve diversas questões, podendo agregar o grau de parentesco e a responsabilidade que a ele se deposita, a gratidão pelas benfeitorias vividas, amizades, entre outros aspectos que demonstram a diversidade que os sistemas de divisão de heranças carregam. Junto a isso, ainda deve-se considerar o contexto em que as fortunas são distribuídas entre os herdeiros, na Belém da borracha, por exemplo, as mudanças sofridas nos produtos e serviços, geraram a valorização de determinados bens em detrimento de outros, novos signos de valor, fato que pode interferir diretamente na nomeação de um herdeiro visto como “capaz” de manter e multiplicar o patrimônio da família (2016, p.89).

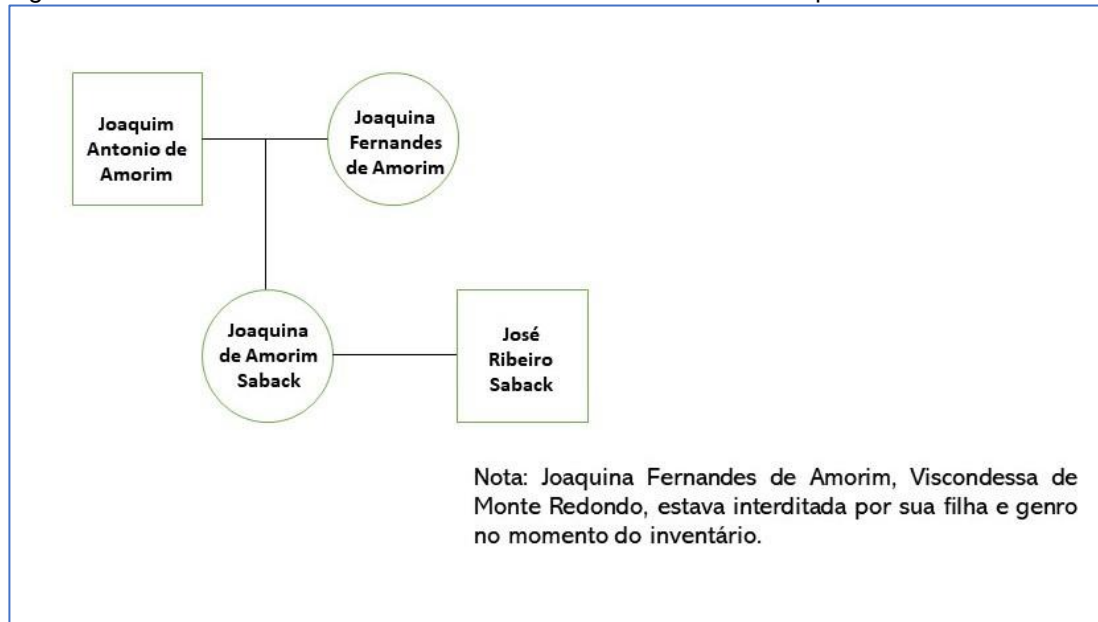
Sobre o segundo ponto, o capital possuído pelo Visconde era sumariamente especulativo, ele acumulava apenas algumas ações de empresas paraenses e

³² *Ilustração Portuguesa*, 3 de setembro de 1910, p.11.

³³ *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1934, p.10.

dinheiro depositado em bancos³⁴. A presença de capital especulativo no inventário de Joaquim Antonio de Amorim se deve à forma como eram alocados a riqueza e os investimentos desses indivíduos. Como informa Tavares (2016), nesse momento, pós crise da borracha, as ações bancárias, de empresas e de serviços se tornaram a segunda maior forma de investimento dos indivíduos portugueses na capital paraense, perdendo apenas para o numerário circulante. No inventário de Joaquim Antonio de Amorim, é possível perceber a presença de pouquíssimos bens, além de apenas uma herdeira, que era sua filha Joaquina de Amorim Saback (Figura 10).

Figura 10 – Quadro de Herdeiros do Visconde de Monte Redondo a partir de seu Inventário.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados no *Inventário...* (1935).

Seu testamenteiro por cabeça foi o genro Sr. José Ribeiro Saback³⁵, visto que a Viscondessa estava, provavelmente, com a idade avançada e interdita pela família. Desse modo, é possível que bens imóveis tenham sido passados em vida para a filha e o genro, porém não foram encontradas referências a tais transações. A exemplo da relevância da atuação do Visconde de Monte Redondo em Belém, pode-se citar o seu maior empreendimento na capital paraense, a Garantia da Amazônia.

³⁴ Alguns dos bens listados no inventário do Visconde de Monte Redondo foram uma caderneta com valores no Banco do Pará, ações do Banco do Pará, do Banco Commercial do Pará, da Companhia de Seguros Commercial do Pará, da Companhia de Seguros Amazônia, da Fábrica de Cerveja Paraense, apólices do empréstimo interno do estado e do empréstimo da Municipality of Belém of Pará.

³⁵ Inventário do Visconde de Monte Redondo, 18 de janeiro de 1935. Centro de Memória da Amazônia/UFPA.

2. 2 A Garantia da Amazônia ou do Bolso³⁶ do Visconde?

A temática dos seguros ou das empresas de segurança ainda é pouco trabalhada pela historiografia, sendo amplamente analisada principalmente por profissionais da área do direito ou da economia. O Brasil possui antecedentes muito antigos em relação a tais empresas, que remontam ao antigo império português e, posteriormente, à vinda da família real para o Brasil.

As empresas de segurança não surgiram como empresas capitalistas, mas, sim, foram frutos do sistema mercantil. A relação delas com os outros empreendimentos era totalmente diferente do que se vê no contexto do capitalismo. Como propõe Megliorini (2008), a sociedade portuguesa no século XVIII era corporativa, e, nesse contexto, surgiu a Casa dos Seguros, responsável por regularizar o comércio e a relação das seguradoras com o império português. Quando, posteriormente, a corte se instalou no Rio de Janeiro (1808), uma instituição com o mesmo nome e finalidades similares foi constituída.

As empresas de segurança existentes em território brasileiro eram de capital inglês e vinculavam-se principalmente ao transporte marítimo. Com a chegada de Dom João VI e sua corte ao Brasil, o capital interno passou a ser utilizado na criação desses negócios. Payar (2012) discorre que, sem nem mesmo ter chegado ao Rio de Janeiro, Dom João VI já autorizava a instalação da primeira companhia de seguros brasileira chamada Companhia de Seguros Boa Fé. Tal empresa foi fundada em Salvador com intuito de, junto à praça comercial, facilitar e desenvolver o comércio marítimo daquele local.

Ao longo do século XIX, a quantidade de seguradoras cresceu exponencialmente, devido à navegação intercontinental em busca de escravos, como propõe Payar:

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a contratação de seguros sobre os riscos que acometiam a carregação de escravos foi tão frequente como o foram as próprias expedições negreiras ao continente africano. Em termos mais específicos, esses seguros visavam garantir os empreendedores das viagens contra os riscos de rebeldia escrava e de morte dos cativos (2012, p.62-63).

O aumento do comércio transatlântico e, posteriormente, do comércio cafeeiro foi fundamental para a consolidação e o incremento das companhias de seguro.

³⁶ Utiliza-se aqui o termo “Bolso do Visconde” como alusão às críticas dos jornais da época que afirmavam que Monte Redondo desviava dinheiro da Garantia da Amazônia.

Assim, elas também passaram a diversificar seus enfoques, como, por exemplo, seguros marítimos, terrestres e de vida.

Como afirma Lanna, “a primeira década da republicana revela um ambiente de euforia econômica, gerado sobretudo pelo encilhamento, também apresenta um cenário de instabilidade herdado da crise especulativa dos primeiros anos da república” (2018, p.13). Nesse mesmo período, a região amazônica passava por um momento de intenso fluxo de capitais, mercadorias e pessoas por conta do comércio de borracha. Coelho (2011) explicita que os ares burgueses europeizados estavam transitando nos mesmos espaços nos quais havia essa circulação internacional de pessoas e mercadorias, fazendo, assim, com que as cidades tivessem que se reestruturar por conta dessas mudanças e de novas demandas.

Como já explanado anteriormente, as seguradoras, as casas aviadoras, os bancos e outras empresas foram fundamentais para a economia de Belém entre o final do século XIX e início do XX. Assim, foi fundada a Garantia da Amazônia Companhia de Seguros Mútuos Sobre a Vida, embora não tenha sido a primeira empresa de segurança na/da região norte, porém foi a primeira grande empresa desse tipo existente na região amazônica. Segundo Theodoro Braga,

É simples a historia de como germinou a idéa de criação dessa poderosa companhia – Garantia da Amazônia – um dos mais abastados negociantes do Pará, em 1896, o Sr. João Lucio de Azevedo³⁷, socio da firma A. Berneaud & C^a, muittos annos conhecido no mundo litterario brasileiro e entendido historiador, de passagem pela ilha de Barbados, no Atlântico, cuja população não excede a 170.000 almas, notou que o mais sumptuoso edificio da capital da ilha pertencia a uma sociedade de seguros mútuos puramente local, cujos capitaes representavam a accumulção de milhões de dólares constituída de pequenas contribuições de seus numerosos associados³⁸.

Fica evidente na escrita de Theodoro Braga a grandiosidade do projeto, inspirado na *Barbados Mutual Life Assurance Society*³⁹, uma das mais antigas e influentes companhias de seguros das Américas naquele contexto.

Ao retornar para Belém, João Lúcio de Azevedo entrou em contato com diversos comerciantes propondo a criação de uma empresa similar à que conheceu

³⁷ João Lúcio de Azevedo foi um historiador português que veio para o Brasil e se estabeleceu no Pará na segunda metade do século XIX. Em Belém, trabalhou em diversas empresas, com destaque para a Livraria Tavares Cardoso. Escreveu diversos livros sobre a região amazônica e, segundo Theodoro Braga, ao voltar para Portugal, atuou como representante comercial da Garantia da Amazônia. Mais informações sobre João Lúcio de Azevedo estão em Melo (1970).

³⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo do IHGSP, Fundo Theodoro Braga. Garantia da Amazônia.

³⁹ A *Barbados Mutual Life Assurance Society* foi fundada em Barbados, no ano de 1840, e atualmente pertence ao conglomerado Sagicor Financial Corporation (SAGICOR, 2020).

em sua viagem. Quem aprovou a ideia foi Joaquim Antonio de Amorim, que, junto com um grupo de 26 comerciantes⁴⁰, fundou, em 1897, a Garantia da Amazônia. A regularização de funcionamento da empresa na seara federal se deu através do Decreto n.º 2597, de 31 de agosto de 1897, e na instância estadual pelo Decreto n.º 424, de 3 de abril de 1897 (GARANTIA, 1897).

Anunciava assim o periódico *Diario de Noticias* em 29 de abril de 1897:

Qual novo paladino que bem armado se apresenta no campo da liça certo de conquistar os louros da victoria, apparece hoje na sessão de anuncios a futura sociedade que, escudada pelos nomes mais conceituados desta praça, se destina á nobre missão de, por nossa falta, facultar aos nossos lares o conforto e bem estar, e, quem sabe? Talvez delles expellir a fome e a miséria.⁴¹

No discurso, o jornalista ressalta a ênfase dada a respeito da fome e da miséria, das quais a então nova empresa seria a salvadora, apelando, assim, às classes populares para contratarem os serviços, haja vista que, por ser uma empresa de caráter mutualista, sobreviveria da contribuição dos segurados.

Acredita-se que a empresa sabia manejar sua inserção nos diversos grupos da sociedade. Afinal de contas, para além dos fundadores, a primeira apólice de seguro sobre a vida emitida para outra pessoa foi para o então governador José Paes de Carvalho⁴². Esse ato pode ser compreendido como uma homenagem ao governador, mas também como uma forma de tentar garantir espaço na seara econômica do governo estadual ou como uma retribuição pela autorização de funcionamento da empresa.

A relação do governador Paes de Carvalho com a Garantia da Amazônia ganhou as páginas dos jornais cariocas, inferindo que houve receio em autorizar o funcionamento da seguradora:

⁴⁰ Os 26 indivíduos que tomaram parte na fundação da Garantia da Amazônia foram: “Augusto Fernando Berneaud, Antonio José de Pinho, Augusto Pereira Soares Camarinha, Antonio Rodrigues Vieira, Cyrillo Francisco Kiernan, Darlindo da Cunha Rocha, Emilio Adolpho de Castro Martins, Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves (desembargador), Firmo José da Costa Braga (doutor), Francisco de Araujo Cerqueira Lima, Francisco Gomes de Amorim, Francisco Joaquim Pereira, Ignacio de Sousa Lages, José Casemiro Brazil Montenegro, João Lucio de Azevedo, João Gualberto da Costa Cunha, José Augusto Corrêa, José Marques Braga, Joaquim Theodoro Bentes, João Borges Alves, Joaquim Antonio de Amorim, João Ventura Ferreira, Luiz da Silveira Azevedo, Manoel da Silva Cruz Junior, Manoel Theophilo de Sousa Vasconcellos e Manoel José Pereira Leite Junior” (GARANTIA..., 1897, p.16).

⁴¹ *Diario de Noticias*, 29 de abril de 1897, p.2.

⁴² BRAGA, Theodoro. Garantia da Amazônia. (Sem Data) – Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Grande reluctancia teve o Governo do Estado em assignar o decreto de concessão e sómente o fez depois de consulta ao Ministro das Finanças da União, que ao nosso ver, não andou acertado dizendo poder o Governo estadual fazer essa concessão⁴³.

Ainda de acordo com o jornal, as pessoas que contratassem os serviços da empresa poderiam ser lesadas, já que existia o risco da não autorização de seu funcionamento pelo governo federal. Ressalta-se aqui que não era apenas uma opinião do articulista que estava sendo emitida, pois vários juristas, como Tito Franco, Demétrio Ribeiro, Arthur Lemos e Arthur Porto, reforçavam a ideia da ilegalidade na qual operava a empresa.

Mesmo sendo uma empresa com pouco tempo de criação, a Garantia da Amazônia já estava expandindo suas ações por outros estados da região amazônica. Manaus foi um dos primeiros lugares que possuíram uma representação da seguradora, haja vista que a empresa não estava totalmente regularizada, sendo seu funcionamento autorizado somente pelo governador do Pará. Assim, o colunista de *O Imparcial* criticava os gestores: “Provada, porém a incompetência dos Estados, é clara que a autorização destes é ilegal, e pois que ella não pode dispensar a do Gov. Federal”⁴⁴. Isso se deu pelo fato de que, segundo o periódico, Paes de Carvalho permitiu a autorização para funcionamento da Garantia não apenas no Pará, mas também em outros estados, ultrapassando assim a autoridade presidencial.

Nesse sentido, também a nota intitulada “A Ilegalidade da Garantia da Amazônia” publicada por “Um interessado” no *Diario de Noticias*, afirmava: “Pede-se á companhia ‘União Paraense’ para continuar a publicar o annuncio que trata da legalidade duvidosa da ‘Garantia da Amazônia’ visto que esse annuncio tem lhe proporcionado muitos seguros”⁴⁵. Continuaram com uma série de acusações⁴⁶ contra a legalidade da Garantia, mas sempre as respostas eram embasadas juridicamente pelo desembargador Ernesto Chaves, advogado da seguradora.

A quantidade de empresas desse tipo existentes no Brasil na virada do século XIX para o XX era grande, gerando disputa no mercado de seguridade. Os anúncios da Garantia publicados de abril a agosto de 1897 eram constantes mesmo que ela oficialmente ainda não possuísse a autorização do presidente para funcionar, fazendo,

⁴³ *Jornal do Commercio*, 25 de agosto de 1897, p.1.

⁴⁴ *O Imparcial*, 25 de julho de 1897, p.2.

⁴⁵ *Diario de Noticias*, 27 de julho de 1897, p.2.

⁴⁶ A partir das respostas da Garantia, algumas foram identificadas como realizadas por A. Darlot, um dos diretores da “Sul Americana”, outra empresa de seguridade que atuava no Pará no final do século XIX.

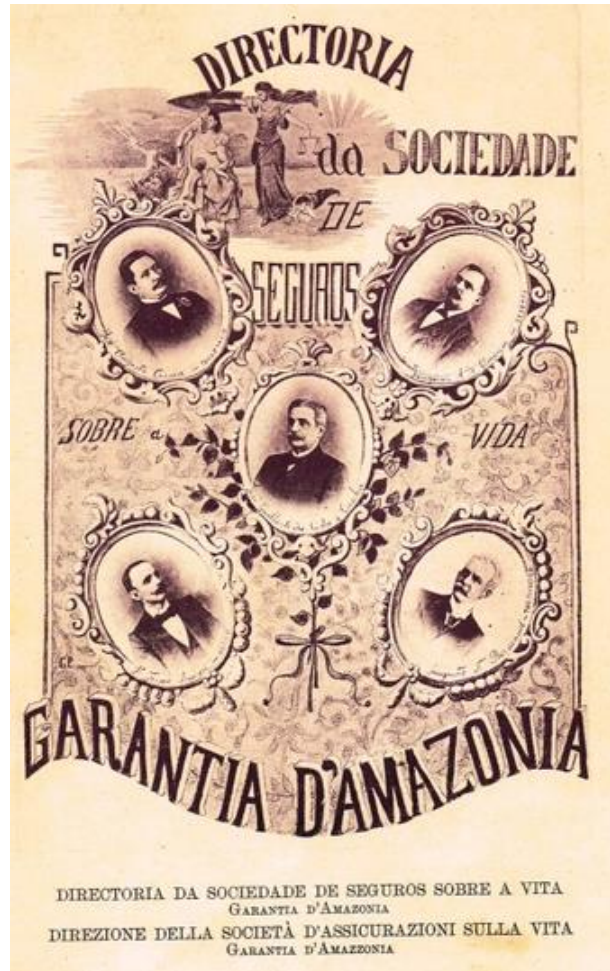
assim, com que se perceba a intenção de conquistar espaço no mercado. Lanna, ao afirmar que “Uma disputa ocorrida na imprensa entre as companhias brasileiras Sul América, Equitativa e Garantia da Amazônia, com a primeira acusando as últimas de pouco confiáveis em suas reservas e poupanças” (2018, p.80), corrobora esse espaço de disputa por meio de artigos semanais ou até diários de uma empresa que não quer perder espaço no mercado para outras que há pouco tempo estavam operando e já conseguiam bons dividendos.

Mesmo sem a completa autorização, a seguradora funcionava, e algumas das atividades competentes àquela empresa que se estabelecia na cidade de Belém eram:

- 1º, effectuar seguros sobre a vida de individuos, pagaveis por morte ou em vida, em época previamente determinada;
- 2º, constituir rendas vitalicias immediatas ou differidas, sobre a vida de uma só pessoa, ou sobre a de varias em combinação;
- 3º, resgatar suas apolices ou contractos de seguros, conforme o disposto no final do art. 8º;
- 4º, effectuar em geral toda a classe de operações e contractos de seguros que repousem sobre bases scientificas e cujos efeitos dependam da duração da vida humana
- 5º, não fará qualquer outra operação que não seja diretamente relativa ao seu fim capital, sob pena de lhe ser cassada a autorização para funcçionar;
- 6º, é expressamente vedado, resegurar os seus seguros em companhias estrangeiras dentro ou fóra do paiz, mas poderá fazel-o em companhias nacionaes que tenham sua séde no paiz (GARANTIA..., 1897, p.4-5).

Além disso, os estatutos explicavam acerca do papel dos sócios da empresa, dando ênfase aos fundadores e o que a eles competia, como, por exemplo, contratar automaticamente seguros de vida e realizar um empréstimo com valor fixado para a empresa poder realizar todas as suas atividades, lhes dividindo um valor de 20% do lucro líquido como dividendos. Com a instalação da firma, a primeira diretoria foi composta por João Gualberto da Costa Cunha, Augusto Fernando Berneaud, Joaquim Antonio de Amorim, Manoel da Silva Cruz Junior, negociantes do comércio, e Firmo Braga, médico paraense (Figura 11).

Figura 11 – Diretoria da Garantia da Amazônia em 1899.⁴⁷



Fonte: Caccavoni (1899).

Após a autorização de seu funcionamento em todas as instâncias legais, a Garantia da Amazônia conseguiu crescer exponencialmente em seus valores, como pode ser visto na Tabela 01, referente ao período que vai de seu primeiro ano de funcionamento ao ano de 1900:

Tabela 01 – Valores em réis da Garantia da Amazônia do seu primeiro ano de funcionamento oficial ao ano de 1900.

Ano	Garantias Oferecidas	Sinistros Pagos	Reservas Técnicas	Sobras e Outros Fundos de Reserva
1898	4.957:479\$591	319:539\$870	1.275:176\$349	245:511\$969
1899	6.711:860\$558	682:483\$590	2.611:265\$577	491:282\$804
1900	8.523:116\$428	760:694\$335	3.934:381\$024	837:479\$899

Fonte: Elaboração própria, adaptando Lloyd et al. (1913).

⁴⁷ Da esquerda para direita, de cima para baixo: José Augusto Correa (Secretário), Joaquim A. de Amorim (Gerente), João Gualberto da Costa e Cunha (Presidente), Dr. Firmo Braga (Médico), Augusto F. Berneand (Tesoureiro) (ALBUM..., 1899).

Provavelmente, o crescimento da empresa se deveu à maneira como administravam o dinheiro nela investido, bem como à abertura para novas possibilidades de seguros e à forma como resolviam os pagamentos dos segurados com rapidez, caso, por exemplo, do pagamento do seguro de João Serrão de Castro – um idoso de 97 anos que morava em Cametá e veio a óbito –, que foi realizado para o representante da viúva apenas 24 horas depois de apresentadas a documentação necessária. Segundo o *Diário de Notícias* (1897), “Antes da fundação da *Garantia da Amazônia*, um seguro de vida n’este Estado, só era liquidado após longos mezes de espera, até que do Rio aqui chegasse a solução definitiva sobre a decisão da companhia”⁴⁸. Assim, constata-se que a possibilidade de novos adeptos desses planos de seguro possivelmente aumentou, já que havia a facilitação para o pagamento do dinheiro do segurado.

Outro exemplo do diferencial das atividades da seguradora se refere à questão dos suicídios, como anuncia a notícia intitulada “Os suicidas e as companhias de seguros sobre a vida”:

cumpra nos registrar que a Garantia da Amazônia, em virtude de cláusulas explícitas e inequívocas, consignadas em suas apólices, não exclue classe alguma de riscos um anno depois de seguro qualquer mutuário. Nem de outra fôrma se póde conceber o procedimento de uma companhia de seguros, porque o suicidio é invariavelmente resultado de uma alienação mental, moléstia de que todo o mortal é aliás susceptível, como susceptível é a todos os outros ataques endêmicos ou epidêmicos.⁴⁹

Ainda sobre a temática, o artigo registra que a Garantia se diferenciava das empresas norte-americanas, já que estas seguradoras não eram obrigadas a pagar os sinistros dos suicidas. Segundo Tavares e Xavier (2012), em 1916, o código civil brasileiro definia que o suicídio com premeditação estaria dispensado de indenização e o não premeditado poderia ser discutido pela cobertura da seguradora⁵⁰. Ao afirmar que o suicídio é uma doença como outra qualquer, a Garantia da Amazônia estaria abrindo o mercado para um novo público-alvo que seria contratante de seus serviços⁵¹.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1897, p.2.

⁴⁹ *A Pacotilha*, 9 de fevereiro de 1898, p.3.

⁵⁰ O segurado era responsável por provar que o suicídio teria sido premeditado ou não. Isso caberia à apresentação de provas.

⁵¹ Além dessa possibilidade de seguro para suicidas, a Garantia da Amazônia diversificava inovando em suas modalidades de apólices, como a Apólice de Renda Fixa, por ela criada em 1898.

Durante o final do século XIX, o investimento em propagandas da empresa (Figura 12) foi enorme, repercutindo dentro e fora do país, uma maneira de conseguir mais clientes e filiais em outros locais. A relevância da empresa na sociedade paraense era tão grande que a colônia portuguesa no Pará escolheu uma apólice no valor de 25:000\$000⁵² contos de réis e deu de presente a Coelho Netto⁵³, em nome de seu filho, quando estava em viagem ao Pará.

Figura 12 – Logomarca da Garantia da Amazônia.



Fonte: *Almanak Henault* (1910, p.1050).

A repercussão e o sucesso da Garantia da Amazônia, ainda que em momentos iniciais, fizeram com que a empresa tivesse que se adaptar para melhor atender os clientes. Para tanto, foram necessárias mais de uma mudança de endereço, possivelmente para um espaço maior e que melhor acomodasse a seguradora. Essas mudanças de endereço são perceptíveis nas propagandas da Garantia. Em 1897, ela funcionava no primeiro andar de um prédio no então Boulevard da República, esquina com a travessa Campos Salles⁵⁴. Já no mês de agosto, ocupava o primeiro andar do

⁵² *A Pacotilha*, 6 de setembro de 1899, p.3.

⁵³ Henrique Maximiano Coelho Netto foi um professor, político e escritor brasileiro nascido no Maranhão, conhecido como príncipe dos prosadores brasileiros, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 2, bem como presidente da instituição. Para mais informações acerca de Coelho Netto, queira ver: Pereira (2013).

⁵⁴ *O Imparcial*, 22 de maio de 1897, p.3.

London and Brazilian Bank Ld.⁵⁵ (Figuras 13 e 14), que se localizava na travessa Campos Salles, esquina com a rua 15 de Novembro.

Figuras 13 e 14 – Anúncio da sede da Garantia da Amazônia e, posteriormente, apenas sede do London and Brazilian Bank, na rua 15 de Novembro.



Fontes: Caccavoni (1899); e Courieer e Billiter (1910).

Acompanhando as mudanças da capital paraense, a diretoria da seguradora também expandiu suas atividades a outros estados do Brasil. Abriu, aos poucos, escritórios na região nordeste, seguindo em direção ao sudeste brasileiro, a fim de gerenciar e representar a empresa naqueles locais. Em 1899, anunciava, então, o *Diário de Notícias* a inauguração de escritórios da Garantia no nordeste do Brasil realizada por um dos funcionários da empresa:

Para o sul da Republica segue no vapor “Espirito Santo”, o nosso illustre amigo sr. Amelio de Figueiredo, inteligente e activo agente geral da companhia paraense de Seguros de Vida, Garantia da Amazônia, que vae fundar nos Estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco, succursaes desta futorosa empresa.⁵⁶

⁵⁵ *Diário de Notícias*, 31 de agosto de 1897, p.3.

⁵⁶ *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1897, p.1

Não há indícios da inauguração efetiva dessas outras sedes da Garantia, porém a criação do escritório da Bahia foi intensamente festejada em evento solene no Banco Comercial daquele estado. A solenidade com a presença de diversos políticos, funcionários públicos e jornalistas foi realizada pelo atuário da seguradora, José Simão da Costa, que, ao longo de vários brindes e pronunciamentos, inaugurou o escritório em 28 de abril de 1898⁵⁷.

Em 1899, foi inaugurado o escritório que, posteriormente, se tornou uma das maiores representações da Garantia da Amazônia, o do Rio de Janeiro. Se localizava no cruzamento da Rua da Alfândega com a avenida Rio Branco, um dos centros da modernidade e de modificações arquitetônicas da capital do país (Figuras 15 e 16).

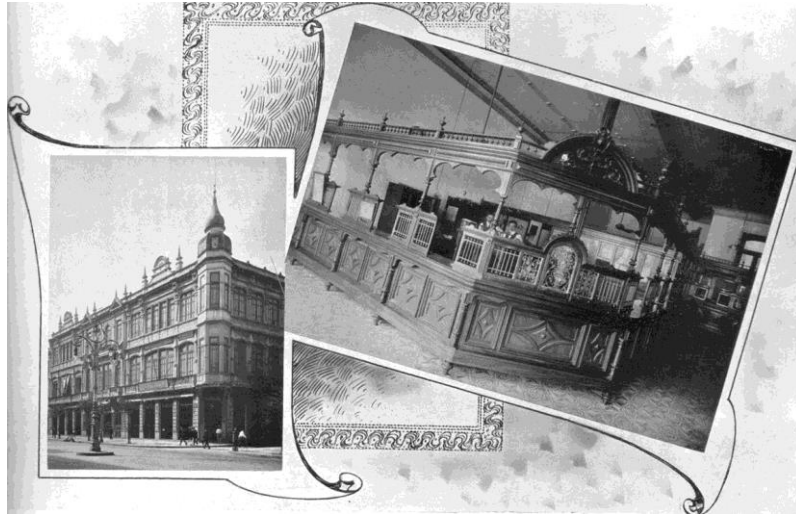
Figura 15 – Garantia da Amazônia – Edifício na avenida Rio Branco.



Fonte: Lloyd et al. (1913).

⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1898, p.1.

Figura 16 – Vistas Externa e Interna da Garantia da Amazônia no Rio de Janeiro.



Fonte: Lloyd et al. (1913).

Na solenidade, estavam presentes indivíduos das classes mais abastadas e influentes da capital nacional e de outros locais do Brasil, bem como jornalistas e políticos, a exemplo dos seguintes nomes: Conselheiro Silva Costa, Barão de Campolide, Dr. Gama Lobo, Enéas Martins e Olavo Bilac. Simão da Costa, como representante da Sociedade Garantia da Amazônia, discursou acerca da história da empresa e afirmou que “nem mesmo os mais optimistas de seus fundadores antecipavam a assombrosa surpresa que os esperava”⁵⁸, mostrando, assim, que existia uma incerteza na criação da Garantia e em seus sucessos.

Um ponto interessante a ser ressaltado no discurso de Simão da Costa era o caráter diferenciado que a empresa possuía no tratamento aos seus segurados:

Sendo uma Sociedade de Seguros de Vida, nada mais nem a menos que uma agremiação beneficente em todo sentido, differindo dos antigos moldes de associações de beneficencia simplesmente no ponto que diz respeito á fórma de distribuição dos beneficios, porque naquellas as viúvas e orphãos alli vão de porte altivo exigir o que lhes pertence de direito.⁵⁹

Evidenciava que não era necessário o estado de mendicância pelos quais passavam os indivíduos em outras agremiações beneficentes. Isso reafirma a ideia de que os indivíduos poderiam ascender socialmente através de ações de beneficência, afinal a ligação deles com uma instituição com tais intuitos os colocaria em um patamar acima na sociedade, sendo vistos como bem feitores ou amigos dos pobres.

⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 23 de julho de 1899, p.2.

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 25 de julho de 1899, p.3.

O negociante Eduardo Ramos foi escolhido como gerente oficial da empresa naquele estado. Segundo o jornal, ele aceitou o cargo já que:

A seu ver a instituição era tão nobre, tão digna, tão meritoria, e no caso vertente, eram tantos e tão merecidos os louvores unanimemente tecidos aos fundadores da Garantia da Amazônia que julgava um acto de patriotismo de todo o bom cidadão empenhar-se em prol dos interesses de tão sublime instituição.

Tinha, pois, accetado o cargo de gerente cõscio da responsabilidade que assumia, mas confiado na integridade da directoria paraense.⁶⁰

Ele ainda reiterava o papel de importância da empresa na capital do Brasil, esperando que ela tivesse o mesmo sucesso que tinha na região norte, o que contribuiria para o progresso da empresa.

O próximo escritório inaugurado foi o da cidade de São Paulo, que, primeiramente, se localizava na rua 15 de Novembro, n.º 32⁶¹. Lá, contou com a ilustre presença de Garcia Redondo⁶² como diretor gerente da sucursal. Em seu discurso na inauguração, deixou bem claro que, mesmo a sede da seguradora sendo em Belém do Pará, suas ações seriam:

perfeitamente local, já no que diz respeito á gestão dos seus negócios em geral, já porque é dentro do Estado de S. Paulo que serão empregados e concentrados todos os capitaes porventura aqui arrecadados de seus segurados. Assim, as vantagens offercidas ao povo paulista são excepcionaes, porque, áo passo que as enormes reservas já constituídas, e que aliás sobem a milhares de contos, servem de ampla garantia ás operação immediatas, os novos agremiados vão gozar da vantagem derivada de uma administração exemplar em toda a accepção da frase.⁶³

Esse tipo de colocação não aparece nos discursos de instalação das outras capitais. Ou seja, o dinheiro investido na Garantia da Amazônia seria revertido para investimentos no escritório e em função dos paulistas que fossem segurados pela empresa.

O crescimento e as atividades desenvolvidas pela Garantia fizeram com que ela fosse conhecida fora do país, sendo divulgada em diversos periódicos

⁶⁰ *Gazeta de Noticias*, 23 de julho de 1899, p.2.

⁶¹ *Gazeta de Noticias*, 22 de novembro de 1899, p.3.

⁶² Manuel Ferreira Garcia Redondo foi um engenheiro, jornalista e professor carioca que colaborava com periódicos nacionais e internacionais como o *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 24. Mais informações sobre Garcia Redondo encontram-se em *Academia...* (2020).

⁶³ *Gazeta de Noticias*, 18 de novembro de 1899, p.2.

internacionais⁶⁴. A revista *Insurance World* via na empresa “Uma Gloria Brasileira”⁶⁵, sendo responsável por marcar a história das seguradoras brasileiras, já que possuía à frente indivíduos notáveis social e economicamente, chegando facilmente a concorrer com as seguradoras norte-americanas. Segundo *The United States Review*, “Muito grato nos é registrar o indizível sucesso da Garantia da Amazônia, e nutrimos esperanças que ella imprima á nobre causa do Seguro de Vida todo o impulso e impeto que merece”⁶⁶. O periódico justifica essa felicidade por crerem existir pouco desenvolvimento dos seguros de vida nos países do sul.

Serzedello Corrêa⁶⁷ foi um dos que corroboraram com a ideia de necessidade da empresa na Amazônia e parte dos capitais nela investidos. Justificou, então, que o grande valor da empreitada se dava ao fato de ser “o mais humanitario e moralizador, alem de evitar a drenagem para o exterior de avultadíssimos capitães os quaes hoje ficarão no Pará, e em sua quasi totalidade procurando emprego na região amazônica”⁶⁸. Isso é visto nas pequenas notas que a Garantia da Amazônia mandava emitir em diversos jornais brasileiros (Figura 17).

Figura 17 – Nota sobre os investimentos da Garantia da Amazônia.

A economia, modestia o pericia administrativa da Garantia da Amazonia são o grande segredo de seu exito deslumbrante. Seus administradores preferem empregar os milhares de contos, que reservam annualmente para beneficio de seus segurados, em titulos de primeira ordem e em pequenos predios rendosos, a ostentar luxuosos immeveis improductivos.

Fonte: *Gazeta de Noticias*, 1899.

Segundo o anúncio da própria empresa, a Garantia da Amazônia não investia em prédios luxuosos e improdutivos. A *Revista Paraense* informa algumas das residências de propriedade da Seguradora, uma em que morava o contador da Garantia (Figura 18) e outra que mostra a Villa Garantia da Amazônia (Figura 19),

⁶⁴ As matérias e opiniões emitidas em revistas ou jornais norte-americanos foram traduzidas e replicadas em jornais brasileiros, assim se teve acesso à repercussão da Garantia da Amazônia fora do Brasil.

⁶⁵ *Gazeta de Noticias*, 20 de agosto de 1899, p.1.

⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 25 de dezembro de 1899, p.19.

⁶⁷ Inocêncio Serzedello Corrêa foi um militar e político paraense que ocupou os cargos de presidente de províncias e ministro no governo Floriano Peixoto. Foi também o criador dos Tribunais de Contas do país. Para mais informações sobre Serzedello Corrêa, queira ver: Tupiassu (2017).

⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 7 de dezembro de 1899, p.6.

possivelmente um conjunto residencial onde morariam funcionários da empresa ou que as casas que compunham seriam sublocadas para segurados – ambas modestas.

Figura 18 – Novo Chalet situado à travessa 22 de Junho⁶⁹, de propriedade da Garantia da Amazônia e onde reside o sr. Contador da referida sociedade.



Fonte: *Revista Paraense*, 19 de abril de 1910.

Figura 19 – Villa Garantia da Amazônia, composta de 14 prédios, situada à Estrada de São Braz⁷⁰, neste Estado.



Fonte: *Revista Paraense*, 19 de abril de 1910.

⁶⁹ Atualmente, a rua 22 de Junho se chama avenida Alcindo Cacela.

⁷⁰ Atualmente, chama-se avenida Braz de Aguiar.

Tal divulgação é controversa, uma vez que a *Revista do Norte* mostra o oposto a isso, pois nela é possível ver a residência do Governador do Estado do Pará (Figura 20), que era de propriedade da Garantia da Amazônia. Como poderia o ocupante do maior cargo da administração estadual residir em um pequeno prédio rendoso de propriedade da Seguradora? De fato, o governador residia em um palacete bem localizado⁷¹ na cidade de Belém, fazendo, assim, pensar qual a relação estabelecida entre o administrativo estadual e uma empresa privada de seguros. Provavelmente, o prédio era sublocado ao governo, uma das maneiras que a Companhia possuía para conseguir capital, tal como os empréstimos realizados ao Estado⁷² e a outras entidades⁷³.

Figura 20 – Prédio da Garantia da Amazônia, no qual residia o governador do Pará.



Fonte: Revista do Norte, 16 de maio de 1902.

⁷¹ A residência existe até hoje, na rua Presidente Pernambuco, ao lado da Igreja da Santíssima Trindade.

⁷² Segundo o periódico *Gazeta de Notícias*, de 27 de junho de 1897, a Garantia da Amazônia era uma das empresas que haviam emprestado dinheiro ao governo do Pará, uma quantia de 80:000\$.

⁷³ De acordo com Rodrigues (2021), o Visconde de Monte Redondo emprestou ao desembargador Ernesto Chaves dinheiro para a aquisição do prédio no qual funcionaria a Faculdade de Direito.

Tal controvérsia é corroborada por Lanna (2018), ao ressaltar a modernização na avenida Rio Branco onde a Garantia da Amazônia acabava de adquirir dois edifícios para sua empresa no ano de 1912.

Ao avançar do século XX, é possível perceber que a Garantia crescia cada vez mais em números e capitais, com períodos de leve estabilização e posterior novo crescimento, como pode ser visualizado na Tabela 02:

Tabela 02 – Valores em réis da Garantia da Amazônia, de 1901 a 1910.

Ano	Garantias Oferecidas	Sinistros Pagos	Reservas Técnicas	Sobras e Outros Fundos de Reserva
1901	9.853:332\$377	1.203:607\$274	5.011:689\$180	1.309:312\$748
1902	10.212:100\$776	582:612\$630	5.608:308\$786	1.786:639\$969
1903	11.067:367\$765	791:881\$640	6.100:950\$146	2.154:158\$190
1904	12.053:760\$628	985:827\$380	6.339:944\$522	2.245:663\$820
1905	12.110:304\$200	756:609\$610	6.441:831\$692	2.567:802\$218
1906	12.947:863\$397	653:783\$620	6.722:853\$259	2.992:884\$545
1907	13.572:290\$830	428:814\$110	7.075:102\$815	3.210:555\$537
1908	13.787:260\$932	492:376\$080	7.210:630\$949	3.372:598\$480
1909	14.542:194\$688	670:953\$940	7.770:805\$908	3.497:276\$322
1910	16.107:406\$559	534:549\$540	8.529:041\$855	3.713:853\$854

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Lloyd et al., 1913.

O crescimento da empresa fez com que os escritórios fossem reestruturados em departamentos. Como registra o livro *Impressões do Brasil no Século XX* (LLOYD et al., 1913), foram criados dois grandes departamentos, um com sede no Rio de Janeiro, o Departamento dos Estados do Sul, com abrangência da Bahia até o Rio Grande do Sul, e o Departamento dos Estados do Centro, com sede em Pernambuco, sendo responsável pela gestão de Pernambuco e estados adjacentes.

Em 1910, o Visconde de Monte Redondo, que era diretor-gerente da Garantia da Amazônia, fez uma viagem de quatro meses para o sul do Brasil. Nessa empreitada, ele visitou vários escritórios da região sul/sudeste e o Departamento dos Estados do Sul. Segundo o relatório apresentado pela seguradora e publicado,

Pela elevada somma de novos negócios que têm affluido ao departamento do Sul desta sociedade desde a chegada daquelle nossos distincto colega ao Rio de Janeiro, verifica-se a grande somma de sympathias que a nossa sociedade tem grangeado com a sua passagem em visita aos numerosos

colaboradores do referido departamento em todos os Estados, desde a Bahia até o Rio Grande do Sul.⁷⁴

Pode-se, então, perceber que, nessa viagem, Monte Redondo agia como uma espécie de relações públicas (Figura 21). Possuidor de bons contatos por ser comerciante antigo da praça do Pará, foi responsável por realizar contatos na região sul/sudeste do Brasil, conseguindo novos clientes para a empresa. Quando ainda estava no Rio de Janeiro, o Visconde foi o representante na inauguração da agência da capital federal, entregue à administração do Comendador Castro e Silva⁷⁵. Isso se deveu ao fato de o número de atividades na capital federal ter crescido demais, necessitando de uma sucursal específica para administrar as atividades lá desenvolvidas.

Figura 21 – Visita do Visconde de Monte Redondo e de Simões da Costa ao *Jornal do Brasil* e à *Revista da Semana*.⁷⁶



Fonte: *Revista da Semana*, 7 de setembro de 1912.

Dando continuidade ao processo expansionista de aquisição/edificação de novos imóveis (Figura 22), a *Gazeta de Notícias*, em artigo sobre a compra de um novo prédio para a seguradora, registra:

Atravessamos essa grande artéria que é para os cariocas um justo padrão de orgulho, quando um amigo nos informou:
— A “Garantia da Amazônia” adquiriu aquele prédio...

⁷⁴ *O Paiz*, 21 de maio de 1910, p.13.

⁷⁵ Segundo o periódico *A Imprensa*, de 7 de abril de 1910, o Comendador Castro e Silva já havia dirigido a empresa Popular Life, na Espanha e em Portugal, sendo, assim, um indivíduo abalizado para a administração do escritório da Garantia da Amazônia.

⁷⁶ O Visconde de Monte Redondo é o terceiro em pé, da esquerda para a direita.

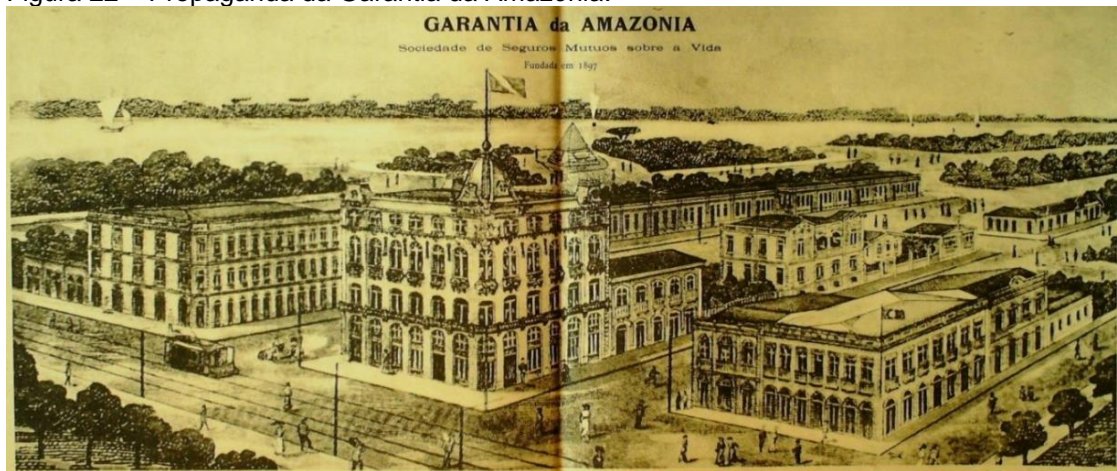
E apontou para o soberbo edificio, de construcção isolada, que fica ao lado da Caixa de Conversão, e no qual esteve funcionando por algum tempo o Repartição Federal de Estradas de Ferro [...]

O predio que a “Garantia da Amazônia” adquiriu é, a nosso ver um dos mais bellos da avenida Rio Branco.

De construcção solida, ocupando todo o quarteirão compreendido entre as ruas Benedictinos e Municipal, esse soberbo edificio de cinco amplos andares deita para a grande arteria a sua fachada austera e solene.⁷⁷

Assim, a empresa, que antes anunciava não investir em prédios luxuosos, mandou edificar um grande edificio no ponto fulcral da modernização carioca.

Figura 22 – Propaganda da Garantia da Amazônia.⁷⁸



Fonte: Courier e Biliiter (1910).

É possível pensar que, para os gestores, estava na hora de a empresa de grande renome possuir acomodações que fariam jus ao seu tamanho, escritórios maiores, luxuosos e mais confortáveis para poder desenvolver suas atividades, bem como estar presente em um dos pontos nevrálgicos da economia brasileira. Em 1913, ocorreu a inauguração do novo prédio, que não poupava luxo em suas dependências:

Desde a entrada percebe-se o cuidado, gosto e carinho que presidiu a instalação das diversas secções.

No vestibulo encanta o olhar e o espirito uma feliz concepção de Modesto Brocos⁷⁹, um aspecto dessa rica e fecunda região amazônica.

Um elevador nos leva aos diversos andares onde as diferentes secções funcionam com ordem e regularidade irreprehensíveis.

Não ha quem ali entre que não se retire com a impressão funda de ter percorrido as instalações de uma das mais importantes sociedades de seguros da America ou Europa.⁸⁰

⁷⁷ *Gazeta de Noticias – Sociedade Anonyma*, n.º 4, 1912, p.6.

⁷⁸ Essa propaganda é uma espécie de lugar fictício, visto que nela é possível visualizar vários prédios segurados pela Garantia e que foram colados juntos para compor uma peça publicitária.

⁷⁹ Modesto Brocos y Gómez foi um pintor e desenhista espanhol naturalizado brasileiro que atuou como professor da Escola Nacional de Belas Artes. Uma de suas obras mais conhecidas é *A Redenção de Cam*. Para mais informações, queira ver: Lotierzo e Schwarcz (2013).

⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 2 de janeiro de 1913, p.3.

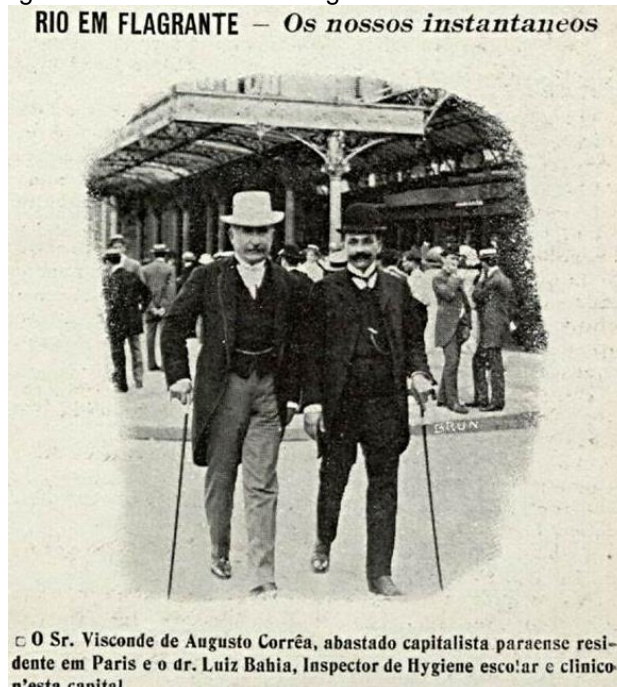
A obra arquitetônica foi anunciada como um dos maiores feitos do Brasil, já que se localizava na então capital federal. O *Jornal do Commercio* assim descrevia a presença do empreendimento:

figura entre os edifícios de maior destaque nessa grande e soberba arteria que é a Avenida Rio Branco [...] a “Garantia da Amazônia” veio como que preencher uma lacuna, veio dar ao Rio de Janeiro alguma coisa que lhe faltava. Ver uma companhia transferir seus escriptorios para um predio dessa natureza é sentir bem que vamos começando a saber trabalhar pelo bom renome desta terra maravilhosa.⁸¹

A Garantia e seus diretores ainda eram tratados com grande respeito e credibilidade. No entanto, alguns anos depois, descortinaram-se inúmeros escândalos veiculados pela imprensa, duvidando de tal idoneidade.

Talvez isso tenha relação direta com o cenário que se estabeleceu na região a partir da década de 1910, quando a borracha produzida na Amazônia entrou em crise, disputando mercado com a borracha asiática. Segundo Leandro (2015), o mercado paraense em termos gerais ficou dividido em duas partes, uma vinculada ao capitalista José Augusto Corrêa (Figura 23) e outra, a Eurico de Freitas Valle⁸².

Figura 23 – Visconde de Augusto Corrêa e Luiz Bahia.



Fonte: *Fon-Fon*, 16 de julho de 1910.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 2 de janeiro de 1913, p.3.

⁸² Eurico de Freitas Valle foi um político brasileiro que se notabilizou por resistir à Revolução de 1930, no Estado do Pará, do qual era governador. Foi também um dos acionistas da Garantia da Amazônia.

A partir desse momento, a seguradora Garantia da Amazônia, que era investidora de capital, financiadora e trabalhava com empréstimos, se tornou a financiada. Leandro (2015) afirma que as atividades da empresa passaram a girar em torno de José Augusto Corrêa, indivíduo que já havia participado da diretoria da Garantia.

Em 1916, a situação da Garantia da Amazônia mudou, os debates acerca da legislação referente aos seguros no Brasil ganharam as páginas dos jornais e eram cada vez mais críticos. A regulamentação brasileira existente parecia ser muito “livre”⁸³ em relação à regulação das atividades desenvolvidas por empresas de seguro. No meio desse debate, a Garantia surgiu como uma das empresas⁸⁴ que se aproveitariam dos brasileiros:

Há pouco tempo, a Garantia da Amazônia contratou em Nova York um actuario competente, o que vale dizer, um homem serio e moralizador, o Sr. Washburn. Contratou-o com pingues⁸⁵ ordenados, por dous annos com opção do terceiro. A companhia pretendia inaugurar entre nós o seguro industrial. Pois o Sr. Washburn teve de abrir mão do seu contrato e ir-se embora, porque a companhia pretendia fazer d'elle um José Simão da Costa qualquer, forçando-o a assignar as mentiras, os embustes e as falsidades com que mascara o seu estado real, que o actuario americano nunca pode conhecer, exactamente porque nunca o deixaram examinar os livros e documentos.⁸⁶

José Simão da Costa foi atuário⁸⁷ da Garantia da Amazônia e, segundo o jornal, um dos responsáveis por desvios de capitais, já que recebia ordens e assinava a documentação apresentada para os segurados com informações mentirosas a respeito da situação da empresa, o que teria beneficiado diversos indivíduos da cúpula gestora da empresa. Acusado de “desfructar os papalvos⁸⁸ dos brasileiros, que se deixam chupar por qualquer Simão da Costa”⁸⁹, o Visconde de Monte Redondo foi um dos que possivelmente mais lucraram desviando dividendos dos contratantes. Ressalta-se também que o nobre passou a ser um dos indivíduos centrais dos debates

⁸³ Ainda que tivesse um aspecto um pouco mais livre, desde 1850 o Código Comercial regulamentava a atuação das seguradoras, e, em 1895, surgia um decreto que regulamentava a atuação no Brasil das Companhias de Seguro de vida com sede social em países estrangeiros.

⁸⁴ Outras empresas também eram acusadas de desvio de capitais, como a Equitativa e a Sul America, que era chamada por alguns jornais de “vaquinha de leite” da família que a geria.

⁸⁵ Fecundo, produtivo.

⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 28 de novembro de 1916, p.1.

⁸⁷ Uma espécie de avaliador e administrador de riscos na área de seguros, previdência e pensões.

⁸⁸ Indivíduo simplório, pateta, tolo.

⁸⁹ *Gazeta de Notícias*, 28 de novembro de 1916, p.1.

acerca da falência da Garantia, já que, desde a sua fundação, estava presente nas diretorias da empresa.

Para os leitores e investidores, em 1919, a seguradora continuava com enorme sucesso, sendo uma das mais lucrativas e confiáveis empresas brasileiras, como indica o jornal:

publicamos um demonstrativo da franca prosperidade e invariável pontualidade desta rica sociedade, uma das que melhores resultados tem proporcionado aos seus segurados. A muito elevada somma de 1400 contos por ella paga no anno findo e 125 contos em janeiro ultimo, são a prova mais eminente dos seus largos recursos e éscrupuloso cumprimento de seus contractos.⁹⁰

Pagar altos valores aos securitários e com pontualidade era algo mais do que frequente, a colocando como vantajosa para quem contratasse seus serviços. Não se esperava que, posteriormente, justo a impontualidade para com seus compromissos fosse uma das causadoras da falência da empresa.

O segundo semestre de 1919 mudou completamente os rumos da Garantia da Amazônia, pois vários jornais nacionais expuseram aos leitores as atividades da empresa que já não estava mais em boa situação econômica. O Visconde de Monte Redondo, como diretor, comandava as assembleias das quais algumas das atas eram reproduzidas nos periódicos. Nelas, é possível perceber o constrangimento do antigo capitalista, benquisto e celebrado por todos de norte a sul do Brasil e que agora era responsável pelo término da empresa que havia criado. Em assembleia ocorrida em 2 de agosto de 1919, na sede da Garantia, reuniram-se a direção da seguradora e alguns de seus associados para tratar dos rumos da empresa. Nessa ocasião, Joaquim Antonio de Amorim informou que:

Era cheio de constrangimento que presidia a esta reunião; e para melhor desobrigar-se da dolorosa incumbência que lhe cabia, de expor á assembléa geral dos srs. associados a verdadeira situação da sociedade, pedia ao sr. 1º secretario o obsequio de ler a exposição que julgou de seu dever apresentar-lhes.⁹¹

Na elocução do Visconde, lida pelo secretário, ele justificava que a crise de 1914, por ser universal, afetou todas as economias do globo.

O ano de 1914 foi marcado pelo início da Primeira Guerra Mundial, gerando, assim, um conflito diplomático e bélico entre vários países, porém é mais pertinente

⁹⁰ *A Hora*, 10 de março de 1919, p.2.

⁹¹ *Jornal do Commercio*, 7 de outubro de 1919, p.2.

pensar, nesse caso, que a crise referida estava relacionada à queda dos valores da borracha no mercado internacional, devido à concorrência com a Ásia. O Visconde, então, justificou que era viável manter a situação da empresa até um possível equilíbrio socioeconômico aos moldes do período anterior à crise.

Por ter estado ausente a fim de tratar de problemas de saúde, quando retornou para Belém, retomou suas atividades junto à Garantia da Amazônia. Enquanto estava fora do Brasil, quem assumiu a gestão da seguradora foi um dos diretores, Darlindo da Cunha Rocha⁹², que, aparentemente, se descuidou ou, indevidamente, aproveitou para desviar dinheiro para si mesmo. Ao voltar às suas atividades em Belém e tentando se reiterar do que ocorria na empresa, o Visconde afirmou que,

Apezar de minha reiterada insistencia, para que se demorasse aqui mais algum tempo para dar-me informações indispensaveis sobre o movimento dos negocios, estado de suas finanças, etc... não assentiu aos meus desejos, mandando lavrar uma acta de reunião da directoria, em que dava-me como reassumindo o exercicio das funções que elle exercia.⁹³

A rapidez e a agilidade em recolocar o Visconde em seu lugar deixam evidente a tentativa de ocultar algum problema deixado na empresa. Quando Monte Redondo abriu o cofre da empresa e realizou a contabilidade do que lá havia, foi averiguado um rombo no valor de 608:936\$320. Também foi constatada a necessidade de pagar um valor de 2.952:332\$100 relativos a dívidas com apólices, empréstimos, hipotecas e outras despesas. Provavelmente, por conta do atraso dos pagamentos, o valor final da dívida era maior, fazendo com que Joaquim Antonio de Amorim, junto com a diretoria, levasse a seguinte proposta para a assembleia:

De posse de todos esses elementos que constituem onus inadiaveis e demasiadamente pezados para a sociedade, cujo credito se encontra depreciado pela impontualidade no pagamento de liquidações de sinistros devidamente processados; e mais ainda, pelos onerosos empréstimos hypothecarios realizados em maio de junho do corrente anno; e cogitando, por outro lado, de que, alem dos recursos necessarios para fazer face áquellas obrigações, outros e abundantes seriam precisos para reorganisar por todos os Estados o serviço de produção de seguros. Estou convencido, e commigo os outros membros da directoria presentes e o próprio conselho fiscal, ouvido de que é impossivel restaurar os creditos da Garantia da Amazônia, e pol-a no pé de desenvolvimento e prestigio que outrora gosou [...] parece-me que a resolução unica a tomar é deliberar a dissolução da sociedade e sua consequente liquidação.⁹⁴

⁹² Darlindo Rocha e Manoel Martins, o responsável pelo cofre da empresa, foram anunciados em vários periódicos como os responsáveis pela falência da seguradora.

⁹³ *Jornal do Commercio*, 7 de outubro de 1919, p.2.

⁹⁴ *Jornal do Commercio*, 7 de outubro de 1919, p.2.

Durante a assembleia, duas proposições foram levantadas, uma por Eurico Freitas Valle, que propunha a dissolução da empresa embasada na legislação vigente, e outra foi levantada por José Rodrigues Pacheco, que pedia uma comissão para analisar as contas antes de qualquer ação. A primeira colocação foi aceita, e foi formada uma comissão composta pelo Visconde de Monte Redondo, desembargador Ernesto Chaves, José Simão da Costa (que era considerado por alguns jornais um trapaceiro e falido desde a criação da Garantia) e José Furtado de Mendonça Sobrinho, que foram os responsáveis por dar prosseguimento à dissolução.

Segundo a comissão liquidante, o desfalque nos cofres da sede paraense não foi motivo para decretar falência. Para eles, o acontecido era apenas “um mero incidente”⁹⁵, o que promoveu a dissolução foi a percepção de que, daquele momento a um certo prazo, os prejuízos seriam iminentes. Afirmavam, ainda, que os bens possuídos seriam necessários para indenizar todos os segurados. Tal situação foi minimizada pela comissão, já que, posteriormente, a empresa seria encampada.

Outras acusações surgiram, não apenas aos já citados causadores da falência, mas sim a todos os membros fundadores e à diretoria da Garantia da Amazônia:

Para a fundação da “Garantia” reuniram-se 26 socios, entre os quaes o Conde de Monte Redondo e o Dr. Firmo Braga, os quaes emprestaram á nova companhia 260 contos. Os estatutos cuidam desse emprestimo e o art 13. diz que, como compensação desse emprestimo e lucros devidos á incorporação, os socios fundadores teriam direito a 20% dos lucros líquidos!
Os estatutos são de 1897. Em 1899 já esses fundadores estavam embolsados daquele emprestimo. Pois bem em 1904 elles eram credores da Companhia de 1.154:366\$ e acabaram recebendo, alem dos taes 20% capital e outras vantagens mais 2.200 contos!!
Isso é uma gatunice!⁹⁶

A *Gazeta de Noticias*, ao analisar mais pormenorizadamente os golpes que os fundadores da seguradora deram utilizando a empresa, demonstra que foi embolsado mais dinheiro do que era previsto para os acionistas. Esse processo de evasão de divisas acabou por se acumular e, provavelmente, também contribuiu para os débitos existentes.

Aparentemente, o processo de liquidação da seguradora não foi pacífico. Em carta aberta publicada no *Jornal do Commercio*, um segurado da empresa, chamado J. B. Queima do Monte, demonstrou surpresa e pediu esclarecimentos a respeito de tais problemas, já que não havia sido avisado da ocorrência de assembleia geral da

⁹⁵ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1919, p.2.

⁹⁶ *Jornal do Commercio*, 17 de agosto de 1919, p.7.

Garantia, não comparecendo nem sendo representado na mesma. Ele se referiu ao “Sr. Senador Firmo Braga, que partirá para Belém afim de anular a supracitada Assembléa Geral, processar criminalmente os Directores e transferir a sede da Sociedade para o Rio de Janeiro”⁹⁷. Com o título de “Advogado do Diabo...”, um articulista punha em descrédito todas as ações que supostamente foram tomadas por Firmo Braga:

O Sr. Firmo Braga é apenas um dos fundadores da “Garantia”, foi o parceiro do Conde Redondo nessa aventura; recebeu também a sua quota como fundador [...]

Agora elle é procurador dos mutuários?

Mas nesse caso, deve começar restituindo as sommas que recebeu ilegalmente, porque não é legal que se emprestem dez contos (no bolo dos 260), para receber em poucos anos, cem ou duzentos...⁹⁸

Para o articulista, na verdade, Firmo Braga estaria se passando por representante dos mutuários nesse momento, ainda que, como todos os fundadores, tivesse recebido dividendos indevidos da Garantia. A fim de se defender das mais diversas acusações como a de receber “trinta contos de reis [...] que quer o Sr. Firmo Braga, quer o senhor Monte Redondo metteram no bolso, fundaram a ‘Garantia da Amazônia’”⁹⁹, Firmo foi à tribuna do Senado discursar sobre a situação da seguradora, apresentou os valores referentes a seus ordenados e mostrou que não recebeu nada indevidamente da empresa.

Em seu discurso, Firmo enfatizou que recebeu a notícia com surpresa, “antes destes acontecimentos eu vivia em uma atmospherá tão tranquillá [...] diante dos balanços annualmente apresentados pela sociedade, seguro e crente de que ella continuaria a ser aquillo que foi sempre”¹⁰⁰. Essa quebra de confiança entre a empresa e um de seus diretores pode ter sido uma das explicações de Firmo Braga ao optar por representar os segurados da empresa. O *Diário da Manhã* mostrou que o “Advogado do Diabo...” não estava assim tão certo, indicou que, mesmo a empresa estando em estado de dissolução, as brigas eram constantes:

mutuários da Garantia da Amazônia, que, chefiados pelo Sr. Firmo Braga¹⁰¹, penetraram o edificio dessa sociedade e elegeram a nova directoria da

⁹⁷ *Jornal do Commercio*, 14 de agosto de 1919, p.11.

⁹⁸ *Jornal do Commercio*, 17 de agosto de 1919, p.7.

⁹⁹ *Jornal do Commercio*, 28 de agosto de 1919, p.14.

¹⁰⁰ *Jornal do Commercio*, 28 de agosto de 1919, p.14.

¹⁰¹ Firmo José da Costa Braga foi um médico, jornalista e político paraense, fundador do jornal *Folha da Noite*, em Belém, e que estava presente entre um dos fundadores da Garantia da Amazônia. Para mais informações, queira ver: Setemy (2009).

companhia, tendo sido negada a ordem impetrada pelo Visconde de Monte Redondo.¹⁰²

Na verdade, para Firmo Braga, a Garantia estava se desfazendo por interesses de terceiros, ela ainda tinha condições de se manter e prosperar, porém os fundos da seguradora eram alvo do “desejo de serem canalizadas para o bolso de alguém ou de algumas somas que, legitimamente não o poderiam ser”¹⁰³ e quem estava à frente disso seria um antigo companheiro, o Visconde de Monte Redondo. Isso também repercutiu no periódico *O Norte*, de 1920, que anunciava as brigas internas entre os acionistas quando Braga levou suas propostas para evitar a dissolução da empresa para a assembleia geral:

A Garantia da Amazônia realizou uma tumultuosa sessão de assembléa geral. [...] por ocasião da leitura da acta da sessão passada, foi assignado que havia sido discutida e aprovada a reforma dos estatutos cuja leitura, então, não chegou a ser feita.

Anunciado esse facto, os accionistas de Belém protestaram, retirando-se imediatamente da sala da reunião, declarando que não approvavam a mudança da sede da Companhia para o Rio. [...]

Os discordantes reunir-se-ão brevemente para protestar contra as deliberações tomadas e vão requerer liquidação judicial da companhia.¹⁰⁴

Aparentemente, Firmo Braga levou à frente sua proposição de mudança da sede da seguradora. Porém, como é relatado na notícia, seria pedida a liquidação judicial. Com o intento de verificar de fato as contas da seguradora, os cofres da empresa foram abertos para contagem da documentação e, em tom jocoso, segundo *o Correio da Manhã*,

Abriram-se, por fim, as caixas-fortes. Nellas não se iam encontrar mais que vários punhos e collarinhos do Visconde de Monte Redondo, garrafas de “whisky”, já se vê que esvasiadas, caixas de balas para revólver, charutos, cigarros, etc. De documentos, dinheiro e outros valores não ficara rastro.¹⁰⁵

Confirmados os rombos, a falta de fiscalização e o sumiço de documentação, a empresa foi encampada em 1920 pela Previsora Rio Grandense, que assumiu a responsabilidade sobre todos os ativos, passivos e compromissos da Garantia da Amazônia, devendo honrá-los, e transferiram a sua sede para Porto Alegre.

A trajetória de Joaquim Antonio de Amorim é um exemplo das múltiplas histórias de portugueses na Amazônia, que chegaram como imigrantes ao Pará e,

¹⁰² *Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor*, 21 de outubro de 1919, p.2.

¹⁰³ *Jornal do Commercio*, 28 de agosto de 1919, p.14.

¹⁰⁴ *O Norte*, 1920, sem data e página. Acervo Theodoro Braga pertencente ao IHGSP/Arquivo Público do Estado de São Paulo, dossiê “Garantia da Amazônia”.

¹⁰⁵ *Correio da Manhã*, 28 de outubro de 1919, p.2.

como ele, conseguiram desenvolver estratégias de inserção na sociedade local. Foi possível percorrer sua trajetória de vida e, como propõe Burke (1994), perceber como ele construiu uma imagem de si e foi ajudado através de discursos, impressões, jornais e outros periódicos a reforçar a construção da sua imagem ao longo da vida. Dentre os feitos de Amorim, fundar a Garantia da Amazônia, primeira grande companhia de seguros do norte do Brasil, foi fundamental, e, por meio dela, é possível perceber a importância desse tipo de empresa na Belém da borracha e sua relação com a política e com a economia da região. A trajetória da empresa Garantia da Amazônia e a do Visconde se amalgamaram, visto que ele tomou para si o papel de “propagandista” da mesma e esteve presente desde a fundação à sua derradeira falência, que também pode ser lida como uma metáfora para os problemas que setores da cidade passariam a ter com a crise da borracha.

3 E OS TÍTULOS CONTINUAM... ANTONIO JOSÉ ANTUNES SOBRINHO E BERNARDO ANTONIO ANTUNES¹⁰⁶

Eu sempre tive o Brasil dentro de mim. Meus dois nomes são brasileiros. Os Lobos eram cristãos-novos. Eles chegaram ao Brasil no século XVII. Os Antunes se estabeleceram por aqui no século XIX. Foi meu avô Antunes quem foi explorar os seringais na Amazônia, e a família se radicou em Belém, no Pará. Com a decadência dos seringais por causa da borracha de Cingapura, minha família se dispersou. Alguns foram morar no Rio de Janeiro, onde tenho muitos primos, outros em Portugal. Estar aqui não é voltar, é como se eu estivesse sempre em casa. Amo o cheiro do Brasil. Ele é doce.
António Lobo Antunes (2009, p.1).

A partir da fala de António Lobo Antunes, é possível pensar nos diversos imigrantes que vieram para a região amazônica almejando melhores condições econômicas e sociais, tentando a vida em terras distantes, muitas vezes sem conhecer ninguém ou apenas com a incerteza de uma oportunidade de trabalho.

Nesse contexto, é possível encontrar diversos indivíduos com essas características ou com histórias similares, como é o caso de: João Lúcio de Azevedo, que veio para a Amazônia em 1873, escreveu sobre a história do Pará e, posteriormente, se tornou um dos grandes historiadores de Portugal; Antonio Lopes Mendes¹⁰⁷, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, que veio como viajante, entre 1882 e 1883, para o Brasil e mais especificamente para a região amazônica; Ferreira de Castro, que veio trabalhar nos seringais da Amazônia em 1911 e se destacou como grande literato entre Portugal e Brasil; e Eugênio Leitão de Brito, que veio de Portugal para o Pará em 1931 e se estabeleceu aqui sendo um dos grandes memorialistas das instituições lusitanas no Pará, com grande reconhecimento de seus patrícios.

No caso da família Antunes, o trisavô do escritor António Lobo Antunes veio para Belém ainda no século XIX e, posteriormente, voltou a Portugal, já com família paraense, fazendo, assim, com que possivelmente tenha retornado à sua terra natal com grande quantidade de capital acumulado, como sugere Monteiro (2010), na condição de brasileiro torna-viagem¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Em virtude das relações de parentesco entre esses indivíduos – primos –, optou-se por aglutiná-los em um só capítulo.

¹⁰⁷ Para mais informações sobre Antonio Lopes Mendes, queira ver: Lacerda (2017).

¹⁰⁸ Para mais informações sobre as casas de “brasileiros” em Portugal, queira consultar *As Casas de Brasileiros – Dois Exemplos no Bale do Sousa*, de Alda Neto (2011).

Mas quem são os “Antunes” que vieram ao Pará no século XIX e como eles atuaram na capital paraense em meio ao “ciclo” econômico da borracha na Amazônia? Essas e outras questões envolvendo dois indivíduos da família Antunes são descortinadas nas próximas páginas.

3.1 Antonio José Antunes Sobrinho: o Homem de Negócios

No dia 17 de maio de 1888, anunciava o periódico lusitano *Jornal da Noite*, com a seguinte descrição, o falecimento do Visconde de Penedo, acontecido no dia anterior:

Falleceu hontem de manhã, em Braga, o sr. Visconde de Penedo, Antonio José Antunes Sobrinho, capitalista e grande proprietario no Pará, onde por muitos anos foi um dos primeiros negociantes de grosso trato, sempre considerado e estimado, como merecia, pela nobreza do seu caracter.¹⁰⁹

Nos dias sucessivos à morte do Visconde, alguns jornais tanto portugueses quanto brasileiros anunciavam o falecimento do nobre português. Os principais jornais paraenses da época, *Diario de Noticias*, *O Liberal do Pará* e *A Provincia do Pará*, nos dias subsequentes, não replicaram nenhuma notícia do funesto acontecimento em Portugal. Somente se encontram referências à morte do Visconde mais de um mês depois do acontecido, quando o *Diario de Noticias* anunciou a missa do libera-me¹¹⁰ organizada pela Real Sociedade Portuguesa Beneficente¹¹¹, já que ele, além de ter sido um dos diretores da instituição, era sócio benfeitor.

É curioso perceber a ausência de notícias nos principais periódicos circulantes naquele momento na capital paraense, a despeito do que anunciava o *Jornal da Noite* sobre a importância e a atuação de Antonio José Antunes Sobrinho (Figura 24) no Pará, visto que, naquele período, o ideal de heróis nacionais e culto aos grandes homens era algo em voga, não se limitando apenas aos grandes líderes ou a indivíduos vivos. Na morte, esses símbolos também se expressavam em grandes velórios e cortejos fúnebres que eram amplamente divulgados em jornais com riqueza de detalhes de decorações, participantes e até quantidade de veículos usados.

¹⁰⁹ *Jornal da Noite*, 17 de maio de 1888, p.3.

¹¹⁰ Cerimônia religiosa católica, correspondente a uma missa em intenção da alma de algum falecido.

¹¹¹ *Diario de Noticias*, 20 de junho de 1888, p.1.

Exemplo disso é discutido por Toscano e Quaresma (2019) ao analisarem a morte do Comendador Antonio José de Pinho, em 1915.

Adotando em menor escala as propostas de Marcelino (2015), as liturgias cívicas ou desses grandes indivíduos se faziam importantes para dar um sentido de coletividade às nações. Nesse caso, se pode dizer que daria sentido coletivo aos luso-paraenses, ainda que pareça ter maior pertencimento português do que local, haja vista a escassa divulgação do falecimento do Visconde. Mas quem era esse homem que morou boa parte do século XIX no Pará e participou da vida econômica da região amazônica?

Figura 24 – Antonio José Antunes Sobrinho.



Fonte: *Album da Colonia Portuguesa no Brazil*, 1929.

As informações são escassas sobre a infância e a juventude de Antonio José Antunes Sobrinho em Portugal. Sabe-se que nasceu em 10 de junho de 1835¹¹², em Caniçadas¹¹³, próximo a Braga, e que, em 1855, já se encontrava no Pará envolvido com transporte ou comercialização de madeira do Maguary para a capital¹¹⁴. A

¹¹² *Anuário Genealógico Brasileiro* (1943, p.129).

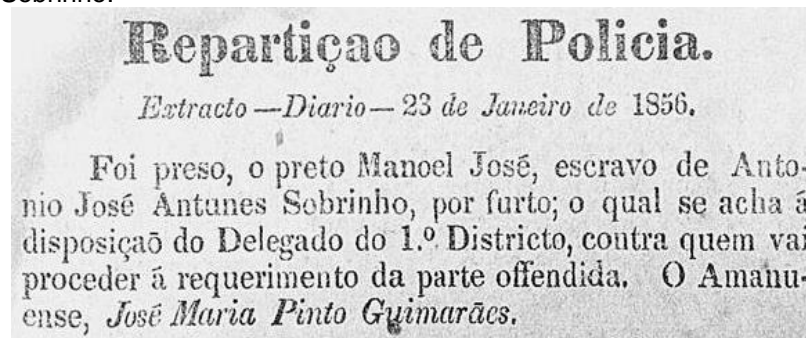
¹¹³ Caniçada foi uma freguesia de Vieira do Minho. Atualmente, continua sendo uma freguesia de Vieira do Minho, porém com o nome de União das Freguesias de Caniçada e Soengas (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2013).

¹¹⁴ *Treze de Maio*, 19 de outubro de 1855, p.1.

inserção comercial de Sobrinho se dava de maneira bem diversificada, já que é possível encontrar referências dele vendendo casas, escravos e envolvido com transporte do Pará à Barra do Rio Negro¹¹⁵.

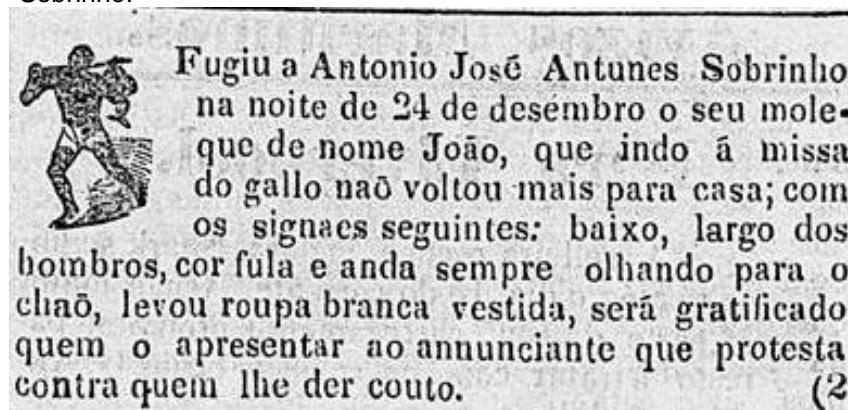
Possivelmente, essa diversificação comercial fez com que ele conseguisse arrecadar um bom dinheiro e abrir uma firma em sociedade chamada Antunes Sobrinhos, que, já em 1856, foi desfeita¹¹⁶, porém todas as transações ainda ficavam a cargo de sua responsabilidade. Como muitos indivíduos de sua época, era também possuidor de escravos, como pode ser visto nos anúncios publicados nos jornais (Figuras 25 e 26):

Figura 25 – Anúncio de prisão de escravo de Antonio José Antunes Sobrinho.



Fonte: *Treze de Maio*, 24 de janeiro de 1856, p.2.

Figura 26 – Anúncio de fuga de escravo de Antonio José Antunes Sobrinho.



Fonte: *A Epocha*, 7 de fevereiro de 1859, p.4.

¹¹⁵ Nessa notícia, são discriminadas as canoas Rio Negro, Santa Cruz e Feliz Independente. Em outras notas de jornal, aparecem as embarcações como a Escuna S. Rita, as canoas Amphitrite e Lina, porém não foi possível identificar se eram de propriedade de Antunes Sobrinho ou se ele era apenas mediador do transporte (*TREZE DE MAIO*, 3 de janeiro de 1856, p.4).

¹¹⁶ *Treze de Maio*, 7 de janeiro de 1856, p.4.

Vicente Salles chega a colocar a firma anteriormente citada de Antunes Sobrinhos como uma das destacadas comercializadoras de negros no Pará, visto que faziam anúncios em jornais da época relativos à venda de escravizados:

Por volta de 1850, dedicavam-se ao comércio de escravos, na capital paraense, entre outros anunciantes anônimos, os seguintes: Bartolomeu José Vieira; Joaquim Maria Osório & Companhia, estabelecidos na rua dos mercadores; João Valente de Almeida Feija, na rua de São Vicente; **Antunes & Sobrinho**¹¹⁷; Antonio Rodrigues dos Santos Almeida, estabelecido no Canto da Escadinha. O principal negócio desses indivíduos era comprar, vender, trocar ou alugar escravos (1971, p.46).

Exemplo disso era o anúncio de jornal em que “Antonio Jose Antunes Sobrinho, está autorisado para vender huma bonita caza em boa rua, e hum preto bom escravo”¹¹⁸. Ele atuava na mediação de venda de escravizados para outros proprietários, era o responsável pela venda da “Preta Felicidade”¹¹⁹, cativa de outro comerciante paraense, provavelmente realizava comércio de escravizados entre as províncias, e o indício disso é o anúncio do despacho de um negro chamado Carmello¹²⁰ para o Rio de Janeiro.

É difícil saber a quantidade de cativos que Antonio José Antunes Sobrinho possuiu ao longo do século XIX, porém foi possível identificar nominalmente um total de 11 escravizados pertencentes ao comerciante, sendo que de dois deles foram encontrados os registros de enterramento no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade (Figuras 27 e 28):

Figura 27 – Registro de Enterramento¹²¹ de Manoel, falecido em 22 de dezembro de 1859.¹²²



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Arquivo Palma Muniz, Fundo da Santa Casa de Misericórdia do Pará, Livro de Sepultamentos, n.º 10.

¹¹⁷ Grifo nosso.

¹¹⁸ *Treze de Maio*, 30 de outubro de 1855, p.4.

¹¹⁹ *Diário de Belém*, 24 de outubro de 1874, p.3.

¹²⁰ *Jornal do Pará*, 18 de janeiro de 1867, p.1.

¹²¹ Os registros de enterramento possuem as seguintes divisões respectivamente: Número dos Sepultados, Nome e Filiação, Anos de Idade, Cor, Estado, Naturalidade, Emprego, Moléstia, Data dos Enterramentos, Número dos Jazigos, Pagamento.

¹²² Informações do Registro: Nº 9512, recém-nacido Manoel = fº de Victorina = Escrava de Anto Je. Antunes Sobrinho, Idade 11 horas, Cor parda, moléstia ignorada, falecido em 22 de dezembro de 1859, pagamento 40.000.

Figura 28 – Registro de Enterramento de Auta, falecida em 15 de dezembro de 1876.¹²³



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Arquivo Palma Muniz, Fundo da Santa Casa de Misericórdia do Pará, Livro de Sepultamentos, n.º 27.

Em 1874¹²⁴, Antonio José Antunes foi um dos indivíduos presentes e signatários da ata de inauguração do cabo telegráfico submarino entre Belém e o Rio de Janeiro¹²⁵, cerimônia em que, em comemoração a esse evento, foram entregues diversas cartas de alforria para escravizados. Poucos anos antes do fim da escravidão no Brasil, em 1º de abril 1886, no dia da missa em homenagem à alma de um dos irmãos de Antunes Sobrinho – José Joaquim Antunes –, anunciava o periódico que “foram entregues aos seguintes escravizados: Joaquim, Paulo, Manoel, Tiburcio e Thereza [...] as cartas de liberdade, que os restituíram ao grêmio social. Eram os últimos escravizados que possuía o Sr. Visconde do Penedo”¹²⁶.

A notícia anteriormente citada no *Jornal do Recife* ainda afirmava que, ao longo de sua vida, vários outros escravizados foram libertados por Antunes. Não se sabe ao certo, como já dito antes, a quantidade de cativos que possuiu, mas, visto que foi um dos grandes comerciantes e proprietários da região amazônica, não seria difícil possuir uma grande quantidade de indivíduos. Com o crescimento comercial da região amazônica na segunda metade do século XIX, vários sujeitos passaram a realizar o comércio de produtos nas cidades amazônicas (CARVALHO, 2011). Muitos portugueses acabaram por se tornar responsáveis pelo comércio e pelo transporte de mercadorias entre as cidades amazônicas e portos europeus¹²⁷.

Como evidencia Sales (2020), a presença de portugueses nas mais diversas frentes de comércio era muito forte ao longo do século XIX. Antunes Sobrinho foi um desses casos, além de trabalhar com o transporte de mercadorias, possuía armazéns em que eram leiloados e vendidos diversos produtos em grande quantidade e a retalho:

¹²³ Informações do Registro: Nº 2624, Auta filha de Maria Gama Escrava de Antonio Je. Antunes Sobrinho, 30 anos, parda, solteira, Amazonas, 15 de Dezembro.

¹²⁴ *A Nação*, 3 de março de 1874, p.3.

¹²⁵ A Ata de Inauguração do Cabo Telegráfico Belém-Rio de Janeiro encontra-se no Arquivo Palma Muniz do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

¹²⁶ *Jornal do Recife*, 14 de abril de 1886, p.1. A Questão do título de nobreza de Antonio José Antunes Sobrinho é discutida mais à frente.

¹²⁷ Para mais informações sobre a entrada de produtos europeus em Belém durante o século XIX e a movimentação do porto, queira ver: Sales e Mourão (2011).

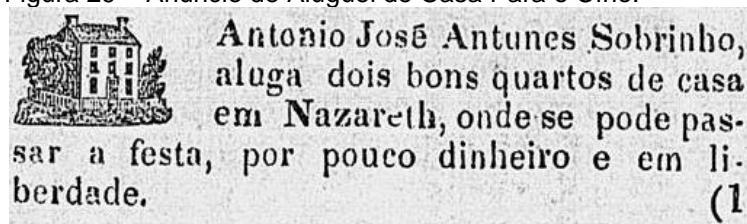
Hoje 14 corrente, O Agente José de Carvalho fará leilão no armazem do Senr. Antonio José Antunes Sobrinho, na rua de Belem de huma partida de superior tabaco de Borba¹²⁸, tachos de cobre de diversos tamanhos, manteiga (de) (t)artaruga, mexira¹²⁹, café em casca, chapeos de chil¹³⁰, latas com tinta verde, maqueiras para fio as 10 horas em ponto.¹³¹

A diversidade de tipos de produtos comercializados pelo armazém denota a variedade de itens vendidos¹³² pelo negócio de Antunes Sobrinho, dando, assim, mais brechas de entrada no mercado paraense. Fora os estabelecimentos comerciais e de moradia, ele também possuía diversos imóveis, não apenas na capital paraense, mas também em Manaus. Naquele momento da segunda metade do século XIX, como mostra Cancela,

a compra de imóveis, tornou-se um dos investimentos mais rentáveis da elite local. Muitos deles eram comprados para arrendamento. Os aluguéis eram altos e as possibilidades de morada restritas ou distanciadas dos locais de trabalho e de transporte. [...] A compra ou a construção de casas visando à cobrança de aluguéis passou a ser cada vez mais uma possibilidade de investimento para a elite proprietária (2006, p.122).

Assim, a prática de investimento em compra, venda ou aluguel de terrenos e imóveis por Antunes Sobrinho era uma maneira de lucrar e manter certa estabilidade econômica na crescente economia gomífera, como pode ser visualizado em alguns dos inúmeros anúncios em jornais da época (Figuras 29 e 30):

Figura 29 – Anúncio de Aluguel de Casa Para o Círio.



Fonte: *A Epocha*, 26 de julho de 1859, p.3.

¹²⁸ Borba, atualmente, é um município do Estado do Amazonas e que desde o período colonial produz tabaco e o comercializa com Belém (INSTITUTO..., 2022, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/borba/historico>).

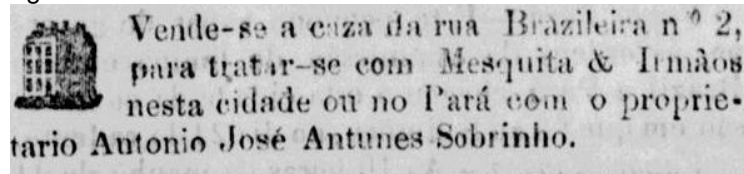
¹²⁹ Mexira ou Mixira, carne normalmente de peixe-boi preparada em fogo brando e depois conservada em gordura animal (normalmente de peixe-boi também). As variações existentes podem ser de porco, tartaruga, tucunaré e outros animais (ORICO, 1972). Para mais informações sobre o consumo desse alimento e dos hábitos alimentares amazônicos, recomenda-se: Macêdo (2016).

¹³⁰ Acredita-se que aqui ocorreu um erro de impressão no jornal, a expressão seria “chapeos de chile”, tipo de chapéu muito vendido ao longo do século XIX e início do XX.

¹³¹ *Treze de Maio*, 14 de julho de 1856, p.4.

¹³² Produtos como cacau, papel almaço, salsa, pirarucu, estopa, piaçava, ferro para canoas e outros também foram encontrados em outros anúncios de venda do armazém de Antonio José Antunes Sobrinho.

Figura 30 – Anúncio de Venda de Casa em Manaus.



Fonte: *Amasonas*, 30 de maio de 1868, p.4.

Para além desses anúncios, a partir da pesquisa, foi possível identificar Antunes Sobrinho comercializando terrenos na Estrada da Constituição¹³³, na Doca do Reducto¹³⁴ e alugando casas em endereços não identificados, além de ser proprietário de prédios às ruas São Vicente¹³⁵, da Princesa¹³⁶, das Flores¹³⁷ e em outros logradouros. No Amazonas, possuía também propriedades às margens do rio Solimões, como pode ser visto em anúncio feito em jornal que proibia a fixação de pessoas em suas propriedades, a saber:

Uma sorte de terras no rio Solimões, margem esquerda da costa de Manacapurú, tendo de frente 1600 braças pouco mais ou menos a estremar pela parte de cima com as terras de bento José Barroso [...]. Um sitio no mesmo Solimões e costa de Manacapurú com casa de vivenda, campo de criação e plantações, no lago Mathias, contendo as terras 1200 braças, a estremar pela parte de baixo com as terras e Victorino Joaquim de Sant'Anna e pela parte de cima com o igarapé chamado Magdalena.¹³⁸

Ressalta-se também que a relação entre Antonio José Antunes Sobrinho e o Estado do Amazonas, aparentemente, não era apenas vinculada ao comércio de produtos para a região. Além de proprietário na capital amazonense e ao longo dos rios da região, ele atuava como uma espécie de agenciador de trabalho ou mediador de emprego tanto para Manaus quanto para outras cidades do interior, como podia ser visto em anúncios de jornais em que “Antonio José Antunes Sobrinho precisa contractar um ou dois homens oleiros para seguirem para Teffé, na provincia do Amazonas no primeiro vapor”¹³⁹ ou em outros anúncios em que solicitava oleiros para o Rio Negro.

¹³³ *A Epocha*, 19 de janeiro de 1859, p.4.

¹³⁴ *A Epocha*, 14 de julho de 1859, p.4.

¹³⁵ *Diario de Belém*, 21 de março de 1869, p.2.

¹³⁶ *Diario de Belém*, 13 de abril de 1869, p.3.

¹³⁷ *Diario de Belém*, 25 de março de 1869, p.3. As vias citadas anteriormente – Estrada da Constituição, São Vicente, da Princesa e das Flores – tiveram, até onde alcançou a pesquisa de Ernesto Cruz (1992), seus nomes alterados respectivamente para Gentil Bittencourt, Paes de Carvalho, Rui Barbosa e Lauro Sodré.

¹³⁸ *Commercio do Amazonas*, 28 de maio de 1874, p.4.

¹³⁹ *A Epocha*, 20 de agosto de 1859, p.3.

A diversificação de investimentos também foi estratégia utilizada por Antonio José Antunes Sobrinho para aumentar seu capital financeiro. Nesse momento, as instituições bancárias surgiram como necessárias para dar movimentação a todo o capital que começou a ser injetado na região amazônica. Tavares ressalta que “os investimentos em ações bancárias, firmas e prestadoras de serviço também” estavam “entre os mais frequentes e numerosos investimentos encontrados” (2017, p.7). Assim, Antunes Sobrinho surgiu como um dos principais acionistas do Banco Commercial do Pará¹⁴⁰, ocupando diversos cargos, como o de Segundo Secretário e Diretor¹⁴¹, durante vários anos.

Enquanto estava à frente do Banco Commercial do Pará, acabou se envolvendo em polêmicas que ganharam as páginas de gazetas pelo país. Em agosto de 1877, o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, anunciava em suas folhas a má gestão da instituição por seus dirigentes. Quem assinava era um dos acionistas e membros fundadores do banco, Denis Cullerre¹⁴². No artigo, ele denominava Antonio José Antunes Sobrinho e Bento Rebello de Andrade (ex-diretores) de “*farceurs*”¹⁴³, e José da Silva Viegas teria apenas sido pego para “o papel de Christo”. Cullerre ainda aconselhava em seu libelo:

Um ultimo conselho: desconfiai dos grandes genios, dos homens de nomeada, os genios nos amedrontarão sempre: escolhei pessoas respeitáveis, dispondo de bom senso e pratica; com estes tereis boa administração e como resultado uma mina inexgotavel a explorar, porque o dividendo em annos propicios póde ir além de 15%.¹⁴⁴

O valor de 15% explicitado por Cullerre se dava, pois, naquele momento, o Banco Commercial do Pará estava lucrando apenas 8%, além de estar negociando intensamente com o Banco New London, o que era prejudicial para as finanças da instituição. Aparentemente, as denúncias ou acusações não surtiram muito efeito, visto que, em 1879, Antunes Sobrinho aparecia como Vice-Presidente¹⁴⁵ da instituição.

¹⁴⁰ Segundo Leandro, Silva e Marcondes (2019), o Banco Commercial do Pará foi a segunda maior fonte de crédito da fase de expansão da economia da borracha na capital paraense.

¹⁴¹ *Diario de Belém*, 4 de outubro de 1872, p.2.

¹⁴² Comerciante membro da Praça de Comércio, que possuía escritório de comissões, além de atuar na área de exportação, *A Constituição*, 2 de abril de 1886, p.3.

¹⁴³ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1877, p.4.

¹⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1877, p.4.

¹⁴⁵ *Almanach do Diario de Belem*, 1879, p.131.

Como afirma Coelho (2007), desde a metade do século XIX, com a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, começaram as aplicações na navegação a vapor na região amazônica. Dessa maneira, os modais de transporte também estavam no leque de investimentos de Antunes Sobrinho, já que eram elementos fundamentais à dinamização do trânsito de mercadorias do comércio internacional e dos pequenos vendedores (regatões¹⁴⁶), assim como ao transporte de passageiros que afluíam pelos rios amazônicos. É importante perceber que tais empresas de navegação não serviam apenas para o transporte, “mas também da inserção de inovações técnicas e do transporte de conhecimentos” (FARIAS; PEREIRA, 2014, p.57).

Em tal contexto surgiu a Companhia Fluvial do Alto Amazonas¹⁴⁷, inaugurada em 1869 (PAIÃO, 2018) para atender a navegação pelas regiões do Rio Purus e do Rio Juruá, como afirma Reis:

Os vales do Madeira, do Purus e do Juruá, estes dois últimos em começos da ocupação humana, não recebiam, porém, os benefícios das viagens dos barcos da Navegação e Comércio do Amazonas. Alexandre Paulo de Brito Amorim, “português, comerciante de energia e empreendimentos, espécie de Mauá regional”, tomou a seu cargo a fundação de uma nova organização navegatória, a “Companhia Fluvial do Alto Amazonas”, com gerência em Manaus e sede em Belém, capital de 800:000\$0 (1944, p.61).

Antunes foi um dos principais acionistas da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, chegando a participar da diretoria da empresa por diversas vezes como secretário¹⁴⁸, além de membro da mesa de assembleia geral¹⁴⁹ da firma. As ferrovias, ao longo do século XIX, também passaram a ser pauta da administração pública, tanto pelo sentido prático relacionado à economia, como comentado anteriormente, quanto pela forma simbólica, visto que, na virada do século XIX para o XX, os caminhos férreos se tornaram símbolo de poder e modernidade. Junto das ferrovias, os bondes ganharam destaque na locomoção interna da cidade, auxiliando no transporte de pessoas entre os bairros e como símbolo de triunfo da modernidade, como afirma Sarges:

¹⁴⁶ Henrique e Moraes (2014), ao analisar a obra de Mário Ypiranga Monteiro, definem que regatão como uma forma de adaptação do mascate vendedor de produtos ambulantes português para a realidade dos rios amazônicos, com canoas ou pequenos barcos.

¹⁴⁷ Para mais informações sobre a viagem inaugural da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, queira ver: Labre (1887).

¹⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 e 19 de abril de 1870, p.2.

¹⁴⁹ *Jornal do Recife*, 10 e 11 de setembro de 1870, p.2.

O advento das ferrovias, dos bondes elétricos, além de representar uma das invenções da modernidade, surgiu em razão da necessidade de articulação do mercado mundial, e, no caso de Belém, essa invenção surgiu também como uma necessidade básica de uma cidade que se ampliava e dinamizava (2010, p.188).

Na Belém em que as classes menos abastadas eram afastadas do centro urbano, o bonde surgiu como uma facilidade de acesso à área administrativa e comercial da urbe.

Esse foi um fenômeno que não ocorreu apenas nas capitais, outras cidades do interior ou distritos como Mosqueiro possuíam linhas de bonde, fossem elétricos, fossem de tração animal. O bonde também gerava um sentimento de pertencimento nas classes populares, como afirmam Lima e Ventura Neto:

o bonde proporcionava à população periférica não só uma maior mobilidade pelo tecido urbano de Belém, mas também a pseudo-impressão de que eram tão testemunhas quanto partícipes do progresso experimentado pela elite burguesa do centro da cidade (2017, p.3).

O surgimento dos bondes em Belém ocorreu a partir de 1868, quando um comerciante e cônsul dos EUA no Pará, James B. Bond, foi autorizado a explorar esse novo tipo de transporte, bem como de uma estrada de ferro que ligasse Belém a Bragança (BRASIL, 1869)¹⁵⁰. Como afirma Lima (2008), logo esse projeto teve seus direitos transferidos para Manuel Antonio Pimenta Bueno¹⁵¹, dono da Bueno & Cia., e, a partir daí, ele transformou a empresa em uma Sociedade Anônima com o nome de Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense¹⁵².

Acionista da Companhia Urbana, Antonio José Antunes Sobrinho, como um dos diretores da empresa, ficou responsável por receber a última parte do valor vencido da linha de bondes do Marco da Légua¹⁵³. Em 1878, possuía 2/5¹⁵⁴ em ações da companhia, se tornando, assim, um dos grandes contribuintes da empresa. Acredita-se que Antunes Sobrinho recebeu grande quantidade de dividendos da Companhia, visto que a malha de bondes na cidade de Belém, bem como o início da

¹⁵⁰ Brasil. Câmara dos Deputados. Portal da Legislação, Decreto n.º 1758, de 23 de outubro de 1869.

¹⁵¹ Paulista, nascido em 1828, possuía os títulos de Comendador das ordens da Rosa, de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, era comerciante, atuou como gerente da *Amazon Steam Navigation*, além de escrever publicações sobre a exploração de borracha na Amazônia (BRASIL, 2022).

¹⁵² De acordo com Valadares (2021), posteriormente, a Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense, além de ser responsável pelo serviço de bondes da cidade, também seria responsável pela iluminação elétrica.

¹⁵³ *Jornal do Pará*, 2 de abril de 1873, p.1.

¹⁵⁴ *O Liberal do Pará*, 18 de julho de 1878, p.3.

malha férrea a caminho de Bragança (QUARESMA, 2016), se expandiu em grande escala.

Como foi possível perceber, a inserção de Antunes Sobrinho desde cedo no comércio e na economia da Amazônia, bem como os múltiplos tipos de investimento por ele realizados, tanto com aluguel de imóveis, ações em companhias nascentes e necessárias para a dinâmica amazônica daquele momento, quanto no comércio escravista e de produtos, os quais fizeram o patrimônio dele se expandir. Seguramente, ele soube investir seu dinheiro de maneira que lhe desse maior retorno financeiro, mudando de *status* social e garantindo uma das grandes fortunas da região norte do Brasil, sendo anunciado, quando morreu, como grande proprietário no Pará.

3.1.1 O Benemérito e a Beneficência Portuguesa

O capital financeiro era algo fundamental no século XIX para alcançar outras camadas da sociedade, principalmente quando se era um estrangeiro que vinha para outro continente sem referência ou estabilidade alguma. Talvez mais ou tanto quanto importante, o capital simbólico (BOURDIEU, 2013) que os indivíduos carregam era e ainda é fundamental para ter acesso a certos grupos sociais. Uma das estratégias mais comuns utilizadas entre os portugueses, como já discutido anteriormente, são as ações de caridade e benemerência, e, para Antunes Sobrinho, não foi diferente, essas estratégias foram fundamentais.

As ações de benemerência começaram a ser realizadas desde cedo por ele. Em 1859, já era possível encontrar informações sobre doações de dinheiro para menos favorecidos. Quando, nesse mesmo ano, o brigue português de nome Rocha naufragou fazendo a linha Belém-Lisboa¹⁵⁵, Antunes Sobrinho foi um dos doadores que contribuíram com o valor de 20\$000¹⁵⁶ para o auxílio da tripulação, capitão e passageiros, para que pudessem se manter e comprar novas passagens para seguir viagem. É interessante perceber que sua primeira atividade de caridade foi voltada possivelmente para o público português, visto que a embarcação era lusitana e fazia a linha Pará-Portugal. Naquele mesmo ano, ele foi um dos comerciantes que doaram

¹⁵⁵ Segundo a *Gazeta Oficial* de 4 de janeiro de 1859, a embarcação naufragou em uma região chamada baixos de Santa Roza.

¹⁵⁶ *Gazeta Oficial*, 12 de janeiro de 1859, p.2.

dinheiro para a festa de Nossa Senhora de Nazaré, contribuindo com o valor de 50\$000¹⁵⁷ para a realização dos festejos do Círio em dezembro¹⁵⁸ daquele ano.

Ainda que hoje se precise revolver os escaninhos do passado e trazer à tona a história desse indivíduo que ainda carece de estudos mais aprofundados, registra-se que atuou em diversas atividades de caridade ou mutualismo em instituições luso-brasileiras. Foi sócio do que seria o Gabinete Portuguez de Leitura do Pará, o Grêmio Literário Português¹⁵⁹. Ainda que não estivesse presente na fundação da instituição, foi um dos indivíduos que contribuíram para a consolidação da biblioteca¹⁶⁰, sendo um dos primeiros doadores de livros para o acervo, como informa Eugênio Leitão de Brito. Todos os primeiros colaboradores receberam o seguinte documento:

Ilmo. Snr

Comunico a V. As. Que a esta Directoria foi presente a valiosa oferta de bons livros que Va. Sa. se dignou enriquecer a bibliotheca do nosso estabelecimento literário.

Em desempenho do honroso lugar que ocupo cabe-me o mui grato dever de um nome da Directoria agradecer a Va. Sa. este acto de sua tão proverbial generosidade.

Deos Guarde a V. Sa.

Antônio José da Silva Leite

1º secretário (BRITO, 1994, p.58).

Ainda que benfeitor do Grêmio Português, foi na Sociedade Portuguesa de Beneficencia¹⁶¹ que atuou mais intensamente, deixando, assim, sua memória plasmada na história da cidade, sobretudo na da instituição.

A Sociedade Portuguesa de Beneficencia surgiu em 1854, apenas com o nome de Sociedade Beneficente, como uma associação idealizada para assistência à vida e à saúde de portugueses no Pará. Seu idealizador e primeiro presidente foi o

¹⁵⁷ *Gazeta Official*, 7 de dezembro de 1859, p.2.

¹⁵⁸ Ressalta-se aqui que inicialmente o Círio de Nazaré não possuía data exata para sua realização. Segundo o IPHAN (BRASIL, 2006), chegou a ser realizado em setembro, outubro e novembro. Possivelmente, em dezembro também.

¹⁵⁹ Como informa Brito (1994), a primeira sede do Grêmio Literário Português funcionou no primeiro pavimento de um edifício sito à Rua de Belém, de propriedade de Antonio José Antunes Sobrinho, mediante o aluguel no valor de 40\$000.

¹⁶⁰ Atualmente, a Biblioteca do Grêmio Literário e Recreativo Português chama-se Biblioteca Fran Paxeco, em homenagem a Manuel Francisco Pacheco (Manuel Fran Paxeco), português que atuou como cônsul de Portugal no Pará, publicou diversos livros sobre a região, além de colaborar em diversos jornais e teve grande ligação com a instituição.

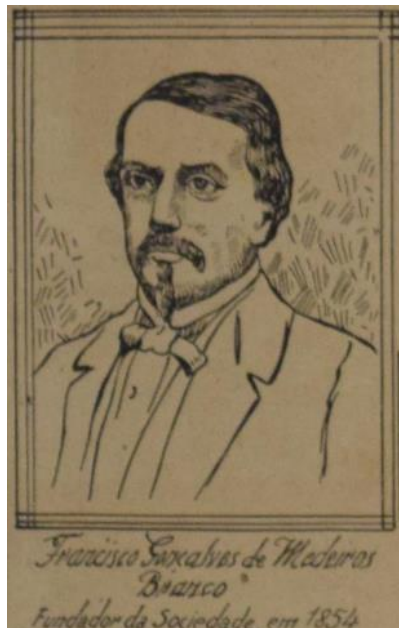
¹⁶¹ Ao longo dos anos, a instituição modificou seu nome, fundada como Sociedade Beneficente, modificada em 15 de março de 1863 para Sociedade Portuguesa Beneficente; em 12 de maio de 1868, para Real Sociedade Portuguesa Beneficente; em 15 de setembro de 1911, para Sociedade Portuguesa Beneficente; em 23 de fevereiro de 1927, para Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente; em 1933, Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará (UNIVERSIDADE, 2018); e, atualmente, Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente.

funcionário do comércio Francisco Gonçalves de Medeiros Branco¹⁶² (Figura 31). A instituição, como afirma Tavares,

tinha por fim essencial, reunir e socorrer fraternalmente os seus sócios, para além de questões de saúde, como diária de 600 a 1.200 réis a sócios desempregados ou doentes, pagamento de passagens para fora da província no caso de moléstia, desemprego ou perseguição, enterro decente aos mortos, entre outros (2017, p.45).

Inicialmente a Beneficente funcionou na antiga Rua da Imperatriz¹⁶³. Em 1863, a Sociedade se estabeleceu em uma edificação na Praça das Mercês, esquina com a rua 15 de Novembro, e, posteriormente, ela se mudaria para um prédio na Praça Dom Pedro II¹⁶⁴. Como informa Miranda (2014), lá possuíam uma enfermaria chamada Asilo Português da Infância Desvalida.

Figura 31 – Francisco Gonçalves Medeiros Branco.



Fonte: *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*, 1929.

A história de Antunes Sobrinho à frente da Beneficente Portuguesa iniciou em 1869, com a primeira eleição em que assumiu como presidente, visto que a diretoria eleita recusou a oportunidade de gerir a instituição¹⁶⁵. Ainda que isso tenha ocorrido,

¹⁶² De acordo com Cancela, Tavares e Luna (2013), Francisco Gonçalves de Medeiros Branco nasceu em Trás Os Montes, em família de lavradores, iniciou sua vida comercial como caixeiro no Pará e com o tempo conseguiu amear fortuna. Também foi poeta e vice-presidente do Gabinete de Leitura. Não teve descendentes diretos, deixando sua herança para outros parentes, como irmãos e sobrinhos.

¹⁶³ Atualmente, a rua chama-se 15 de Novembro.

¹⁶⁴ Atualmente, chama-se Praça da República.

¹⁶⁵ *Jornal do Recife*, 16 de janeiro de 1869, p.2.

especula-se que foi uma gestão que não durou muito tempo, talvez interinamente, pois não foram encontradas referências ao nome do português como presidente da instituição, ainda que desde pelo menos até 1859 ele apareça com alguns cargos de diretorias.

De autor desconhecido, em 1914, o livro *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, sobre a construção do Hospital D. Luiz I, exaltava:

Pode-se afirmar que hoje a Beneficente Portuguesa attingio á meta de todas as suas aspirações: possui o hospital D. Luiz I, estabelecimento completo no genero, onde se encontram as mais modernas installações de cirurgia e medicina, com duas secções distintas para tratamento de homens e senhoras, e onde trabalham os mais reputados clínicos de Belem (1914, p.6).

A ideia do reputado hospital do início do século XX já vinha sendo gestada pelo menos desde 1857, quando, em uma reforma estatutária da Beneficente, ficou definido que “a sociedade, logo que tivesse trezentos socios, estabeleceriam um hospital, que se denominaria – Hospital da Sociedade Beneficente –” (HISTORIA, 1914, p.29 e 30)¹⁶⁶. O presidente da Beneficente, em 1859, chamava-se Bruno Alvares Lobo¹⁶⁷, e, nesse mesmo ano, Antunes Sobrinho já aparecia como membro de uma comissão avaliadora de contas da diretoria. No ano seguinte, após desavenças entre os associados, Sobrinho assumiu interinamente a tesouraria da instituição.

Com a diretoria do ano de 1860 já composta, sendo presidida por José Miguel Raio e Antunes Sobrinho assumindo de fato a tesouraria da instituição, começaram a ser colocadas em prática as atividades para a construção do hospital. A primeira proposta de construção seria feita em um terreno, no Bairro de São João¹⁶⁸ (ALBUM..., 1929), doado pelo ex-presidente Bruno Alvares Lobo, o que não foi aceito visto as dificuldades de acesso à região naquele momento. Além disso, a Beneficente ainda não tinha condições financeiras estáveis para a construção do hospital, tanto que,

¹⁶⁶ Ainda era dito que não seriam atendidos apenas os sócios da instituição, mas também pessoas que não possuíam condições, desde que a direção deliberasse em favor do atendimento.

¹⁶⁷ Curiosamente, a família de Bruno Alvares Lobo, posteriormente, se relacionaria por meio de casamentos com a família Antunes, como poderá ser visto mais à frente, dando origem ao ramo Lobo Antunes da família. Os descendentes diretos desse ramo contam com diversos indivíduos de relevo social, como João Alfredo de Figueiredo Lobo Antunes, João Lobo Antunes, Manuel Lobo Antunes, António Lobo Antunes e outros, descendentes diretos do Visconde de Nazaré.

¹⁶⁸ O bairro de São João ou São João do Bruno, atualmente, é o bairro do Telégrafo (CRUZ, 1992).

para buscar um novo espaço para construir o hospital, foi composta uma comissão¹⁶⁹ que não teve sucesso na empreitada.

Foi gestada a ideia da construção de um novo hospital no edifício em que ocupavam na Praça D. Pedro II desde 1866, porém as condições financeiras da instituição novamente não permitiram, fazendo com que as ações médicas ficassem funcionando nas enfermarias desse prédio da Praça D. Pedro II. Em 1871, Antunes Sobrinho assumiu a presidência da Beneficente por afastamento do presidente Francisco Joaquim Pereira, sendo reeleito sucessivamente até 1876. Foi Antonio José Antunes Sobrinho quem efetivamente encabeçou essa nova proposição quando presidente da instituição. O êxito das obras durante suas gestões foi tamanho que, em 1929, ele foi lembrado no *Album da Colonia Portuguesa*¹⁷⁰ como “o principal trabalhador da edificação do actual Hospital da Sociedade” (1929).

A partir de 1873¹⁷¹, com Antunes Sobrinho à frente da direção da Sociedade Portuguesa, na primeira página de periódicos paraenses era possível encontrar o extrato da movimentação das enfermarias¹⁷² da instituição, assinadas pelo presidente¹⁷³. Isso era uma forma de dar conta, aos associados e à sociedade paraense em geral, a quantas andavam as atividades da instituição. A necessidade de construir um espaço maior para o hospital era algo imprescindível, e, com proposta do presidente, optaram por comprar um terreno “entre as travessas Dois de Dezembro¹⁷⁴ e D. Romualdo de Seixas e as ruas João Balby e Boaventura da Silva” (BRITO, 1974, p.67), visto que necessitavam de

¹⁶⁹ A Comissão era composta por Medeiros Branco, Amaro Viégas, Miguel José Raio, Antonio José Antunes Sobrinho, Antonio José Coelho de Barros, José Antonio Henriques, Manoel Joaquim de Freitas, Manoel Joaquim da Silva e Bruno Alvares Lobo, todos sócios da instituição (HISTÓRIA..., 1914).

¹⁷⁰ Para conhecer um pouco mais do conteúdo do que era discutido no *Album da Colonia Portuguesa*, queira ver: Coelho e Sarges (2019). No artigo, as autoras enfocam a trajetória do Barão de Gondoriz e suas representações, explicitando também como ele era representado no *Album da Colonia Portuguesa*.

¹⁷¹ *O Liberal do Pará*, 10 de julho de 1873, p.1.

¹⁷² Alguns dos médicos que eram responsáveis pelas enfermarias e assinavam os boletins eram nomes de destaque na medicina paraense da virada do século XIX para o XX, como Américo Marques Santa Rosa e José da Gama Malcher. Para mais informações sobre eles, queira ver: Miranda e Abreu Júnior (2013) e Miranda (2010). Ressalta-se aqui que José da Gama Malcher já era médico da instituição pelo menos desde 1871 quando, durante um surto de febre amarela, a Beneficente instalou algumas enfermarias chamadas Casa de Saúde da Real Sociedade Portuguesa Beneficente em um prédio alugado na rua Santo Antonio (HISTÓRIA..., 1914).

¹⁷³ O *Album da Colonia Portuguesa no Brasil* (1929) informa que Antonio José Antunes Sobrinho presidiu a Beneficente Portuguesa de 1874 a 1877, porém verificou-se que, em 1873, ele já assinava como presidente.

¹⁷⁴ Atualmente, a rua 2 de Dezembro chama-se avenida Generalíssimo Deodoro.

um terreno com a extensão e condições hygienicas necessarias. [...] em um dos quarteirões sem bemfeitoria alguma da travessa Dois de Dezembro [...] então ainda sem habitantes, emergindo da mattaria larga, direita e bem ventilada (HISTORIA..., 1914, p.102-103).

O terreno em questão foi comprado de Roberto Hesketh, e, para conseguir auxiliar na construção do hospital, foram realizadas alterações estatutárias, fazendo com que o hospital salvasse mais dinheiro aos seus cofres. Além disso, a venda do prédio adquirido por eles na Praça das Mercês foi fundamental para iniciarem as obras. Antunes Sobrinho tomou de fato para si a construção do hospital, tanto que foi lembrado como:

O denodado campeão da nobre lucta que se ia travar, começou a trabalhar com uma abnegação admiravel e com uma energia a toda prova. Era o homem talhado para o momento. Aquelle projecto da sociedade acabou por ser um projecto seu, ao qual consagrou-se de corpo e alma, abrindo generosamente sua propria bolsa, quando circumstancias dolorosas impunham a suspensão das obras. Elle foi evidentemente o general da operosa pleiade de portuguezes que levantaram o mais irrefragavel dos sentimentos humanitarios e elevados da sua colonia neste Estado (HISTORIA..., 1914, p.108).

Ele pode aparecer como grande benfeitor e abnegado da instituição, isso é algo indiscutível, porém não foi tão gratuitamente assim, já que ele surgiu não como um doador de dinheiro para as obras do hospital, mas sim como um indivíduo que emprestaria dinheiro para o hospital a ser construído, fazendo com que, ao longo do tempo, uma dívida fosse contraída. Posteriormente, em 1880, a Beneficente Portuguesa teve que vender o prédio da Praça D. Pedro II pelo valor de 25:000\$000¹⁷⁵ a Antunes Sobrinho para quitar o débito existente. De acordo com Figueiredo (2015), a pedra fundamental do hospital foi lançada em 31 de outubro de 1874 com o projeto do arquiteto português Frederico José Branco.

As mais diversas estratégias de angariar fundos para a construção do hospital foram utilizadas, desde a venda de ações do Banco Commercial¹⁷⁶ a espetáculos teatrais e doações¹⁷⁷. A exemplo disso, tem-se a doação em dinheiro de um grupo de campanólogos¹⁷⁸ escoceses que estava em temporada no Theatro Santo Antonio¹⁷⁹

¹⁷⁵ *Album da Colônia Portuguesa no Brasil*, 1929.

¹⁷⁶ Do qual Antunes Sobrinho era sócio e um dos diretores.

¹⁷⁷ Segundo a *História da Sociedade Beneficente Portuguesa no Pará, 1914*, doações particulares, bazares e escravizados sendo cedidos para o trabalho nas obras também eram ações voltadas à construção do hospital.

¹⁷⁸ Instrumentistas que executam composições musicais em sinos, campainhas, copos afinados.

¹⁷⁹ Como informa Salles (1994), o Theatro Santo Antônio funcionava na rua Santo Antônio, onde anteriormente se localizava o Teatro Providência, em geral se apresentavam peças patrióticas, quadros alegóricos, comédias, ventriloquia etc.

(HISTORIA..., 1914) e a criação de um grupo artístico chamado Sociedade Dramatica Thalia¹⁸⁰, unicamente idealizado para organizar apresentações em prol da angariação de fundos para o novo hospital.

Já em 1875, com o novo Hospital Dom Luiz I em obras e em fase de finalização, tinha como líder das comissões de angariar recursos o presidente Antonio José Antunes Sobrinho. Ele e outros membros eram responsáveis por angariar itens para um bazar em prol da finalização das obras da nova casa de saúde. Porém, o mesmo foi adiado diversas vezes por incompatibilidade de datas e também por “não se achar prompto o salão do mesmo hospital, onde deverá ter lugar o bazar de objetos oferecidos”¹⁸¹, indicando, assim, a continuidade de arrecadação de objetos a serem entregues no consulado de Portugal para em breve serem vendidos.

O bazar que seria realizado no mês de dezembro novamente foi transferido, passando para janeiro de 1876 devido à ausência de uma das peças centrais da edificação que teria chegado há pouco de Portugal, como anunciou a comissão¹⁸² em que Antunes Sobrinho estava envolvido:

visto só ter chegado no recente vapor vindo de Lisbôa (Paraense), a escadaria de pedra do dito hospital, o que de certo ha dificultado entre outros trabalhos o da promptificação do compartimento central, onde deve abrir-se o bazar, espera a comissão que semelhante falta ser-lhe-há relevada.¹⁸³

Com a nova data marcada para o dia 1 de janeiro de 1876, as ações programadas pelo presidente para o bazar eram amplamente anunciadas nos jornais paraenses e contariam com a presença do presidente da província, de corpos consulares, de autoridades do estado e de associados e suas famílias. A festividade com objetivos pecuniários ocorreu no prédio da avenida 2 de Julho, com a escadaria portuguesa já assentada, possibilitando a entrada dos convidados. E, para além de arrecadar dinheiro, a festividade se mostrou como uma celebração das relações luso-brasileiras, contando com presenças importantes e programação luxuosa:

A chegada de s. exc. o sr. presidente da provincia, será saudada com o hymno brasileiro, executado por uma das bandas de musica marciaes que se acharem presentes [...] Reunidos no salão do Bazar as autoridades e todos os concorrentes tomam assento ao lado direito da Effigie de Sua Magestade

¹⁸⁰ Pouco se sabe sobre a Sociedade Dramatica Thalia, sabe-se apenas que seus integrantes se reuniam no Theatro Santo Antonio e tinham como secretário José Gonçalves Medeiros Branco.

¹⁸¹ *O Liberal do Pará*, 28 de outubro de 1875, p.3.

¹⁸² A comissão era composta por Joaquim Baptista Moreira, Elias José Nunes da Silva, Antonio Joaquim Antunes Sobrinho, Adão Pereira da Costa e Avelino Teixeira Martins (*O LIBERAL DO PARÁ*, 5 ou 6, 1875, p.3).

¹⁸³ *O Liberal do Pará*, 5 ou 6 de dezembro de 1875, p.3.

Fidelissima as ditas autoridades [...] Occupados os respectivos logares o presidente da Real sociedade portugueza beneficente abrirá o ceremonial com uma (palavra cortada), finda a qual descobrir-se a Effigie Real, levantando immediatamente o consul de Portugal e presidente da comissão a realizar os vivas.

A' Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Luiz I.

A' Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.

A' Religião Catholica Apostolica Romana.

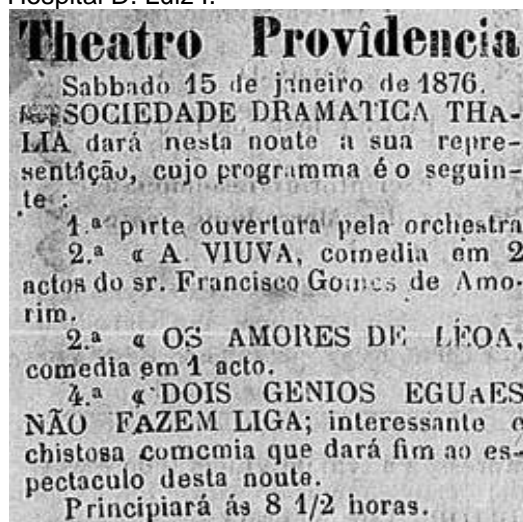
A' União e prosperidade do Brazil e Portugal.

A' todas as nações amigas e aliadas dos dois paizes.

Em seguida fendendo os ares expessas girandolas de foguetes ao som do hymno portuguez tocado pelas differentes bandas de musica, ficará por semelhante modo inaugurada a festa de caridade.¹⁸⁴

Com o anúncio das prendas a serem leiloadas, a festa duraria os dois primeiros dias de janeiro, contando com a participação de todos que estivessem interessados no evento. Eventos desse tipo se realizaram mais de uma vez. Em 15 de janeiro de 1876, a Sociedade Dramatica Thalia realizava, no Theatro Santo Antonio, diversas apresentações a fim de angariar fundos para a Beneficente (Figura 32) e, no dia seguinte, 16 de janeiro¹⁸⁵, ocorreu outro bazar com leilão de prendas realizado pela comissão de obras da instituição.

Figura 32 – Programa do Espetáculo da Sociedade Dramatica Thalia que ocorreria em 15 de janeiro de 1876 em Benefício do Hospital D. Luiz I.



Fonte: *O Liberal do Pará*, 15 de janeiro de 1876, p.3.

Pela importância de Antunes Sobrinho nas atividades de construção do Hospital D. Luiz I e por ser presidente da Beneficente, junto com outros portugueses

¹⁸⁴ *O Liberal do Pará*, 31 de dezembro de 1875, p.2.

¹⁸⁵ *O Liberal do Pará*, 16 de janeiro de 1876, p.2.

membros da Sociedade, foi escolhido para cumprimentar os imperadores do Brasil¹⁸⁶. Isso ocorreu quando estes vieram a Belém do Pará, de passagem para os Estados Unidos¹⁸⁷, no ano de 1876, para participarem da primeira Exposição Universal¹⁸⁸, na Filadélfia.

No alvorecer de 1877, em reunião de diretoria, à qual foi reconduzido, Antunes Sobrinho anunciava em sua fala:

Na construcção des bello edificio não houve inconvenientes nem obstaculos de qualquer natureza, inclusivà a falta de pecunio, o mais formidável de todos, que se não antepuzessem aos nossos projectos; mas esse conjuncto de contrariedades, longe de conseguir o desanimo e a desistênciã de empresa tão grandiosa, produzio no animo inabalável da nova directoria o efeito contrario, isto é, redobrou esforços, supportou todos os sacrificios e todo o trabalho insano, empregou todas as suas forças onde quer que os interesses sociaes reclamassem a sua actividade, cogitou meios de conseguir receita, porque eram curtas as linhas que se cozia, e pol-os em pratica (HISTORIA..., 1914, p.113).

Ainda que Antunes Sobrinho afirmasse que não houve incidentes ou obstáculos nas construções do hospital, é perceptível que a demora na construção do edifício se deveu à falta de dinheiro das gestões anteriores, como era afirmado pelos presidentes da instituição. Inclusive nas próprias atividades de angariação de fundos para as obras havia empecilhos por conta do estado incompleto em que se encontrava o hospital. Finalmente, em 29 de abril de 1877, ocorreu a inauguração do novo Hospital da Beneficente Portuguesa (Figuras 33 e 34).

¹⁸⁶ *Diário de Belém*, 2 de abril de 1876, p.1.

¹⁸⁷ Para conhecer algumas das impressões de D. Pedro II sobre Belém, queira ver: Tavares e Sales (2014).

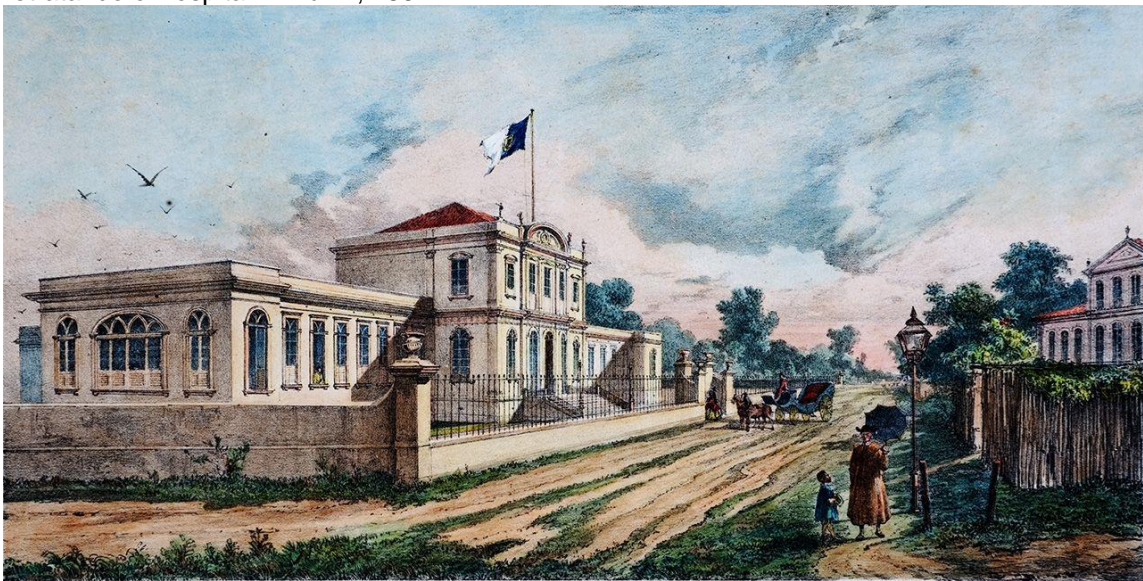
¹⁸⁸ Eventos que reuniam as maiores nações do mundo, mostrando suas inovações e produções tecnológicas, científicas e culturais. Para mais informações sobre as exposições universais, queira consultar: Hardman (2005).

Figura 33 – Hospital D. Luiz I, 1867 – Litografia feita por Joseph León Righini¹⁸⁹ e impressa por Conrad Wiegandt.¹⁹⁰



Fonte: Sotheby's (2022).

Figura 34 – Litografia a cores feita por Joseph León Righini e impressa por Conrad Wiegandt retratando o Hospital D. Luiz I, 1867.¹⁹¹



Fonte: Universidade Federal do Pará, Centro de Memória da Amazônia (1867).

¹⁸⁹ Joseph Léon Righini nasceu em 1820 na cidade de Turim e faleceu em Belém em 1884, foi pintor, gravador, fotógrafo, cenógrafo e professor, veio para o Brasil no final de 1850, fixando residência no Pará e no Maranhão (UNIVERSIDADE..., 1867, <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>).

¹⁹⁰ Artista alemão estabelecido no Pará, foi um dos fundadores da Sociedade Beneficente Mecânica Paraense e participante de outras instituições, foi gravurista, litógrafo e editor. Para mais informações sobre Wiegandt, queira ver: Salles (2001).

¹⁹¹ Deduz-se que foram editadas duas versões dos desenhos de Righini, a primeira em preto e branco e, posteriormente, em policromia. Como pode ser visto nas imagens, o Hospital D. Luiz I já está construído nos desenhos de Righini, indo de encontro à datação de publicação da obra *Doze Vistas do Pará*, de 1867, algo que pode ser revisto, já que o terreno comprado para a construção data do início da década de 1870 e a inauguração do hospital ocorreu somente em 1877.

Em março de 1877, anunciava então *O Liberal do Pará* que, no mês de abril, se inauguraria no novo prédio do Hospital da Beneficente Portuguesa. As programações constaram de três dias de atividades: em 15 de abril, ocorreu um bazar beneficente; em 22 de abril, um concerto musical; e, no dia 29 de abril, o ato solene de inauguração¹⁹². A direção ainda solicitava que os que tivessem interesse em doar itens para serem leiloados no bazar poderiam fazê-lo, tendo os lucros revertidos para aquela instituição. O jornal informava que não havia limite de pessoas, havendo somente a exigência de “se apresentarem decentemente trajadas”¹⁹³.

Não se sabe se o concerto musical promovido pela comissão liderada por Antunes Sobrinho seria aberto ao público ou seria apenas para convidados selecionados, mas curiosamente ele não ocorreu em nenhum dos espaços teatrais da cidade, ele foi realizado no próprio hospital:

deverá ter lugar, domingo 22 do corrente, o concerto vocal e instrumental a favor do novo hospital d'esta real sociedade, denominado D. Luiz 1.º Sanctuario de beneficencia, este bello edificio, antes de encetar a sua piedosa missão de acolher e mitigar os soffrimentos da humanidade enferma, oferece á sociedade paraense uma noite de festa e de prazer; antes de calar os gemidos da dôr vae encher o seu recinto das harmonias da musica e das expansões da alegria.¹⁹⁴

A notícia ainda informa que diversos senhores e senhoras, bem como dois clubes musicais paraenses, o Philarmonico e o Mozart, se dispuseram a participar do evento, abrilhantando a segunda noite de inauguração.

O último dia de inauguração em que transcorreu o ato solene de apresentação do hospital foi 29 de abril, data relevante em que se comemorava a Carta Constitucional da monarquia portuguesa publicada por D. Pedro I em 29 de abril de 1826. Pela manhã, por baixo de muita chuva, as atividades começaram com a transladação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da instituição, do prédio da Praça D. Pedro II para o novo prédio; o cortejo vinha “precedido de um anjo a cavallo, ricamente vestido, alçando em um trophéo as armas da sociedade. A santa ia em berlinda rodeada pelo povo e pela directoria e socios da Beneficente” (HISTÓRIA..., 1914, p.115).

¹⁹² *O Liberal do Pará*, 20 de março de 1877, p.2.

¹⁹³ *O Liberal do Pará*, 13 de abril de 1877, p.2.

¹⁹⁴ *O Liberal do Pará*, 21 de abril de 1877, p.2.

Realizada a bênção do prédio pelo cônego Sebastião Borges de Castilho, foi composta, pela parte da tarde, a mesa solene das atividades. Curiosamente, e por motivos desconhecidos, em primeiro momento, Antonio José Antunes Sobrinho não compunha a mesa diretora das atividades que estava composta pelas seguintes pessoas:

O sr. dr. J. B. Moreira, digno consul portuguez e presidente da mesa, tomou respectivo assento, tendo á sua direita s. exc. o sr. presidente da província¹⁹⁵ e o sr. 1º secretario d'assembléa geral da sociedade Antonio Ferreira Raio, e á esquerda o sr. dr. chefe de policia e o 2º secretario da mesma assembléa, sr. Antonio B. Dias de Mello.
As demais autoridades, comissões e convidados occuparam os lugares especiaes que lhes foram reservados.¹⁹⁶

Antunes Sobrinho surgiu, então, para levantar os vivas da cerimônia¹⁹⁷, que foram seguidos de duas bandas musicais que “executarão o hymno Portuguez, em quanto queimavão-se bastas girandolas de fogos”¹⁹⁸.

A participação de diversas sociedades, clubes e instituições foi expressiva naquele momento. Em *Historia da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, tem-se um pequeno extrato dos indivíduos que se pronunciaram durante a cerimônia:

O Consul leu uma alocução sobre o assumpto de que se tratava, ao que seguio-se o descerramento do retrato de D. Luiz I. A sessão correu animadissima, ocupando a tribuna Antonio José de Lemos, em nome da Sociedade 28 de Julho; Fernando Augusto da Silva, pelo Gremio Litterario Portuguez; Aureliano Eirado, pelos Clubs Philarmonico e Mozart; e Manoel João Gonçalves, pela Beneficente, agradecendo (1914, p.116).

A isso, se seguiu a entrega dos diplomas de beneméritos pelo presidente da província, documento com o qual foi agraciado Antunes Sobrinho por conta de seu empenho na construção do hospital. Posteriormente, foi lavrada a ata de inauguração assinada por muitos indivíduos¹⁹⁹, como descreve o *Publicador Maranhense*:

o magestoso edificio achava-se brilhantemente illuminado interna e externamente tendo em si 2:000 visitantes.
Para quem nos lê fora da província convem notar que o hospital D. Luiz achase collocado mui distante do centro populoso da capital e para irem alli ter era mister os visitantes tomarem carros, ou os wagons do trem de ferro.

¹⁹⁵ Naquele momento, o presidente de província era João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

¹⁹⁶ *Publicador Maranhense*, 8 de maio de 1877, p.3.

¹⁹⁷ Foram levantados os mesmos vivas do bazar de janeiro de 1876, com o acréscimo do viva ao presidente da província que foi respondido com um viva do presidente “aos portuguezes do Pará” (*PUBLICADOR MARANHENSE*, 8 de maio de 1877, p.3).

¹⁹⁸ *Publicador Maranhense*, 8 de maio de 1877, p.3.

¹⁹⁹ *A História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará* afirma que 196 pessoas assinaram o documento, e o *Publicador Maranhense* afirma que assinaram 432 pessoas.

Devemos ainda notar que a noite ameaçava máo tempo e que ás nove horas desabou uma chuva torrencial.
 Por ahi ve-se que a festa de que nos occupamos foi uma festa inteiramente popular, isto é que achou echo no espirito da população paraense

Diversos indivíduos²⁰⁰ participaram sem custos para a instituição dos festejos de inauguração do hospital, e a comissão agradecerá publicamente a participação de todos, logo após o ocorrido, nos jornais paraenses. Conjectura-se que Antunes Sobrinho poderia estar doente no final de sua gestão na Beneficente, esperando apenas a inauguração do hospital para renunciar ao cargo e viajar para a Europa, sendo essa, portanto, sua última obra de benfeitoria na capital paraense.

Logo após a sua renúncia, a presidência da instituição foi assumida por Antonio Gilberto Moreira, legando à memória de Antunes Sobrinho um quadro na galeria de benfeitores da instituição²⁰¹. Ele “obedeceu á previsão do progresso que de futuro deveria ter a nossa capital e do desenvolvimento que certamente o patriotismo portuguez imprimiria á bellissima instituição de caridade”²⁰². Os jornais, com o passar dos anos, também não deixavam o povo paraense esquecer a memória do responsável pelo hospital. Sempre que era veiculada alguma notícia de aniversário da instituição, o benemérito era tido como o grande responsável pelo projeto.

3.1.2 Titularidade, Família e Herança

Como já discutido no capítulo anterior acerca dos títulos de nobreza do final do século XIX para o início do XX, cada vez mais eles eram alcançados por meio das benemerências e pela compra das titularidades. De uma nobreza ligada à guerra e que, ao longo do tempo, se transmuta, Mattoso informa que o rei Afonso III, em sua época,

Passou a administrar rigorosamente os domínios da coroa, criou um corpo legislativo, constituiu uma nobreza de corte fiel e submissa, enfraqueceu a nobreza senhorial, montou um aparelho judicial capaz de assegurar a justiça

²⁰⁰ De acordo com *O Liberal do Pará* de 18 de maio de 1877, foram dignos de agradecimento público os seguintes: o presidente da província, o comandante das armas, o vigário geral e governador do bispado, cônego João Tolentino Guedelhas Mourão, vigário João Simplicio da Silva, padre Julião José de Abreu, Sras. Adelaide Wanderley, Sara, Carolina e Lisbela Hollanda, Simy e Rachel Haziza, Idalina P. de França, Idalia de França e Virginia Rosa da Silva Castro, os Srs. F. Orestes e Vicente Ruiz, J. P. de França, C. Sarkady e W. Zeller, diretora e alunas do Colégio Santa Thereza, os Clubes Philarmonico, Mozart e Luso Brasileiro e as bandas do Instituto de Educandos Paraenses e dos Aprendizes Artifices do Arsenal de Guerra, Tenente Coronel Antonio Clemente dos Santos, *Diario do Gram-Pará*, *Diario de Belém, Provincia e Liberal*.

²⁰¹ *O Liberal do Pará*, 15 de agosto de 1877, p.1.

²⁰² *Estado do Pará*, 29 de abril de 1916, p.1.

sob o controle dos meirinhos-mores, mesmo contra os senhores (nobres ou eclesiásticos) (2000, p.15).

Já nos anos iniciais da era moderna, fica mais evidente a presença de uma nobreza vinculada ao comércio. Assim, “entravam na nobreza homens possuidores de riqueza que se dedicavam ao comércio e constituíam a burguesia e mesmo, às vezes, simples artífices” (MORENO, 2000, p.53). Isso fez com que surgisse uma nova nobreza, não mais ligada necessariamente a linhagem, guerras ou terra, e sim uma nobreza de corte, vinculada ao dinheiro e, posteriormente, à compra de títulos que aumentou cada vez mais ao longo dos anos.

Antonio José Antunes Sobrinho é um exemplo clássico disso, um indivíduo que chegou com pouco dinheiro à região amazônica e, ao prosperar economicamente nas franjas da economia da borracha, comprou o seu título de nobreza. Foi um exemplo do que propõem Coelho e Sarges, citando Fraga: “brancos que compram o verniz para cobrir as botas de carneira e sebo afeitas ao pé do trabalhador” (2019, p.164), um grande comerciante de diversos gêneros e investidor que, ao retornar para Portugal, como forma de prestígio, adquiriu seus títulos e mercês reais.

Anunciava o *Jornal da Tarde* (1878) que “Foram agraciados por s. m. fidelíssima: Com a comenda da ordem de Christo²⁰³, os srs. Antonio José Antunes Sobrinho e Libanio Pedro dos Santos”²⁰⁴. Essa foi a primeira mercê real adquirida por Antunes Sobrinho a fim de reafirmar suas condições financeiras e prosperidade na região amazônica. Por ela, ele pagou o valor de “cento e cinquenta mil reis de direitos de mercê e dos addicionaes correspondentes”²⁰⁵, um valor alto para a compra de uma comenda.

Já em 1885, poucos anos antes de morrer, Antunes Sobrinho foi “agraciado” com o título de Visconde do Penedo. Nos jornais, ele foi anunciado como “abastado proprietário e capitalista residente no conselho de Vieira”²⁰⁶. A compra desse título de nobreza seria algo que agregaria valor simbólico à figura do Antunes Sobrinho, e ele

²⁰³ A Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo herdou o nome da extinta Ordem de Cristo e foi criada por D. Dinis em 1318. Era utilizada para condecorar altos postos civis, militares e políticos, foi extinta em 1910 e restabelecida em 1918, servindo para condecorar serviços relevantes prestados tanto por civis quanto por militares, a Portugal ou à humanidade (PORTUGAL..., 2022).

²⁰⁴ *Jornal da Tarde*, 7 de dezembro de 1878, p.2.

²⁰⁵ Arquivo da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês de D. Luís I, livro 32, folha 123, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2039921>.

²⁰⁶ *O Economista*, 1 de julho de 1885, p.2.

pagou o mesmo valor²⁰⁷ que havia pago pela comenda da Ordem de Cristo, parecendo, na verdade, ser um valor tabelado para tais transações. Como poucos anos depois Antunes Sobrinho viria a falecer, as referências à família dele ligadas ao título de Visconde são poucas, ressaltando que o título por ele usado não era hereditário, ou seja, possivelmente se quisessem continuar com o título haveria necessidade de pagar, isto é, se houvesse essa possibilidade, mas foi possível rastrear parte de seus descendentes e herdeiros, como visto a seguir.

As informações sobre a família direta de Antonio José Antunes Sobrinho são muito escassas e desconstruídas, aqui então traçam-se algumas linhas sobre o que se apurou sobre ela. Sem ascendência identificada, a primeira referência a um familiar de Antunes Sobrinho apareceu em 15 de julho de 1868. *O Jornal do Pará* estampava em sua segunda página um agradecimento de Antunes Sobrinho ao Grêmio Literário Português e à amizade de todos que o visitaram pelo falecimento de sua filha Francisca de Paula de Souza Antunes, e já deixava anunciada a celebração:

no dia 17 do corrente ás 7 horas da manhã, na Igreja de N. S. Sant'Anna, uma missa com *Libera-mé*, do trigésimo dia, pelo eterno descanso da alma da mesma sua filha; de novamente pede ás pessoas de sua amizade, e da falecida o piedoso favor de assistirem a esse religioso acto, por cuja benevolencia se confessará sempre agradecidíssimo.²⁰⁸

Além dessa filha, sabe-se da existência de um filho paraense que, em 1875, tinha 21 anos de idade e se chamava Fabio Antonio de Souza Antunes²⁰⁹. Ele faleceu em Portugal em 1878²¹⁰. No anúncio de falecimento dele, foi dado o nome da mãe do jovem falecido, senhora Anna Maria de Souza²¹¹.

Quando faleceu, em 16 de maio de 1888, o Visconde de Penedo já contava com mais de 70 anos²¹² e morava na cidade de Braga²¹³, na casa de seu genro²¹⁴. Em Belém, a responsável por organizar os ritos fúnebres do Visconde foi a Real Sociedade Portuguesa Beneficente, da qual ele era sócio benfeitor. Assim, em 22 de

²⁰⁷ Arquivo da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês de D. Luís I, livro 40, folha 88, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=20399301>.

²⁰⁸ *Jornal do Pará*, 15 de julho de 1868, p.2.

²⁰⁹ *O Liberal do Pará*, 14 de agosto de 1875, p.3.

²¹⁰ *O Liberal do Pará*, 26 de setembro de 1878, p.2.

²¹¹ O nome da esposa ou mãe dos filhos do Visconde é algo desconstruído. No comunicado da missa do filho, aparece como Anna Maria de Souza. Mas, quando o Visconde faleceu, as notícias nos jornais portugueses informavam que ele era solteiro.

²¹² *O Economista*, de 28 de julho de 1888, p.2, anunciava que ele morreu com 67 anos.

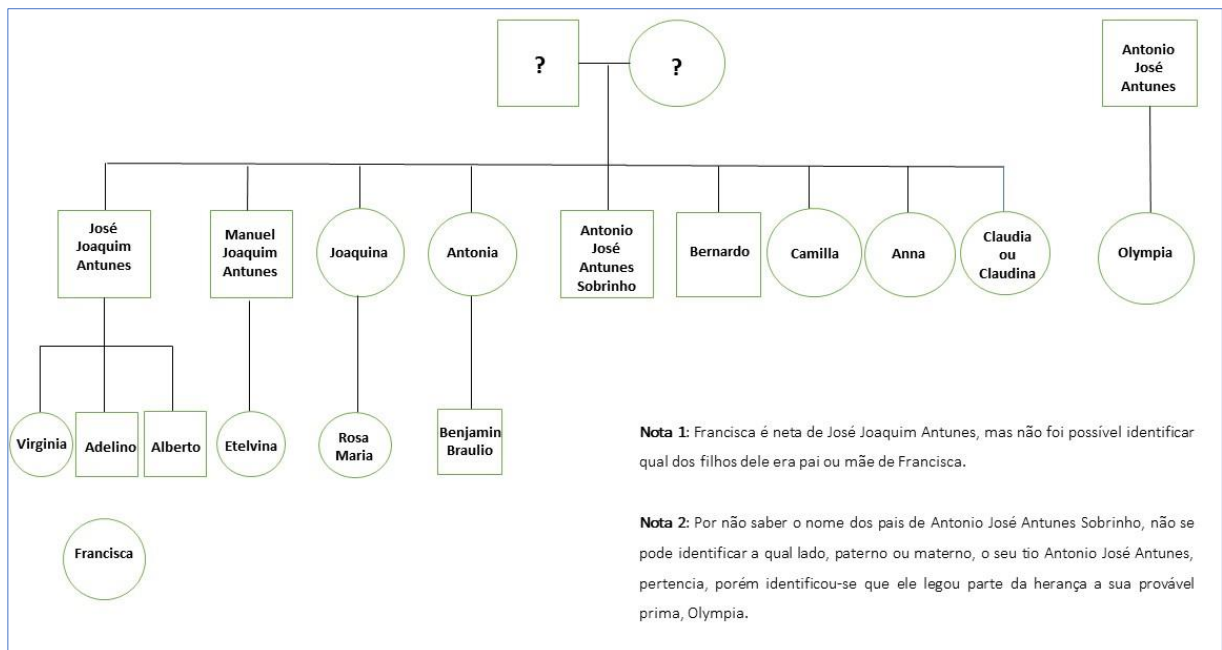
²¹³ *Jornal da Noite*, 17 de maio de 1888, p.3.

²¹⁴ *Correio da Manhã*, 21 de maio de 1888, p.3. Não se tem notícia do nome do genro do Visconde, nem se teve filhos com a filha dele.

junho de 1888²¹⁵, a instituição mandava celebrar uma missa de libera-me em memória do Visconde na Igreja de Santana. Não foi apenas rezada missa em memória do falecido capitalista, no dia da cerimônia seriam distribuídas esmolas aos pobres das freguesias de Nazaré e Santana em um valor até de cem mil réis²¹⁶.

O *Jornal do Recife* publicou que o nobre estava “deixando uma fortuna avaliada em 400 contos de réis”²¹⁷. Com seu falecimento, a partilha de bens do Visconde foi realizada entre seus familiares e algumas instituições. Os jornais portugueses publicaram extratos do testamento²¹⁸ em suas páginas, o que ajuda a compreender melhor a família e os bens deixados por ele. Para a divisão familiar, registram-se algumas condições²¹⁹ para que os herdeiros tivessem acesso ao dinheiro. Havia a necessidade de ser “nascido em Portugal ou suas possessões, ahi se casem e conservem a sua nacionalidade”²²⁰. Os familiares agraciados (Figura 35) foram seus sobrinhos e os descendentes diretos dos seus irmãos.

Figura 35 – Familiares consanguíneos identificáveis que foram legatários da herança de Antonio José Antunes Sobrinho.



Fonte: Elaboração própria, a partir do extrato do testamento de Antonio José Antunes Sobrinho.

²¹⁵ *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1888, p.1.

²¹⁶ *Diário de Notícias*, 21 de junho de 1888, p.3.

²¹⁷ *Jornal do Recife*, 5 de junho de 1888, p.1.

²¹⁸ O testamento completo não foi localizado e, segundo os jornais lusitanos, foi enviada para Portugal uma cópia pelo cônsul de Portugal no Pará e seria reproduzida nas páginas do jornal *O Economista*, de 28 de julho de 1888, p.2, o que também não foi localizado na íntegra.

²¹⁹ Para ver mais sobre condicionantes de cessão de heranças, queira ver: Tavares (2016).

²²⁰ *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1888, p.3.

Para além dos familiares identificáveis, foram nomeados outros indivíduos não identificados como legatários de Antunes Sobrinho, entre eles:

Luiz (segundo do seu nome), filho do dr. Constantino José da Silva Braga; Aprigio e Ilydia, filhos de Joaquina Rosa Vieira Neves; D. Anna Maria de Sousa²²¹; D. Maria Rosa de Lima [...] Anna, Amalia e Maria, filhas de José Lusitano do Valle, e seus irmãos germanos²²² Joaquim, Antonio, José, João Felismino e Filomena; Maria, Emilia, Laura e Francisca, filhos de Manuel Nascimento Ribeiro, e seus irmãos germanos Raymunda e Leopoldino [...] Gregorio José Alvares da Silva.²²³

Além de pessoas, instituições foram agraciadas com parte da herança do Visconde, como a Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará²²⁴, que recebeu um valor de 10:000\$000²²⁵ contos de réis. Ele deixou também, para a fundação de uma escola primária em Caniçada, um valor de cinco contos de réis²²⁶. Em tom jocoso, o periódico *Conservador* informava que “esperavam os curiosos que sua fortuna deixa à viúva, fosse enorme. Entretanto, a viscondessa apenas recebeu 5:000\$000!”²²⁷, é minimamente curioso o periódico referir-se a uma viscondessa, visto que, em momento algum da trajetória do Visconde, ela é mencionada, apenas supõe-se que Anna Maria de Sousa fosse esposa de Antunes Sobrinho.

A história do Visconde se conclui com a vinda de seus familiares de Portugal para tratarem dos trâmites legais dos bens deixados por herança²²⁸. Pensar em uma rica trajetória como a do Visconde de Penedo é pensar na trajetória de diversos imigrantes que vieram para a região amazônica e muitas vezes são legados ao desconhecimento ou à desmemória dos pesquisadores e da população.

3.2 Bernardo Antonio Antunes

Em 15 de abril de 1885, dirigia-se ao doutor José Joaquim de Palma²²⁹ um homem branco, de rosto comprido, cabelos brancos, olhos pardos e com vasta barba, por volta de 52 anos de idade e já viúvo, para solicitar autorização para viajar junto

²²¹ Aqui, aparece Anna Maria de Sousa novamente e como uma das beneficiadas do testamento do Visconde, mas em momento algum existe indicação de ser viúva dele.

²²² Irmão Germano é um termo utilizado para designar irmãos de pai e mãe.

²²³ *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1888, p.3.

²²⁴ *Commercio de Portugal*, 29 de julho de 1888, p.2.

²²⁵ *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*, 1929, p.621.

²²⁶ *O Liberal do Pará*, 11 de agosto de 1888, p.2.

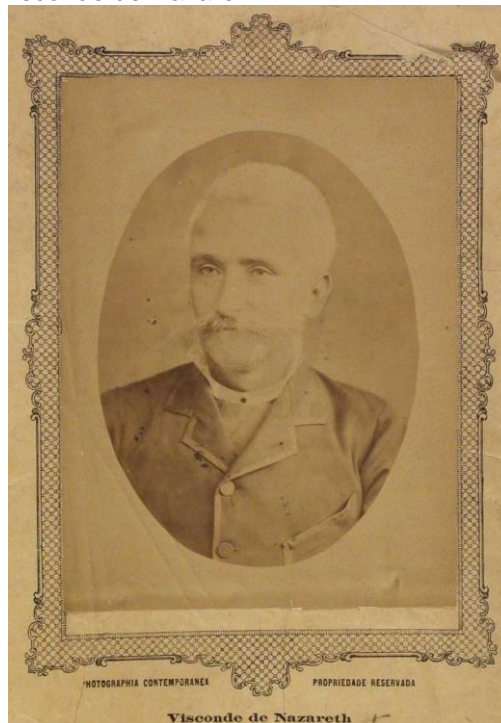
²²⁷ *Conservador*, 11 de abril de 1889, p.1.

²²⁸ *Jornal da Noite*, 17 de setembro de 1888, p.2.

²²⁹ Chefe de Polícia da Província do Pará.

com seus filhos para uma temporada na Europa²³⁰. Com a validade de 30 dias, rumava para Europa o senhor Visconde de Nazareth²³¹ (Figura 36), o proprietário e comerciante natural de Caniçada e filho de Antonio José Antunes e Dona Anna Joaquina Antunes²³². Iria passar algum tempo na sua terra de origem, junto a seus familiares. Mas qual o motivo desse documento da Secretaria de Polícia do Pará estar no meio dos documentos do Visconde? Pois ele se estabelecera na capital paraense durante a segunda metade do século XIX e aqui construiu seus comércios, suas relações e desenvolveu atividades.

Figura 36 – Bernardo Antonio Antunes, Visconde de Nazaré.



Fonte: *Comércio e Indústria: Galeria Biográfica Contemporânea Luso-Brasileira – 1884-86*.²³³

Em 1859, Bernardo Antonio Antunes já procurava no mercado paraense “huma pretinha ou mulatinha de idade de 8 a 12 annos, que seja sadia e sem vícios”²³⁴. Em

²³⁰ Arquivo da Torre do Tombo, Processo de Requerimento de Passaporte de Visconde de Nazaré, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6099991>.

²³¹ Existem variações na escrita: Nazareth e Nazaré. Ambas são utilizadas ao longo do trabalho, dependendo da forma como são referidas na fonte utilizada.

²³² Tios de Antonio José Antunes Sobrinho, de quem ele herdou o nome. Assim, o Visconde de Penedo e o Visconde de Nazaré eram primos.

²³³ Segundo o *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, essa publicação foi fundada em 1880 por um jornalista chamado João d’Almeida Pinto e constava de retratos e biografias com indivíduos que saíram de camadas populares e conseguiram prosperar em suas vidas.

²³⁴ *Gazeta Official*, 17 de março de 1859, p.4.

maio daquele mesmo ano, possivelmente já bem estabelecido no comércio, ele anunciava a dissolução da firma que possuía em sociedade com João Baptista da Costa Carneiro chamada João Baptista da Costa Carneiro & C.^a. Essa firma era uma loja de fazendas²³⁵ e se localizava na Rua dos Mercadores²³⁶, na parte de baixo do sobrado de Camillo J. do V. Guimarães²³⁷. Lá, comercializava pulseiras, tecidos, brincos, travessas de seringa, lã, veludo etc.²³⁸. Com sua inserção no meio comercial, Bernardo Antonio Antunes, já em 1869, era proprietário de um prédio na rua Santo Antônio.

Por se tratar da área comercial de Belém, supõe-se que o prédio da Rua dos Mercadores seria um armazém ou loja de Antonio Antunes. Em 1876, já como sócio proprietário da empresa Bernardo Antonio Antunes & C.^a, surgia como comerciante de castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*)²³⁹. Como afirma Almeida (2016), a castanha mantém posição estável como terceiro item da pauta exportadora paraense. Ainda que a borracha tenha se tornado o principal item comercializado pela região e que os administradores públicos lamentassem a ausência de mão de obra em outras áreas do extrativismo, o mercado da castanha ainda era algo rentável para os comerciantes que atuavam no Pará. A prática comercial de Antonio Antunes era tão grande que, em 1878²⁴⁰, solicitava inscrição à Junta Comercial.

Nesse ano, algo fez com que Bernardo Antonio Antunes desfizesse a sociedade com seu sobrinho Bernardo Antonio Antunes Sobrinho²⁴¹ na empresa que ele havia estabelecido anteriormente. Logo em seguida, substituiu seu antigo associado por seu ex-funcionário, e agora sócio, Joaquim Martins Monteiro²⁴². Nesse ínterim, devido ao seu alto posto junto aos comerciantes paraenses, foi indicado para representar, como membro do conselho fiscal, a caixa econômica e monte de socorro da província do Pará²⁴³, enquanto o presidente da instituição estivesse fora da

²³⁵ Pelo menos até 1883, a empresa Bernardo Antonio Antunes & C.^a possuía armazéns de fazendas em dois endereços, na Rua da Industria e na Rua da Imperatriz (ALMANAK PARAENSE, 1883).

²³⁶ Atualmente, chama-se rua Conselheiro João Alfredo.

²³⁷ Médico da Câmara de Belém, provedor de saúde e cirurgião da Santa Casa de Misericórdia do Pará (SILVA, 2020; MIRANDA, 2010).

²³⁸ *A Epocha*, 10 de fevereiro de 1859, p.4.

²³⁹ *Diario de Belém*, 12 de julho de 1876, p.2.

²⁴⁰ *O Liberal do Pará*, 8 de março de 1878, p.2.

²⁴¹ *O Liberal do Pará*, 1 de março de 1879, p.3.

²⁴² *O Liberal do Pará*, 7 de março de 1879, p.3.

²⁴³ *A Constituição*, 27 de março de 1879, p.2.

província e outro indivíduo precisasse representá-lo. Atuou também como diretor na instituição²⁴⁴.

No comércio, Antonio Antunes se dedicou principalmente à importação e à exportação, vendendo em seu armazém diversos produtos vindos da Europa, como uvas²⁴⁵, perfumes, chapéus e instrumentos musicais²⁴⁶. De Iquitos²⁴⁷, recebia borracha e de Manaus os mais diversos produtos: “borracha 5279 kilos, peixe 3250 ditos, cacáo 473 ditos, couros de veado 18, ditos de boi 3, bois em pé 27, vacca 1”²⁴⁸. Como comerciante, participou da Questão Pelino, envolvendo comerciantes, políticos e o frade capuchinho Pelino de Castro Valva²⁴⁹.

Torres (2014) indica que frei Pelino de Castro Valva havia sido processado por políticos e comerciantes, alegando que ele se dedicava muito mais ao comércio do que à catequese, provavelmente lucrando com a produção dos indígenas da missão que chefiava em Bacabal – MA. Os jornais paraenses estampavam em suas páginas as denúncias contra frei Pelino. *O Liberal do Pará*²⁵⁰ informava que o religioso usou de má fé e se valeu de sua amizade com o chefe da alfândega para a liberação de dinheiro para comprar produtos para trocar com os indígenas. Tratado como “delapidador dos dinheiros publicos”²⁵¹, ele comprava no comércio o dobro do valor que lhe era permitido e levava para a missão.

Pelino trocava produtos comprados na capital paraense por borracha produzida pelos indígenas da missão. Nesse ínterim do processo movido pelos comerciantes (Antonio Antunes possivelmente um deles), os 500 quilos de borracha que o frade possuía foram roubados por um certo “Americo de Oliveira Lima e seu associado Peixoto de tal”²⁵². A polícia conseguiu apreender de volta esse material, que ficou sob sua custódia. O frade solicitou restituição, mas o governo do estado achou que não

²⁴⁴ *O Liberal do Pará*, 11 de julho de 1879, p.1.

²⁴⁵ *O Liberal do Pará*, 23 de novembro de 1882, p.1.

²⁴⁶ *A Republica*, 23 de outubro, de 1890, p.3.

²⁴⁷ *Diario de Belem*, 12 de agosto de 1885, p.1.

²⁴⁸ *Diario de Belem*, 25 de março de 1885, p.1.

²⁴⁹ Religioso italiano, adepto de castigos físicos (AMOROSO, 1998). Ele atuou na catequese indígena no interior do Pará e Maranhão, ficou à frente da catequização de um grupo Munduruku na Missão de São Francisco do Rio Cururu, em 1872 (COLLEVATTI, 2009), e, posteriormente, atuou catequizando indígenas em Bacabal.

²⁵⁰ *O Liberal do Pará*, 4 de novembro de 1876, p.1.

²⁵¹ *A Constituição*, 15 de janeiro de 1877, p.2.

²⁵² *Diario de Noticias*, 27 de setembro de 1881, p.2.

deveria fazê-lo²⁵³, visto que o lucro daquela borracha pertenceria ao estado ou aos compradores credores de Pelino.

Desde 1877²⁵⁴, o frade havia sido destituído de seu cargo na Missão de Bacabal, provavelmente pelos supostos escândalos envolvendo seu nome. Morais (2013) mostra que os pontos fulcrais desse embate entre os comerciantes e Pelino, na verdade, se davam por três motivos: o conflito dos indígenas com os regatões, a mão de obra indígena e o comércio de borracha. Quase no final do processo, “apreendeu a policia 18:600 kilogrammas de borracha e 15 canadas de copahyba que frei Pelino de Castro Valva, então director da missão do Bacabal, consignára aos commerciantes Deniz Cullere & Ca.”²⁵⁵. Essa quantia apreendida, ao final, foi dividida especificamente por Bernardo Antonio Antunes & C.^a, outros comerciantes e cessionários, para auferirem lucro ou serem restituídos dos dividendos que foram envolvidos na questão Pelino.

Como discutido no capítulo anterior, as companhias de seguro se tornaram empresas extremamente necessárias para a Belém da borracha, principalmente em se tratando de transporte de carga. A cidade passou a ter diversas empresas de seguro marítimo. Afinal de contas, as vias de transporte de pessoas e cargas mais utilizadas nesse momento eram as hidrovias. A Companhia de Seguros Paraense foi uma dessas empresas que prestavam seguros terrestres e marítimos (Figura 37) na região amazônica e, posteriormente, se expandiu para outros locais.

Figura 37 – Propaganda da Companhia Paraense de Seguros, Marcel Lebrun, Paris, 1910.



Fonte: Escritório de Artes Miguel Salles (2017).²⁵⁶

²⁵³ *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1881, p.2.

²⁵⁴ *O Liberal do Pará*, 19 de janeiro de 1877, p.1.

²⁵⁵ *A Constituição*, 5 de outubro de 1882.

²⁵⁶ Escritório de Artes Miguel Salles (2017) – <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=3306335&ctd=327>.

Essa empresa foi fundada em 1878 e autorizada a funcionar pelo Imperador D. Pedro II, com o Decreto n.º 6837, de 16 de maio de 1878, com os seguintes objetivos:

Art. 1º A associação inaugurada na cidade de Belém, Província do Pará, Império do Brazil, conhecer-se-ha com o nome – Paraense –, e tem por fim:
 § 1º Fazer seguros contra todos os riscos de fogo, raios e suas consequências.
 § 2º Fazer seguros contra todos os riscos marítimos e fluviaes, sómente sobre mercadorias (BRASIL, 1878).

Dela, Bernardo de Antonio Antunes foi sócio e um dos diretores²⁵⁷. Pode não ter sido uma das maiores empresas²⁵⁸ como a Garantia da Amazônia, porém foi uma das mais antigas na região e, segundo a publicação *Impressões do Brazil no Século Vinte*, ela vinha dando muito lucro até pelo menos o início do século, visto que teria sido fundada com capital de 100:000\$000 e já possuía capital de 600:000\$000²⁵⁹. A empresa existiria pelo menos até 1922²⁶⁰, quando foi extinta.

No final da década de 1880, surgia na cidade na Belém a Companhia das Águas do Grão Pará. Almeida (2010) afirma que a sociedade anônima foi autorizada a funcionar em 3 de setembro de 1881, de acordo com o Decreto n.º 8244, com Edmund Compton²⁶¹ à sua frente. Como discorre Tavares (2017), os portugueses que moravam no Pará garantiam aplicações também no serviço público e, nesse caso, a Companhia das Águas do Grão Pará foi responsável pela manutenção e pelo abastecimento de água da cidade de 1881 a 1895. Vale lembrar que aos poucos o serviço de encanamento nas casas foi se expandindo, já que era uma forma de agregar valor às propriedades existentes em Belém. Bernardo Antonio Antunes foi um dos associados dessa empresa, ocupando cargo na comissão de exame de contas²⁶², atuando de forma de fiscalizar as finanças da companhia.

²⁵⁷ *O Liberal do Pará*, 23 de janeiro de 1880, p.2.

²⁵⁸ Para além da Companhia de Seguros Paraense, ele também foi Vice-Presidente da Mesa de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Gram-Para (DIÁRIO DE BELEM, 10 de março de 1885, p.3).

²⁵⁹ *Impressões do Brazil no Século Vinte*, 1913, Laboratório Virtual FAU-ITEC-UFGA: <https://fauufpa.org/2011/02/04/5209/>.

²⁶⁰ *O Jornal*, 23 de março de 1922, p.5.

²⁶¹ Engenheiro inglês que atuou em diversas obras públicas e privadas em Belém, fez também a Planta da Cidade de Belém do Gram-Pará em 1881, disponível em: <https://fauufpa.org/wp-content/uploads/2017/06/edmund-compton-mapa-de-1881.jpg>.

²⁶² *A Constituição*, 24 de março de 1882, p.1.

Vários anos depois de seu primo, Visconde de Penedo, Antonio Antunes foi acionista²⁶³ da Companhia de Bonds Paraense, participando da Mesa de Assembleia Geral²⁶⁴. A empresa, que começou a funcionar em 1882 na cidade de Belém, seria responsável por:

Art. 1º A Companhia de bonds – Paraense, organizada na cidade de Belém, capital da Província do Grão-Pará, lugar de sua sede, tem por fim estabelecer linhas de bonds á tracção animada para passageiros e cargas, segundo contrato celebrado em 3 de novembro corrente, entre a Ilma. Camara Municipal da capital e o Bacharel Felipe José de Lima (BRASIL, 1882).

Ainda que tenha sido criada em 1881, o funcionamento ocorreu somente um ano depois, como informam Lima e Ventura Neto (2017). Ela possuía 7 km de linha na cidade, ligando o Arsenal de Marinha ao Curro e, naquele momento, já entrava no mercado disputando com mais duas empresas de bondes existentes na cidade²⁶⁵.

No final do século XIX, a economia do eixo Rio de Janeiro-São Paulo girava em torno do comércio cafeeiro. Nesse contexto, como distingue Telles (2020), começavam a surgir as exposições brasileiras de café em outros países lá pelos anos de 1881-1883, sendo a primeira em Amsterdã. Entre setembro e outubro de 1883, Othon Leonardos²⁶⁶, um imigrante grego, resolveu realizar por conta própria uma exposição de café e produtos brasileiros (Figuras 38 e 39) em sua terra natal, mais precisamente em Atenas. Seria uma forma de mostrar para os gregos a produção brasileira.

O Pará foi um dos participantes dessa exposição, e o Visconde de Nazaré, Bernardo Antonio Antunes, participou da comissão²⁶⁷ formada pelo presidente da província e que estava encarregada de selecionar produtos para representar o estado

²⁶³ A empresa possuía uma grande quantidade de acionistas, mas os que tinham maior quantidade de ações eram José Duarte Rôiz Bente, com 110 ações, Francisco Ferreira de Oliveira, com 60 ações, Ambrosio H. da Silva Pombo, Almeida Irmão & C.^a., Bernardo Antonio Antunes, Benedito Euzebio dos Navegantes, Faustino Rodrigues Pinto, José Pereira Henriques & C.^a., José Augusto Corrêa, João Emilio de Macedo e Joaquim Luiz de Paiva, todos com 50 ações (O LIBERAL DO PARÁ, 9 de novembro de 1882, p.3).

²⁶⁴ *O Liberal do Pará*, 25 de julho de 1882, p.1.

²⁶⁵ Para além dos bondes, ele também investiu na navegação a vapor, foi sócio da Companhia de Navegação do Pará e Amazonas, onde ocupou o cargo de tesoureiro (DIARIO DE BELEM, 3 de agosto 1883, p.3) e membro da diretoria (DIARIO DE BELEM, 25 de outubro de 1883, p.3).

²⁶⁶ Negociante grego que se estabeleceu no Brasil e atuou como cônsul da Grécia, foi o primeiro diretor da Companhia de Navegação a Vapor, que posteriormente viraria o Lloyd Brasileiro, recebeu a Imperial Ordem da Rosa de D. Pedro II por conta da exposição organizada em Atenas (CORREIO, 2010).

²⁶⁷ A comissão era composta por: Dr. Vicente C. de Miranda, Visconde de Nazareth, Barão do Guamá, Barão de Muaná e Shipton Green.

nesse evento²⁶⁸. Em Atenas, a exposição tomou lugar na Escola Polytechnica²⁶⁹, e, no Brasil, as comissões estaduais se responsabilizavam por coletar o material e enviar sem custo algum para o Centro da Lavoura e Commercio²⁷⁰.

Figuras 38 e 39 – Exposição Brasileira em Atenas.



Fonte: Biblioteca Nacional. Fotografias de P. Moraites (1883).

Foi possível perceber também que Bernardo Antonio Antunes era extremamente vinculado a questões religiosas. Já em 1871, ele era mordomo²⁷¹ por devoção da Irmandade do Glorioso São Benedito²⁷². Ser mordomo nessas irmandades religiosas ou até colégios confessionais podia possuir dois significados: ser o indivíduo administrador dos bens de uma irmandade ou confraria, mas também, como informam Silva e Souza, “Promesseiros que, em troca de alguma graça alcançada, prestam ajuda financeira anual para a manutenção da festa” (2017, p.57). Esses mordomos²⁷³, em geral, poderiam se tornar juízes das festas religiosas.

Em agosto de 1881, já anunciava a *Gazeta de Noticias*: “Foi eleito juiz da festividade de N. S. de Nazareth do Desterro o honrado commerciante de nossa praça

²⁶⁸ Não se conseguiu identificar nenhuma publicação que desse conta de quais produtos paraenses foram remetidos para a exposição que ocorreu em Atenas.

²⁶⁹ *Exposição de Productos Agricolas do Brasil Jornal do Commercio*, 16 de dezembro de 1883, p.2.

²⁷⁰ *Gazeta de Noticias*, 13 de maio de 1883, p.1.

²⁷¹ *Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial* (1871, p.69).

²⁷² Acredita-se que não se trate da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, mas sim alguma devoção a São Benedito que se dava na capital paraense.

²⁷³ Em 1881, Bernardo Antonio Antunes foi nomeado mordomo do antigo colégio Nossa Senhora do Amparo (atual Colégio Gentil Bittencourt), por exoneração do mordomo anterior, Fortunato Alves de Souza (O LIBERAL DO PARÁ, 11 de setembro de 1881). Em 1883, ele ocupou novamente o cargo junto com Lourenço Lins de Hollanda, Visconde de Santo Elias, Antonio Soares Pinheiro, Antonio Bento Dias de Mello, Domingos José Dias, cada um era responsável por um mês do semestre, participando da mesa administrativa (ALMANAK PARAENSE, 1883, p.264). Em 1889, o Visconde de Nazaré e os outros mordomos foram responsáveis por realizar empréstimos ao Colégio do Amparo para que os pagamentos fossem realizados (O LIBERAL DO PARÁ, 10 de outubro de 1889, p.1).

sr. Bernardo Antonio Antunes, um nome que é uma promessa de esplendor para a grande festa popular”²⁷⁴. Naquele ano, ele seria um dos responsáveis, junto com João Alvares Lobo e Nemesio Augusto da Câmara, pela organização da festividade de Nazaré²⁷⁵. Naquele ano, a diretoria eleita decidiu que a Festa de Nazaré ocorreria a 13 de novembro e o Círio, antes, em 30 de outubro²⁷⁶.

Como os festejos estavam a cargo deles, depois do dia do Círio, organizaram toda a programação do que ocorreria, iniciando com uma novena, seguida de uma apresentação artística em que “Hottentotes²⁷⁷, disformes, mas ágeis que ocuparão o Pavilhão de Flora, transformando em floresta africana, bailarão a capricho o Bamboulá. Equilíbrios na corda bamba”²⁷⁸. Contava também o programa da festa, que durava praticamente todo o mês de novembro²⁷⁹, com apresentações como cavalaria andante, performance de ginástica iluminada a gás (de um ginasta francês chamado P. Sirino contratado pela diretoria da festa), música e fogos de artifícios²⁸⁰. Vale ressaltar que, como informa Almeida (2015), foi no ano de 1881 que se instituiu a Procissão da Festa, em que os diretores homenageavam alguma comunidade ligada à Basílica.

Novamente em 1884, junto com a Baronesa de Igarapé-Miri²⁸¹, o Visconde de Nazaré compunha a diretoria da festa. Juntos, definiram que a festividade ocorreria no mês de outubro²⁸². Algumas modificações foram realizadas pelos diretores naquele momento. Optaram por postergar a procissão do Círio para o mês de novembro, visto que, pela primeira vez, usariam luz elétrica²⁸³. Anunciava o *Diário de Belem* que a recepção da imagem se daria na nova igreja de Nazaré e que

A imponente procissão fará o seguinte trajecto: frente do palácio do governo, travessa da Rosa, largo da Sé, calçada do Collégio, rua dos Mercadores,

²⁷⁴ *Gazeta de Noticias*, 28 de agosto de 1881, p.1.

²⁷⁵ Possivelmente, algo como o que é realizado nos dias de hoje pela diretoria da Festa de Nazaré no período do Círio.

²⁷⁶ *O Liberal do Pará*, 15 de setembro de 1881, p.2.

²⁷⁷ Grupo de línguas khoisan do sudoeste africano, designa também grupo originário da África do Sul (DICIONÁRIO..., 2022).

²⁷⁸ *A Constituição*, 3 de novembro de 1881, p.1.

²⁷⁹ *Diário de Noticias*, 12 de novembro de 1881, p.2.

²⁸⁰ *Diário de Noticias*, 6 de novembro de 1881, p.2.

²⁸¹ Rita Gonçalves Acatauassu nasceu em Igarapé-Miri, filha do comendador Domingos Borges Machado Acatauassu e de Ana Teresa Gonçalves Acatauassu. Foi casada com Antonio Gonçalves Nunes, Barão de Igarapé-Miri, com que teve três filhos: Antônio Acatauassu Nunes, Rita Acatauassu Nunes Bezerra e Domingos Acatauassu Nunes (IGARAPÉ-MIRI, 2022).

²⁸² *O Liberal do Pará*, 5 de setembro de 1884, p.3.

²⁸³ *Diário de Belem*, 28 de outubro de 1884, p.2.

praça das Mercês, rua da Industria, praça e rua de Santo Antonio, ruas da Trindade e do Riachuelo, Praça Pedro II, estrada de Nazareth até a Igreja.²⁸⁴

Curiosamente, a esse trajeto, foi acrescentada a Rua do Espírito Santo²⁸⁵, o que fez com que os moradores agradecessem publicamente aos diretores da festa²⁸⁶ por terem acatado o pedido deles. Nesse ano, os jornais elogiavam os esforços da diretoria para realizar boas programações no Círio: a “directoria não tem poupado esforços no sentido de dar o maior realce a todos os actos, que religiosos, quer profanos”²⁸⁷. As atividades daquele ano aconteceriam pelo menos até dezembro²⁸⁸, e, entre as diversas atrações, contavam com circo de cavalos, apresentações musicais sacras, paticídio²⁸⁹, Museu de Ótica, corrida de saco, fogos, para agradar a todos os tipos de fiéis.

Como brevemente abordado no início, Bernardo Antonio Antunes era possuidor de escravizados. A documentação o mostra querendo comprar uma jovem “pretinha” e também mandando prender um cativo chamado Gabriel²⁹⁰, por motivo não identificado. Participava de atividades de sociedades emancipadoras, como, por exemplo, o bazar da Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, ao qual doou meia dúzia de camisas para noivas²⁹¹ que seriam leiloadas para angariar fundos para a libertação de escravizados. Porém, de maneira controversa, alguém não identificado foi às páginas de jornal pedir que Antonio Antunes se compadecesse de Candida Maria Joaquina²⁹², que tinha dado entrada há mais de ano com o pecúlio de sua liberdade, mas ainda não a havia recebido.

Como espécie de funcionário público, Bernardo Antonio Antunes ocupou o cargo de procurador²⁹³ da câmara municipal de Santarém na capital paraense, ficando responsável por receber o valor de impostos arrecadados para a câmara pela recebedoria de rendas. Atuou também como suplente da comissão consultiva do consulado português no Pará²⁹⁴. Na ata reproduzida em Brito (1994), Bernardo

²⁸⁴ *Diário de Belem*, 23 de novembro de 1884, p.2.

²⁸⁵ Rua Doutor Assis.

²⁸⁶ *A Constituição*, 24 de novembro de 1884, p.2.

²⁸⁷ *Diário de Belem*, 23 de novembro de 1884, p.2.

²⁸⁸ *Diário de Belem*, 7 de dezembro de 1884, p.2.

²⁸⁹ Rito cultural em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, realizado no arraial durante o período do Círio, consistia em acertar a cabeça do pato, por vezes o levando à morte. Para mais informações sobre o paticídio, queira ver: Maués (2016) e Henrique (2020).

²⁹⁰ *O Liberal do Pará*, 30 de julho de 1881, p.2.

²⁹¹ *Diário de Belem*, 6 de julho de 1882, p.2.

²⁹² *Diário de Belem*, 4 de setembro de 1883, p.1-2.

²⁹³ *Jornal do Pará*, 19 de junho de 1878, p.1.

²⁹⁴ *Diário de Belem*, 28 de janeiro de 1882, p.2.

Antonio Antunes foi um dos 64 indivíduos que estavam presentes na primeira reunião do Gabinete Português de Leitura, sendo um dos signatários da ata de fundação da instituição. Outra instituição de que participou e ajudou foi a Beneficente Portuguesa, atuando em seu conselho deliberativo²⁹⁵. Ao longo da vida, auxiliou a instituição de diversas maneiras, como quando doou 50 camas de ferro para o hospital D. Luiz I²⁹⁶.

É interessante perceber que, ainda que integrado à sociedade paraense, diferente do seu primo Visconde de Penedo, o Visconde de Nazaré se dedicava principalmente à benemerência de instituições localizadas em sua terra natal. Na capital paraense, ele se engajava mais em atividades culturais luso-brasileiras do que em ações de caridade. Uma das poucas que se pode localizar foi a sua participação em um espetáculo em prol dos pacientes do Hospital dos Lázaros do Tucunduba²⁹⁷.

Junto com outros portugueses residentes em Belém, foi nomeado²⁹⁸ pelo rei de Portugal, D. Luiz I, para representar a Associação dos Albergues Noturnos, instituição criada em 1881 com o intuito de abrigar:

os operarios de fóra de Lisboa, que vieram à capital em procura de trabalho; os convalescentes de um e outro sexo, que dando baixas no hospital, e sem abrigo, ficaram no albergue por espaço de algumas noites; os que sahiam da cadeia, expiada a culpa; os viajantes pobres e os peregrinos andantes; os emigrantes e os vadios; os velhos de um e outro sexo; os epilepticos; os doentes de fome e os inválidos de toda a casta (ASSOCIAÇÃO..., 2022, s.p.).

Assim, foram responsáveis por angariar dinheiro entre os paraenses e luso-paraenses para contribuir com a manutenção da instituição em Portugal. Junto com o Visconde de Santo Elias, foi um dos principais doadores de dinheiro para as famílias afetadas por terremotos em Granada e Andaluzia²⁹⁹. E realizou doações no mínimo curiosas, como a de uma jiboia vinda do Amazonas para o Zoológico de Lisboa³⁰⁰.

De todas as ações de caridade em que o Visconde de Nazaré se envolveu, a que mais se destacou foi a participação na Sociedade de Beneficencia Brasileira. Fundada em 1872 em Lisboa, prestava “valiosissimos serviços á indigencia, já distribuindo mezadas, já pagando passagens para o Brazil e dando subsídios extraordinarios e por uma só vez, a pessoas de provada indigência”³⁰¹. Infere-se que

²⁹⁵ *Almanach do Diario*, de Belém, 1878, p.83.

²⁹⁶ *O Pará*, 29 de abril de 1899, p.2.

²⁹⁷ *O Liberal do Pará*, 24 de setembro de 1884, p.3.

²⁹⁸ *Diario de Belem*, 16 de março de 1882, p.3.

²⁹⁹ *Diario de Belem*, 26 de fevereiro de 1885, p.3.

³⁰⁰ *O Paiz*, 8 de abril de 1887, p.3.

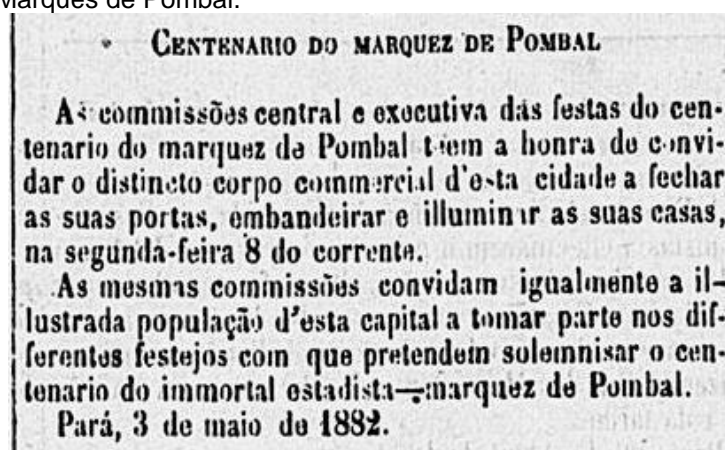
³⁰¹ *Commercio de Portugal*, 30 de março de 1882, p.2.

eles ajudavam a comunidade brasileira que morava em Portugal, tanto que, em 1897³⁰², o Visconde de Nazaré era um dos membros do conselho de beneficência da instituição. Algo a ser ressaltado é que, em 1899, o grupo de diretores da Beneficencia Brasileira se reuniu para ser fotografado, e, na notícia veiculada no jornal, o Visconde de Nazaré era descrito como um brasileiro³⁰³.

Ele atuou como vice-presidente da comissão organizadora do centenário de morte do Marquês de Pombal³⁰⁴, ideia que vinha sendo gestada desde 1881³⁰⁵ e que gerou diversas polêmicas na assembleia, entre liberais e conservadores. As reuniões organizadoras ocorriam sob a coordenação do vice-presidente Bernardo Antonio Antunes, no Grêmio Literário Português³⁰⁶, e tinham grande participação de empresas, comerciantes e pessoas envolvidas com as relações luso-brasileiras. Nessa ocasião, foram abertas subscrições para ajudar nos festejos que seriam realizados ao longo do ano de 1882.

Durante as comemorações, negros seriam libertados, e, segundo os jornais, Bernardo Antonio Antunes surgia como “digno vice-presidente, que tem-se manifestado incansável”³⁰⁷. O convite publicado no jornal conclamava o comércio a fechar suas portas e solicitava que a população paraense participasse dos festejos (Figura 40).

Figura 40 – Convite para as celebrações do Centenário do Marquês de Pombal.



Fonte: *Diario de Belem*, 3 de maio de 1882, p.2.

³⁰² *Folha do Norte*, 19 de janeiro de 1897, p.1.

³⁰³ *O Paiz*, 19 de fevereiro de 1899, p.2.

³⁰⁴ Nobre e diplomata português que atuou como administrador colonial e primeiro-ministro de Portugal, nasceu em 1699 e faleceu em 1782.

³⁰⁵ *O Liberal do Pará*, 5 de julho de 1881, p.2.

³⁰⁶ *Diario de Noticias*, 30 de abril de 1882, p.2.

³⁰⁷ *Diario de Noticias*, 2 de maio de 1882, p.2.

As comemorações ocorreram entre os dias 7 e 8 de maio e nelas foram realizadas diversas programações pela cidade. No dia 7, tudo começou com uma alvorada e apresentações musicais. Ao meio-dia, o escritor José Veríssimo³⁰⁸ fez uma conferência sobre o Marquês de Pombal, no Grêmio Literário Português, e, pela parte da noite, ocorreram iluminações e *marche aux flambeaux*³⁰⁹, que saiu do palácio de governo até à atual Praça da República. Uma espécie de coluna de fofocas de *O Liberal do Pará* chamada *Rumores* contava aos leitores os bastidores dos conflitos envolvendo o centenário de Pombal (Figura 41).

Figura 41 – Notícias da Coluna *Rumores*.

...que, na ocasião em que o sr. conego Mané José soube do que contra elle disse o sr. Mancio Caetano, por causa do centenario do marquez de Pombal, ficou muito irritado e ameaçou com forza o seu reverendo collega, como já o tinha feito outra vez na casa do sr. dr. Catanho.

—

...que o sr. *Cura Costa* fallou, fóra de proposito, contra os festejos em comemoração ao centenario do marquez de Pombal... para salvar as apparencias.

==

...que os srs. Mancio Caetano e *cura Costa* pretendiam hontem fazer agua suja na salinha por causa do centenario do marquez de Pombal.

Fonte: *O Liberal do Pará*, 5 de maio de 1882, p.3.

Mesmo com todas essas divergências e questões políticas, os festejos do centenário de morte de Pombal aconteceram com grande assistência. No dia 8 de maio, último momento dos festejos, ocorreu um evento de gala no Theatro da Paz. Os que desejassem se pronunciar poderiam se inscrever previamente³¹⁰ no Grêmio Literário Português. A apoteose dos eventos ocorreu com o pronunciamento de Justo Chermont³¹¹, presidente da comissão organizadora do evento, seguido da entrega de

³⁰⁸ *Diario de Belem*, 3 de maio de 1882, p.1.

³⁰⁹ Procissão iluminada.

³¹⁰ *Diario de Noticias*, 7 de maio de 1882, p.3.

³¹¹ Justo Pereira Leite Chermont, paraense, filho do Visconde de Arary e de Catarina Pereira Leite Chermont, formado em direito, foi político e ocupou cargos como o de governador do Pará, senador pelo Pará e ministro das relações exteriores do Brasil (BRASIL, 2022).

cartas de liberdade de escravizados, pronunciamentos dos inscritos³¹², e a noite encerraria com a encenação da peça *A Cabana do Pai Tomás*³¹³.

Nesse momento, em 1883, Bernardo Antonio Antunes recebeu seu título de nobreza do rei de Portugal. Para obter esse título, pagou o valor de um conto e duzentos mil réis³¹⁴, afinal de contas, possuir um título de nobreza era símbolo de riqueza e triunfo do imigrante. É perceptível a importância disso para o nobre, ao ponto de solicitar à Junta Comercial a mudança de nome para Visconde de Nazareth³¹⁵ por ocasião de sua matrícula naquele local. Posteriormente, em 1886³¹⁶, ele também receberia a comenda Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³¹⁷.

Ao viajar para Manaus, em 1884, o Visconde de Nazaré homenageado com um grande sarau e um banquete realizados por seus amigos manauaras, ocasião em que estavam presentes várias autoridades e membros do funcionalismo público, bem como o presidente da Província do Amazonas. O articulista não identificado justificou o motivo de o sarau ser realizado em homenagem ao Visconde e fez conhecer melhor quem era essa figura:

Cavalheiro perfeito, de trato delicado, comerciante probo e justo, e chefe de família exemplar, o Sr. Antunes sabe ser amigo dos seus amigos, conquistando pela regidez de seu character e franqueza na manifestação dos seus sentimentos as sympathias de todas as pessoas que o tratam e a confiança e o respeito d'aquelles com quem mantem relações commerciaes.³¹⁸

A festa foi grande e durou pelo menos até as quatro da manhã, quando os convidados celebraram o ilustre visitante. Retornou de Manaus no dia 7 de março³¹⁹, e, possivelmente, em sua passagem, deve ter realizado contatos comerciais e resolvido questões da filial de sua firma lá estabelecida (Figuras 42 e 43).

³¹² Diversas instituições estavam presentes e se inscreveram para falar por meio de representantes. Foram elas e seus representantes: Napoleão Accioly, em nome da minoria da assembleia e das ideias liberais; Joaquim Andrade dos Santos, pelo Grêmio Literário Português; Barão do Marajó, pela Imperial Sociedade Artística Paraense; Bertoldo Nunes, pela Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos; Dr. Castello Branco, pela Sociedade 28 de Julho; Francisco Antônio Corrêa, pela Sociedade Protetora Beneficente dos Caixeiros; Antonio Rôiz Barata, pela Associação Internacional de Socorros Mútuos; A. Sussuarana, pelo Clube Baptista Campos; Jorge Sobrinho, pela Beneficente da Infância Desvalida; e, por fim, o cônsul de Portugal (O LIBERAL DO PARÁ, 10 de maio de 1882, p.2).

³¹³ *Diario de Belem*, 7 de maio de 1882, p.2.

³¹⁴ ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Registro Geral de Mercês de D. Luís I, livro 37, folhas 160 e 161 (2022).

³¹⁵ *O Liberal do Pará*, 18 de maio de 1883, p.3.

³¹⁶ *A Constituição*, 1 de junho de 1886, p.2.

³¹⁷ Ordem criada por D. João IV, em 1818, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição por Portugal ter sobrevivido às guerras napoleônicas (PORTUGAL..., 2022).

³¹⁸ *Amasonas*, 10 de fevereiro de 1884, p.2.

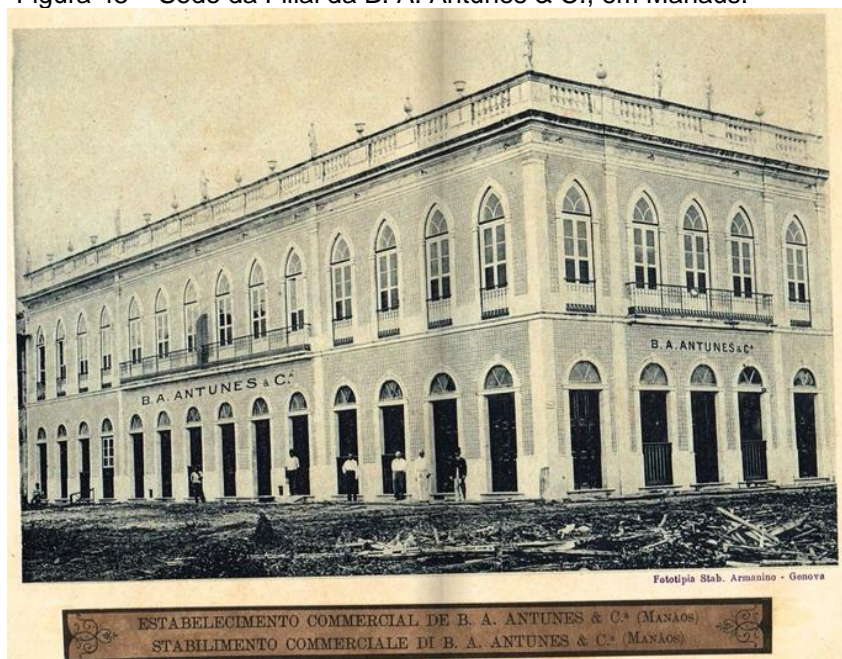
³¹⁹ *Diario de Noticias*, 7 de março de 1884, p.2.

Figura 42 – Propaganda da B. A. Antunes & C. em Manaus.



Fonte: Caccavoni (1898).

Figura 43 – Sede da Filial da B. A. Antunes & C., em Manaus.



Fonte: Caccavoni (1898).

Em 1885, chegava a Belém a canhoneira portuguesa Rio Lima (Figura 44), que estava em viagem de instrução e daqui iria para Manaus³²⁰. Parte da comunidade lusitana estabelecida no Pará ofereceu um baile, na Assembleia Paraense³²¹, para os

³²⁰ *Diario de Belem*, 8 de janeiro de 1885, p.2.

³²¹ Não confundir com a Assembleia Paraense que surgiu no início do século XX, oriunda da Associação do Commercio a Retalho no Pará, na qual o Visconde de Monte Redondo esteve envolvido.

membros que compunham a tripulação da Canhoneira Lima, o que se pode depreender como uma forma de reforçar os laços fraternos entre Portugal e Brasil.

Figura 44 – Canhoneira Lima.



Fonte: Os Rikinhus, 2022.

O baile, que era anunciado como uma reunião familiar, tinha em sua comissão organizadora o Visconde de Santo Elias, o Visconde de Nazaré, o Barão da Matta Bacellar e outros³²². Não se localizou nenhuma descrição do baile em homenagem à canhoneira, mas os portugueses saíram agradecidos do Pará:

As provas de verdadeira estima e as muitas demonstrações de affecto que nos foram sempre dispensadas, tanto por brasileiros como por portuguezes, faziam-nos esquecer de que estavamos em paiz estranho, para só nos lembrarmos de que estavamos entre amigos, cujos dotes generosos de coração se nos manifestavam, tão opulentos como a opulenta natureza americana que os via brotar [...] A's dignas autoridades brasileiras do Pará, aos habitantes nacionaes do paiz, aos nossos laboriosos patricios, e finalmente a illustre commissão promotora do baile que nos acaba de ser offerecido, enviamos no momento da partida um saudoso e vivissimo aperto de mão, e a singular expressão do nosso inolvidavel reconhecimento, offerecendo a todos, com a melhor vontade, os nossos serviços, em qualquer parte do mundo onde a fortuna nos leve.³²³

Em uma mudança de rota para Pernambuco³²⁴, Augusto de Castilho, comandante da embarcação, ao agradecer, ainda elencava o que aproximava os portugueses e os brasileiros, mostrando que, sem dúvida alguma, aquela visita ao

³²² *Diario de Belem*, 13 de janeiro de 1885, p.2. Participavam também da comissão o Comendador Antonio Homem de Loureiro Siqueira, Domingos José Dias, Capitão Tenente Raymundo Joaquim R. de Lamare, T.I.S. Green, D. Barreau e Dr. Fernando Costa.

³²³ *Diario de Noticias*, 16 de janeiro de 1885, p.2.

³²⁴ *Diario de Noticias*, 15 de janeiro de 1885, p.3.

Pará, comemorada com bailes e festas, consolidou mais ainda as relações luso-paraenses.

Sobre a família do Visconde de Nazaré, as informações são mais completas que de seu primo Antunes Sobrinho: seus pais se chamavam Antonio José Antunes e Dona Anna Joaquina Antunes, ele falecido em março de 1877³²⁵, e ela, em data desconhecida. Como registra Cancela (2006), naquele momento, o casar-se e apadrinhar eram formas de construir relações de poder, manter fortunas, construir laços comerciais e redes de apoio³²⁶. Nesse sentido, Bernardo Antonio Antunes casou-se com Maria Josepha Ferreira de Brito, que, ao se casar, se tornou Maria Josepha Ferreira de Brito Antunes, filha do Capitão José Ferreira de Brito e de Maria de Jesus Ferreira de Brito³²⁷, faleceu com 60 anos de idade em 22 de dezembro de 1882³²⁸.

O casal teve seis filhos, Bernardo de Brito Antunes³²⁹, Rosa Josephina de Brito Antunes, Maria Leonor de Brito Antunes³³⁰, João de Brito Antunes (ANTUNES, 2017), Guilhermina de Brito Antunes Monteiro³³¹ e José³³². Todos tiveram descendência e um deles, João de Brito Antunes, acabou se casando com a senhora Leopoldina Danin Lobo³³³. Ao se casarem, em 1882, os padrinhos foram os próprios Viscondes de Nazaré e os Viscondes da Matta Bacellar³³⁴. Ela era descendente da família Lobo, que já havia se entrecruzado com a família Antunes em outros momentos. O Visconde

³²⁵ *O Liberal do Pará*, 18 de março de 1877, p.2.

³²⁶ Complementando a informação sobre casamentos e formação de elites, Marin (1985) demonstra que existia uma relação, no período colonial, entre o casamento e a transmissão da propriedade de terra e como isso se transmutou ao longo do século XIX com o avanço do capital, trazendo, assim, novos motivos para a construção de laços matrimoniais.

³²⁷ A sogra de Bernardo Antonio Antunes faleceu em 14 de novembro de 1877 (*O LIBERAL DO PARÁ*, 18 de novembro de 1877, p.2). Um exemplo de como as redes familiares são acionadas nesse período do século XIX é percebendo que, no inventário de Maria de Jesus Ferreira de Brito, ela deixou um valor em dinheiro para Antonio José Antunes Sobrinho (ainda não era Visconde de Penedo) por ele ter ajudado financeiramente o filho dela, José Ferreira de Brito Upton, quando estava em Portugal (*INVENTÁRIO...*, 1913).

³²⁸ *O Liberal do Pará*, 23 de dezembro de 1882, p.3.

³²⁹ *O Liberal do Pará*, 19 de agosto de 1884, p.2.

³³⁰ ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Processo de Requerimento de Passaporte de Visconde da Nazaré (1885).

³³¹ Ela se casou com Joaquim Martins Monteiro, e tiveram um filho chamado Samuel Antunes Monteiro, que faleceu ainda criança (*O LIBERAL DO PARÁ*, 29 de março de 1889, p.2). Ela teve mais um casal de filhos com Joaquim Martins Monteiro e faleceu em 1907 (*JORNAL DO COMMERCIO*, 21 de fevereiro de 1908, p.2).

³³² *Inventário...* (1913).

³³³ Esse casamento deu origem ao ramo Lobo Antunes da família. Os descendentes diretos desse ramo contam com diversos indivíduos de relevo, como João Alfredo de Figueiredo Lobo Antunes, João Lobo Antunes, Manuel Lobo Antunes, António Lobo Antunes e outros, descendentes diretos do Visconde de Nazaré.

³³⁴ *A Constituição*, 13 de março de 1882, p.1.

de Penedo e Bruno Lobo trabalhavam juntos na gestão da Beneficente Portuguesa, e o Visconde de Nazaré participava do Grêmio Português, assim como outros indivíduos da família Lobo.

O Visconde de Nazaré já estava estabelecido em Portugal quando faleceu em 28 de novembro de 1905³³⁵. Após seu falecimento, a empresa que possuía, B. A. Antunes & C.^a. (Figuras 45 e 46), que já havia se desenvolvido bem durante o século XIX, foi crescendo exponencialmente ao longo do século XX, até se tornar, segundo Weinstein (1993), uma das três maiores casas aviadoras do seu tempo, e foi liquidada³³⁶ por seu sócio, genro e compadre Joaquim Martins Monteiro a fim zelar pela dissolução e não permitir que os herdeiros fossem lesados na divisão. Todos os débitos que poderiam existir deveriam ser pagos com dinheiro em caixa da B. A. Antunes e C.^a.

Figura 45 – Propaganda da B. A. Antunes & C.^a.



Fonte: Caccavoni (1898).

³³⁵ *Jornal do Commercio*, 29 de novembro de 1905, p.3.

³³⁶ *Jornal do Commercio*, 2 de dezembro de 1905, p.3.

Figura 46 – Sede da Firma B. A. Antunes & C.^a.

Fonte: Caccavoni (1898).

Como informa Tavares (2016), a partir da análise de inventários, o investimento patrimonial dos portugueses nesse período de consolidação e expansão do comércio gomífero se deu principalmente em casas comerciais, lojas e comércios, além do investimento em imóveis, seguido de dinheiro e ações comerciais. Isso pode ser visto tanto ao longo da trajetória do Visconde de Penedo quanto do Visconde de Nazaré e difere no capital acumulado pelo Visconde de Monte Redondo, que estava centralizado essencialmente em investimentos em ações, como dito anteriormente.

A divisão do testamento³³⁷ ocorreu da seguinte maneira: para cada uma das filhas, o Visconde deixou a quantia de dez contos de réis, bem como para cada um dos netos³³⁸. Deixou para a senhora Adelaide Ferreira de Brito³³⁹ um conto de réis. Para as sobrinhas Etelvina e Thereza, trezentos mil réis para cada uma, e, para os sobrinhos José e João, duzentos mil réis para cada, todos filhos de sua irmã Delfina.

³³⁷ *Inventário...*, 1913.

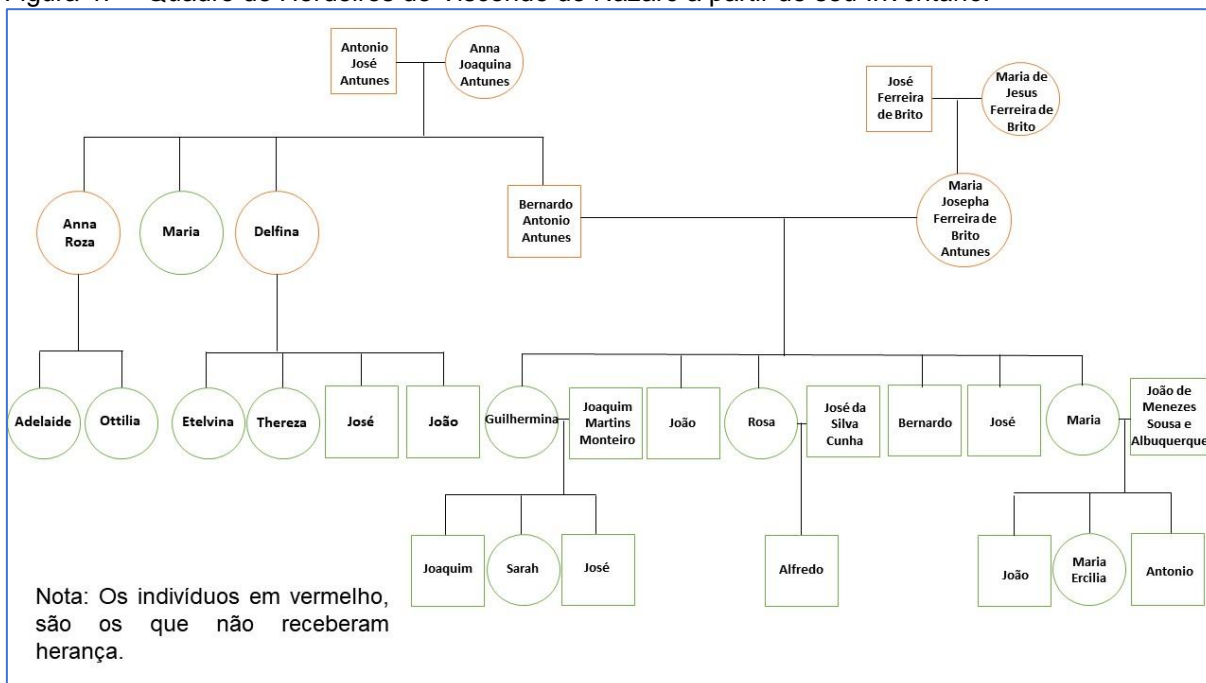
³³⁸ Foram identificados sete netos.

³³⁹ Não se conseguiu identificar quem era, possivelmente alguém da família da falecida esposa do Visconde.

Sua irmã Maria, se sobrevivesse, legaria um conto de réis, e para as sobrinhas Adelaide e Ottilia, filhas da falecida irmã Anna Roza, trezentos mil réis.

Observando os bens deixados (Figura 47), a filha Maria ficou com a mobília do quarto de verão e para ela com o esposo dez contos de réis “como reconhecimento pela companhia que o fizeram quando estava doente e muitas vezes nem podia sair de casa” (INVENTÁRIO..., 1913). O relógio de ouro que usava não era dele e sim do genro João de Menezes Souza de Albuquerque, como informa no testamento incluso no *Inventário*, que o havia emprestado há anos. Para ele, também ficaram cadeira e medalha que o eram de uso do Visconde.

Figura 47 – Quadro de Herdeiros do Visconde de Nazaré a partir de seu *Inventário*.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Inventário...* (1913).

O filho José de Brito Antunes devia ao pai uma quantia de trezentos e sessenta e um contos seiscentos e quatro mil trezentos e vinte e quatro réis, da qual lhe eram perdoados os juros do ano de 1902. Desejava que seu velório fosse realizado com decência, ficando a cargo de seus filhos, e deixava claro que não devia pessoa alguma. Declarava que as duas casas em que morava estavam no nome de seu filho Bernardo de Brito Antunes, porém tudo que existia dentro dos imóveis era do Visconde, exceto a mobília do quarto do filho. Eram também do Visconde as roupas de mesa e cama, identificadas com o monograma B. A.

Para as obras de caridade, deixou a quantia de um conto de réis para a Santa Casa de Misericórdia e um conto de réis para o Hospital dos Lázaros do Tucunduba,

dois contos de réis para a Sociedade Portuguesa de Beneficência e duzentos mil réis para a Sociedade de Beneficência Brasileira em Lisboa. O restante de seus bens seria dividido entre os filhos. Finalizou seu testamento agradecendo a todos os amigos do baixo e alto Amazonas, pela estima e consideração. E, assim, foi a vida de um imigrante que conseguiu conquistar grande fortuna e retornar para Portugal com título de nobreza. Esta é uma das várias histórias da *Belle Époque* Luso-Paraense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas presentes na trajetória das cidades as apresentam como elementos em constantes transformações, fluxos, efervescências, movimentos, interrupções e continuidades que se (re)escrevem ao longo do tempo. Belém, capital do Estado do Pará, que, no período de 1870 a 1914, se inseriu no denominado período da *Belle Époque*, deparou-se com essas dinâmicas, quando ocorreram mudanças estruturais significativas para ela e para os que nela transitavam. É possível perceber, nesse período, um frenético fluxo de capitais e pessoas gerando novas relações e modificações sociais, gerando também transformações urbanas.

Nesse cenário, houve um fluxo significativo de imigrantes europeus que se deslocaram para a Amazônia com o mais variados perfis e objetivos, destacando-se, no caso deste estudo, os portugueses. Os objetivos propostos para a realização deste trabalho foram alcançados a partir da interconexão de fontes e de uma bibliografia diversificada, que contribuíram para o entendimento e o traçado da trajetória dos indivíduos analisados – Visconde de Monte Redondo, Visconde de Penedo e Visconde de Nazaré –, estabelecendo as conexões existentes entre eles e a cidade de Belém, polo atrativo de pessoas e capitais, que se modificava para atender as novas demandas do capital e dos grupos que se estabeleceram na cidade entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Assim, a cidade de Belém foi colocada no cenário a partir das conexões com a história desses imigrantes que se tornaram nobres ao conquistar fortuna e comprar suas titularidades nobiliárquicas.

A partir deste trabalho, descortinou-se a Belém em que muitos imigrantes chegavam em busca de melhoria de vida proporcionada pela extração e pelo comércio do látex. Nessa urbe que se inseriu no mercado internacional, começaram a surgir inúmeras instituições e empresas que a cidade demandava naquele momento, sejam as mutualistas ou de caridade para os diversos grupos sociais que aqui estavam, sejam as novas empresas financeiras e/ou de infraestrutura urbana. Por meio dessas instituições, empresas e relações construídas em Belém, esses homens, até então imigrantes, invisíveis e/ou desconhecidos da contemporaneidade, foram analisados no trabalho. Desenvolveram suas estratégias de inserção social, política e econômica que os levaram a projeção na sociedade local e nas suas cidades de origem.

No caso de Joaquim Antonio de Amorim, o Visconde de Monte Redondo, sua inserção ocorreu por meio do comércio, mas principalmente mediante a criação da Garantia da Amazônia. Foi importante analisar a criação da Garantia da Amazônia, por Joaquim Antonio de Amorim, e a sua atuação junto à empresa, visto que ela foi a primeira grande companhia de seguros das regiões norte e nordeste do Brasil. Ela fez parte das novas necessidades que a cidade de Belém suscitava, atuando no ramo de seguros, e o Visconde de Monte Redondo atuou nela como diretor e uma espécie de relações públicas.

Antonio José Antunes Sobrinho, o Visconde de Penedo, por sua vez, desenvolveu outro tipo de estratégia para se inserir na comunidade local: atuou no comércio e na especulação imobiliária, mas as ações de benemerência foram fundamentais para despontar na comunidade lusitana no Pará. A sua atuação na Beneficência Portuguesa e com a construção do novo hospital foi um projeto considerado chave para a cristalização de sua memória na história da cidade. Desse modo, tornou-se um dos grandes exemplos diante da comunidade portuguesa no Pará.

Quanto a Bernardo Antonio Antunes, o Visconde de Nazaré, foi um dos indivíduos que investiram intensamente em vários modais que se tornaram necessários para a dinamização econômica na cidade, se tornando um dos indivíduos mais ricos da região. Diferente do primo, Antonio José Antunes Sobrinho, atuou em ações de caridade, principalmente voltadas à sua terra natal e não aos paraenses ou à comunidade portuguesa estabelecida no Pará.

Deve ser ressaltado o que é comum aos três, ou seja, a possibilidade de aquisição de um título de nobreza, o que lhes agregava um valor simbólico e também era uma forma de demonstrar o sucesso, o triunfo do imigrante em terras distantes. Ainda que eles fossem sujeitos de destaque na comunidade portuguesa no Pará, eram vistos de maneiras diferentes por portugueses e brasileiros. No Brasil, esses indivíduos eram lusitanos e, em Portugal, eles eram brasileiros, talvez o não lugar de luso-paraenses seja a melhor forma de enquadrar esses indivíduos que, mesmo estando imersos nas comunidades em que viviam, aos olhos dos outros, continuavam sendo estrangeiros.

Para além disso, os três se casaram com pessoas da sociedade paraense e aqui constituíram família, sendo também essa uma forma de construir relações e ascender socialmente.

A partir do estudo de caso dessas trajetórias de sucesso dos viscondes, foi possível compreender também a vida de outros indivíduos portugueses que vieram ao Brasil nas mesmas condições. Ressalta-se aqui que tais trajetórias não foram iguais, porém se assemelham em diversos momentos: a forma de chegada à Amazônia, as estratégias desenvolvidas para se inserir nessa nova sociedade, a alocação de suas fortunas e a compra dos títulos de nobreza. Foi possível perceber como eles construía suas imagens para deixar para a posteridade e que agentes os auxiliavam na sustentação ou não dessas construções. Além disso, se compreendeu a atuação de indivíduos da nobreza portuguesa abastada durante boa parte dos séculos XIX e XX, redescobrendo esses sujeitos ilustres que fizeram parte da história da cidade e os tirando do esquecimento.

A partir desta pesquisa, desdobramentos futuros poderão ser dinamizados, como o mapeamento de nobres de outras nacionalidades que atuaram na cidade de Belém, analisando caso a caso as suas contribuições, as relações e as disputas para/na cidade de Belém. Também é possível começar a construir as teias de relações por eles desenvolvidas e as instituições às quais estavam vinculados em escalas local, nacional e internacional, assim como identificar outros portugueses que seguiram os passos dos três estudados neste trabalho, destacando-se no cenário local e a partir da aquisição de títulos nobiliárquicos.

Com a presente pesquisa, foi possível descobrir, embora sem o devido aprofundamento, a trajetória de outros nobres, o que poderá ajudar a dar continuidade ao projeto de recuperação da história da nobreza luso-paraense. É fundamental conhecer outras trajetórias que foram construídas na Amazônia bellepoqueana, assentada na economia da borracha, assim será possível espanar a poeira que teima em encobrir as histórias desses indivíduos que vieram do além-mar para enriquecer na Amazônia, e alguns conseguiram.

FONTES

A CONSTITUIÇÃO, 15 de janeiro de 1877, p.2.

A CONSTITUIÇÃO, 24 de março de 1882, p.1.

A CONSTITUIÇÃO, 27 de março de 1879, p.2.

A CONSTITUIÇÃO, 2 de abril de 1886, p.3.

A CONSTITUIÇÃO, 1 de junho de 1886, p.2.

A CONSTITUIÇÃO, 5 de outubro de 1882.

A CONSTITUIÇÃO, 3 de novembro de 1881, p.1.

A CONSTITUIÇÃO, 24 de novembro de 1884, p.2.

A EPOCHA, 19 de janeiro de 1859, p.4.

A EPOCHA, 7 de fevereiro de 1859, p.4.

A EPOCHA, 10 de fevereiro de 1859, p.4.

A EPOCHA, 14 de julho de 1859, p.4.

A EPOCHA, 26 de julho de 1859, p.3.

A EPOCHA, 20 de agosto de 1859, p.3.

A HORA, 10 de março de 1919, p.2

A IMPRENSA, de 7 de abril de 1910.

ALBUM DA COLONIA PORTUGUESA NO BRASIL, 1929. Blog do Laboratório Virtual da FAU ITEC UFPA Belém. Disponível em: <https://fauufpa.org/wp-content/uploads/2015/09/album-da-colonia-portuguesa-no-brasil.pdf>. Acesso em 22 set. 2021.

ALMANACH DO DIARIO DE BELEM, 1878, p.83.

ALMANACH DO DIARIO DE BELEM, 1879, p.131.

ALMANAK PARAENSE, 1883, p.264.

ALMANAK PARAENSE, 1883, p.335.

ALMANAK HENAULT, 1910, p.1050.

AMASONAS, 10 de fevereiro de 1884, p.2.

AMASONAS, 30 de maio de 1868, p.4.

A NAÇÃO, 3 de março de 1874, p.3.

ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO, 1943, p.129.

ANTUNES, Antônio Lobo. A minha família. 2017. **Visão**. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/ponto-de-vista/2017-02-23-a-minha-familia/>. Acesso 25 jun. 2022.

ANTUNES, Antônio Lobo. Só escrevo obras impossíveis. In: GIRON, Luis Antonio. **Revista Época**, 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI81707-15220,00-SO+ESCREVO+OBRAS+IMPOSSIVEIS.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

A PACOTILHA, 9 de fevereiro de 1898, p.3.

A PACOTILHA, de 09 de maio de 1910, p.2.

A PACOTILHA, 6 de setembro de 1899, p.3.

A REPUBLICA, 23 de outubro, de 1890, p.3.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo do IHGSP. Fundo Theodoro Braga. **Dossiê Consulado – Portugal**.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo do IHGSP. Fundo Theodoro Braga. **Dossiê Garantia da Amazônia**.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. **Registro Geral de Mercês de D. Luís I, livro 32**, folha 123. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2039921>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. **Registro Geral de Mercês de D. Luís I, livro 40**, folha 88, Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2039930>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. **Processo de Requerimento de Passaporte de Visconde de Nazaré**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6099991>. Acesso em 15 abr. 2022.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. **Registro Geral de Mercês de D. Luís I livro 37**, folhas 160 e 161. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2039927>. Acesso em: 15 abr.2022.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. **Processo de Requerimento de Passaporte de Visconde da Nazaré**, 1885. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6099991> . Acesso em 25 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portal da Legislação. **Decreto Nº 1758 de 23 de outubro de 1869**. Dispõe acerca. Autoriza o Governo a conceder a James B. Bond isenção de direitos de todo o material necessario para o assentamento de trilhos de

ferro nas ruas e arrabaldes da Capital da Provincia do Para, e para a construcção de uma estrada de ferro entre a mesma Capital e a Cidade de Bragança. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1758-23-outubro-1869-552581-norma-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 6837, de 16 de fevereiro de 1878**. Dispõe acerca da aprovação com alterações, os estatutos da Companhia de seguros Paraense, e autoriza-a a funcionar. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/411173/publicacao/15628931>. Acesso em 7 jul. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 8543 de 20 de maio de 1882**. Dispõe acerca da aprovação com modificações dos estudos da Companhia de bonds – Paraense, e autoriza-a para funcionar. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/414251/publicacao/15780983>). Acesso em: 7 jul. 2011.

CACCAVONI, Arthur. **Álbum descrittivo del Pará**. Gênova: F. Armanino, 1898.

CACCAVONI, Arthur. **Álbum descritivo Amazônico**. Gênova: F. Armanino, 1899.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA. **Comércio e indústria**: galeria biográfica contemporânea luso-brasileira – 1884-86, v.2. Disponível em:

<https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=88243>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COMMERCIO DO AMAZONAS, 28 de maio de 1874, p.4.

COMMERCIO DE PORTUGAL, 30 de março de 1882, p.2.

COMMERCIO DE PORTUGAL, 29 de julho de 1888, p.2.

CONSERVADOR, 11 de abril de 1889, p.1.

CORREIO DA MANHÃ, 21 de maio de 1888, p.3.

CORREIO DA MANHÃ, 28 de julho de 1888, p.3.

CORREIO DA MANHÃ, 28 de outubro de 1919, p.2.

CORREIO DO NORTE – Orgão Independente. 29 de setembro de 1910, p.1.

COURRIER; BILLITER. (Eds.). **Indicador ilustrado do estado do Pará**. Rio de Janeiro. Courier & Billiter Editores, 1910. Disponível em:

<https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2013/07/24/indicador-illustrado-do-estado-do-para-1910/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DIARIO DA MANHÃ, Orgão do Partido Constructor, 21 de outubro de 1919, p.2.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Assembleia da República. 1ª série – n.º 19 – 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

DIARIO DE BELEM, 8 de janeiro de 1885, p.2.

DIARIO DE BELEM, 13 de janeiro de 1885, p.2.

DIARIO DE BELEM, 28 de janeiro de 1882, p.2.

DIARIO DE BELEM – Orgão Especial do Commercio, 26 de fevereiro de 1881, p.1.

DIARIO DE BELEM, 26 de fevereiro de 1885, p.3.

DIARIO DE BELEM, 10 de março de 1885, p.3.

DIARIO DE BELEM, 16 de março de 1882, p.3.

DIARIO DE BELÉM, 21 de março de 1869, p.2.

DIARIO DE BELÉM, 25 de março de 1869, p.3.

DIARIO DE BELEM, 25 de março de 1885, p.1.

DIARIO DE BELÉM, 2 de abril de 1876, p.1.

DIARIO DE BELÉM, 13 de abril de 1869, p.3.

DIARIO DE BELEM, 3 de maio de 1882, p.1.

DIARIO DE BELEM, 7 de maio de 1882, p.2.

DIARIO DE BELEM, 6 de julho de 1882, p.2.

DIARIO DE BELÉM, 12 de julho de 1876, p.2.

DIARIO DE BELEM, 3 de agosto 1883, p.3.

DIARIO DE BELEM, 12 de agosto de 1885, p.1.

DIARIO DE BELEM, 4 de setembro de 1883, p.1-2.

DIARIO DE BELÉM, 4 de outubro de 1872, p.2.

DIARIO DE BELÉM, 24 de outubro de 1874, p.3.

DIARIO DE BELEM, 25 de outubro de 1883, p.3.

DIARIO DE BELEM, 28 de outubro de 1884, p.2.

DIARIO DE BELEM, 23 de novembro de 1884, p.2.

DIARIO DE BELEM, 7 de dezembro de 1884, p.2.

DIARIO DE MANÁOS. Propriedade de uma Associação, 28 de novembro de 1893, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 15 de janeiro de 1885, p.3.

DIARIO DE NOTICIAS, 16 de janeiro de 1885, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 7 de março de 1884, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 29 de abril de 1897, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 30 de abril de 1882, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 2 de maio de 1882, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 7 de maio de 1882, p.3.

DIARIO DE NOTICIAS, 13 de maio de 1897, p.1.

DIARIO DE NOTICIAS, 27 de julho de 1897, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 20 de junho de 1888, p.1.

DIARIO DE NOTICIAS, 21 de junho de 1888, p.3.

DIARIO DE NOTICIAS, 10 de agosto de 1897, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 31 de agosto de 1897, p.3.

DIARIO DE NOTICIAS, 27 de setembro de 1881, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 6 de novembro de 1881, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS, 12 de novembro de 1881, p.2.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 18 e 19 de abril de 1870, p.2.

ESCRITÓRIO DE ARTES MIGUEL SALLES, 2017. **Companhia de Seguros Paraense**. Terrestres. Marítimos. Fundada em 1878. Sede Belém - Pará – Brazil. Aquarela. Quadros, Lote 292. 07 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=3306335&ctd=327>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ESTADO DO PARÁ, 2 de janeiro de 1916, p.2.

ESTADO DO PARÁ, 29 de abril de 1916, p.1.

ESTATUTOS DA BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENFICENTE DO PARÁ. Belém: Livraria Gillet, 1934. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FOLHA DO NORTE, 19 de janeiro de 1897, p.1.

FON-FON, 16 de julho de 1910.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo**, (Coleção Francisco Rodrigues). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=125504. Acesso em 13 mar. 2020.

GARANTIA DA AMAZÔNIA. **Estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos contra a Vida**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Disponível em: https://cmamazonia.sharepoint.com/Estatutos/Forms/AllItems.aspx?id=%2FEstatutos%2FDocumentos%20digitalizados%2FCaixa%201A%20%2D%20NO%20SITE%2FSociedade%20de%20Seguros%20M%C3%BAtuos%20Sobre%20a%20Vida%20%2D%20Garantia%20da%20Amaz%C3%B4nia%20%2D%20Fund%201897%20%2D%200Est%201906%2Epdf&parent=%2FEstatutos%2FDocumentos%20digitalizados%2FCaixa%201A%20%2D%20NO%20SITE&p=true&originalPath=aHR0cHM6Ly9jbWFTYXpvcmlhLnNoYXJlcG9pbmQuY29tLzpiOi9nL0VjU2wycWhfR3haTW5acmFrWDg2Z3hJQnJiY3RON1kwU3lxcmhOLTM5WG9teEE_cnRpbWU9RHfoelk3aVEyRWc. Acesso em: 10 abr. 2019.

GAZETA DE NOTICIAS, 29 de abril de 1898, p.1.

GAZETA DE NOTICIAS, 13 de maio de 1883, p.1.

GAZETA DE NOTICIAS, de 27 de junho de 1897.

GAZETA DE NOTICIAS, 23 de julho de 1899, p.2.

GAZETA DE NOTICIAS, 20 de agosto de 1899, p.1.

GAZETA DE NOTICIAS, 28 de agosto de 1881, p.1.

GAZETA DE NOTICIAS, 18 de novembro de 1899, p.2.

GAZETA DE NOTICIAS, 22 de novembro de 1899, p.3.

GAZETA DE NOTICIAS, 25 de novembro de 1881, p.2.

GAZETA DE NOTICIAS, 28 de novembro de 1916, p.1.

GAZETA DE NOTICIAS – Sociedade Anonyma, N^o4, 1912, p.6.

GAZETA OFFICIAL, de 4 de janeiro de 1859.

GAZETA OFFICIAL, 12 de janeiro de 1859, p.2.

GAZETA OFFICIAL, 17 de março de 1859, p.4.

GAZETA OFFICIAL, 7 de dezembro de 1859, p.2.

GENEALL. **Viscondes de Monte Redondo**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/824/viscondes-de-monte-redondo/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HISTÓRIA DA SOCIEDADE PORTUGUEZA BENEFICIENTE DO PARÁ. Belém: Livraria Gillet de Torres & Cia, 1914.

ILLUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 3 de setembro de 1910, p.11.

IGARAPÉ-MIRI. **Barão e Baronesa de Igarapé-Miri**, 2022. Disponível em: <https://igarapemiri.pa.gov.br/o-municipio/historia>. Acesso em: 8 mar. 2022.

IMPRESSÕES DO BRAZIL NO SÉCULO VINTE, 1913. Blog do Laboratório Virtual FAU-ITEC-UFPA. Disponível em: <https://fauufpa.org/2011/02/04/5209/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022. **Borba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/borba/historico>. Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. Arquivo Palma Muniz. **Fundo da Santa Casa de Misericórdia do Pará**, Livro de Sepultamentos, n.º 10.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. Arquivo Palma Muniz. **Fundo da Santa Casa de Misericórdia do Pará**, Livro de Sepultamentos, n.º 27.

INVENTÁRIO DO VISCONDE DE MONTE REDONDO. Universidade Federal do Pará. Centro de Memória da Amazônia, 18 de janeiro de 1935.

INVENTÁRIO DO VISCONDE DE NAZARETH. Universidade Federal do Pará. Centro de Memória da Amazônia, 25 de agosto de 1913.

JORNAL DO BRASIL, 28 de dezembro de 1934, p.10.

JORNAL DO COMMERCIO, 2 de janeiro de 1913, p.3.

JORNAL DO COMMERCIO, 21 de fevereiro de 1908, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 23 de julho de 1899, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 25 de julho de 1899, p.3.

JORNAL DO COMMERCIO, 10 de agosto de 1877, p.4.

JORNAL DO COMMERCIO, 10 de agosto de 1919, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 14 de agosto de 1919, p.11.

JORNAL DO COMMERCIO, 17 de agosto de 1919, p.7.

JORNAL DO COMMERCIO, 25 de agosto de 1897, p.1.

JORNAL DO COMMERCIO, 28 de agosto de 1919, p.14.

JORNAL DO COMMERCIO, 7 de outubro de 1919, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 29 de novembro de 1905, p.3.

JORNAL DO COMMERCIO, 2 de dezembro de 1905, p.3.

JORNAL DO COMMERCIO, 7 de dezembro de 1899, p.6.

JORNAL DO COMMERCIO, 16 de dezembro de 1883, p.2.

JORNAL DO COMMERCIO, 25 de dezembro de 1899, p.19.

JORNAL DA NOITE, 17 de maio de 1888, p.3.

JORNAL DA NOITE, 17 de setembro de 1888, p.2.

JORNAL DO PARÁ, 18 de janeiro de 1867, p.1.

JORNAL DO PARÁ, 15 de julho de 1868, p.2.

JORNAL DO PARÁ, 2 de abril de 1873, p.1.

JORNAL DO RECIFE, 5 de junho de 1888, p.1.

JORNAL DO RECIFE, 16 de janeiro de 1869, p.2.

JORNAL DO RECIFE, 14 de abril de 1886.

JORNAL DO RECIFE, 10 e 11 de setembro de 1870, p.2.

JORNAL DA TARDE, 7 de dezembro de 1878, p.2.

O ECONOMISTA, 1 de julho de 1885, p.2.

O ECONOMISTA, 28 de julho de 1888, p.2.

O IMPARCIAL, 22 de maio de 1897, p.3.

O IMPARCIAL, 25 de julho de 1897, p.2.

- O JORNAL, 23 de março de 1922, p.5.
- O LIBERAL DO PARÁ, 15 de janeiro de 1876, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 16 de janeiro de 1876, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 19 de janeiro de 1877, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 23 de janeiro de 1880, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 1 de março de 1879, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 7 de março de 1879, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 8 de março de 1878, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 18 de março de 1877, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 20 de março de 1877, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 13 de abril de 1877, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 21 de abril de 1877, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 10 de maio de 1882, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 18 de maio de 1883, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 18 de maio de 1877.
- O LIBERAL DO PARÁ, 1 de junho de 1881, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 5 de julho de 1881, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 10 de julho de 1873, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 11 de julho de 1879, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 18 de julho de 1878, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 25 de julho de 1882, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 30 de julho de 1881, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 11 de agosto de 1888, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 14 de agosto de 1875, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 15 de agosto de 1877, p.1.

- O LIBERAL DO PARÁ, 19 de agosto de 1884, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 5 de setembro de 1884, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 11 de setembro de 1881.
- O LIBERAL DO PARÁ, 15 de setembro de 1881, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 24 de setembro de 1884, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 26 de setembro de 1878, p.2.
- O LIBERAL DO PARÁ, 10 de outubro de 1889, p.1
- O LIBERAL DO PARÁ, 28 de outubro de 1875, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 4 de novembro de 1876, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 9 de novembro de 1882, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 23 de novembro de 1882, p.1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 5 ou 6 de dezembro de 1875, p.3.
- O LIBERAL DO PARÁ, 31 de dezembro de 1875, p.2.
- O MATTO-GROSSO, 14 de agosto de 1904, p.4.
- O PAIZ, 19 de fevereiro de 1899, p.2.
- O PAIZ, 8 de abril de 1887, p.3.
- O PAIZ, 21 de maio de 1910, p.13.
- O PARÁ, 29 de abril de 1899, p.2.
- O PHAROL, 23 de maio de 1910, p.2.
- OS RIKINHUS. **Armada Real Portuguesa**: Canhoneiras do Século XIX - Canhoneira “Rio Lima” (1875-1910). Disponível em: <http://osrikinhus.blogspot.com/search?q=rio+lima>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- PORTUGAL. Dicionário Histórico. **Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa**. Disponível em: <https://www.argnet.pt/dicionario/nsconcvv.html> . Acesso em: 20 jul. 2022.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 8 de maio de 1877, p.3.
- REVISTA DO BRASIL, 15 de novembro de 1909, s.p.

REVISTA DO NORTE, 16 de maio de 1902.

REVISTA PARAENSE, n.º 34, 19 de abril de 1910.

REVISTA DA SEMANA, 7 de setembro de 1912.

SAGICOR FINANCIAL CORPORATION LIMITED. **History and transformation of Sagicor**. Disponível em: <https://www.sagicor.com/en/investor-relations/history-transformation>. Acesso em: 25 set. 2020.

SETEMY, Adrianna. Firmo Braga. In: **CPDOC** – FGV, 2009. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAGA,%20Firmo.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SOTHEBY'S. **Lithographs from Righini's Panorama do Pará em Doze Vistas, depicting scenes in Belém and around the large north Brazilian state**, 1867. Disponível em: <https://www.sothebys.com/en/buy/auction/2020/fine-books-and-manuscripts-including-americana/brazil-joseph-leon-righini-lithographs-from>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TREZE DE MAIO, 3 de janeiro de 1856, p.4.

TREZE DE MAIO, 7 de janeiro de 1856, p.4.

TREZE DE MAIO, 24 de janeiro de 1856, p.2.

TREZE DE MAIO, 14 de julho de 1856, p.4.

TREZE DE MAIO, 19 de outubro de 1855, p.1.

TREZE DE MAIO, 30 de outubro de 1855, p.4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro de Memória da Amazônia. **Panorama do Pará em Doze Vistas - J.L Righini**, 1867. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia** – Garcia Redondo. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/garcia-redondo/biografia>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ALMEIDA, Ivone Maria Xavier de Amorim. Revisitando o Círio de Nazaré a partir da lente sociológica de Eidorfe Moreira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, 2015, v. 10, n. 3, p.591-604, set.- dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/8BgRzJJjxXsbgRCWtFqKLhS/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 20 abr. 2022.

ALMEIDA, José Jonas. Os primórdios da exploração da castanha-do-Pará na Amazônia (Séculos XVIII-XX). *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6 e ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA 8, 2016. São Paulo. **Anais [...]**. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 19 a 21 de julho de 2016. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/jose_jonas_almeida.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 340f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13217>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana. *In*: **Novos Estud. – CEBRAP**, São Paulo, n.85, p.131-148, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2020.

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1998, v.13 n.37, junho, p.101-114. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS ALBERGUES NOCTURNOS DE LISBOA. **História**. Disponível em: <https://anocturnos.webnode.pt/historia/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ASSEMBLEIA PARAENSE. **AP 100 anos em revista: páginas da nossa história**. Belém: s.e., 2015. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/01/revista-100-anos-ap.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870**. 283f. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Marcelo (Org.). **Portuguese studies review**. v.14, n.12, Canadá: Trent University, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, 96, II julho 2013. p.105-115. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/B4QLbKSYLfXdCtHFWDnVxfM/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 7 jul. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. Dossiê 1.

BRASIL. Senado Federal. **Justo Chermont**. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1998>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. **Manuel Antônio Pimenta Bueno**. Disponível em:
<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/manuel-antonio-pimenta-bueno> .
 Acesso em: 25 jul.2022.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.8/9, p.35-68, 1985. Disponível em:
http://snh2013.anpuh.org/resources/download/1242402259_ARQUIVO_mariastella.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.9-42.

BRITO, Eugênio Leitão de. **História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará: 1854-1973** – Ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna em 1904 in Jornal do Comércio. Belém: s.e.,1974.

BRITO, Eugênio Leitão de. **História do Grêmio Literário e Recreativo Português**. Belém: Gráfica Santo Antônio Ltda., 1994.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

CANCELA, Cristina Donza. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. In: **Antíteses**. Londrina, v. 9. n. 17, p.136-156, 2016. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21735>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)**. 2006, 343f. Tese (Programa de Pós-graduação em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15012007-171851/pt-br.php>. Acesso em: 2 mar. 2022.

CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade *et al.* (Orgs.). **De colonos a imigrantes i(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013. p.485-499.

CARVALHO, Marcos Antônio de. **Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX**. 2011, 294F. Tese (Faculdade de Letras) – Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63200/2/TESEDOUTMARCOSCARVALHO000161479.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. S.l.: Editora Guimarães, 1955. Disponível em: <https://doceru.com/doc/vs18s5>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, jan./abr. v.5, n.11. p.173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGS, 2002.

COELHO, Geraldo Mártires. Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007. São Leopoldo. **Anais [...]**. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210561_e14b6134b8fcf13eae3a9a1951edbef.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)**. 104f. 2007. Dissertação) Mestrado em História Social da Amazônia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4194/1/Dissertacao_SantaAnnaNery.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

COELHO, Geraldo Mártires. **A lira de Apolo: o mecenato em Antônio Lemos e Augusto Montenegro (1897-1912)**. Belém: Estudos Amazônicos, 2014.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da *Belle Époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. In: **Escritos** (Fundação Casa de Rui Barbosa), Rio de Janeiro, v.

5, p.141-168, 2011. Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_8_Geraldo_Martires_Coelho.pdf. Acesso em: 8 nov. 2021.

COELHO, Anna Carolina de Abreu; SARGES, Maria de Nazaré. De imigrante a rei da borracha: notas sobre a trajetória de João Caetano Gonçalves Viana, o Barão de Gondoriz. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM, Maria Adelina (Orgs.). **O Imenso Portugal** – estudos luso-amazônicos. Belém: UFPA, 2019, v.1, p.163-178.

COLLEVATTI, Jayne. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 29(1), p.223-250, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rs/a/nwbthWcV3smDmLzryVhsHSv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CORREIO BRASILIENSE. Diversão e Arte. **Livro: memórias gregas**. Postado em 09/06/2010. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/06/09/interna_diversao_arte,196781/livro-memorias-gregas.shtml. Acesso em: 27 jun. 2022

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém significado histórico de suas denominações**. Belém: CEJUP, 1992.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Khoisan**. Disponível em:

<https://dicionario.priberam.org/khoisan#:~:text=khoisan%20%7Cc%C3%B2iss%C3%A3%7C&text=1..faladas%20no%20Sul%20de%20%C3%81frica>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). In: **Navigator 20**. 2014, p. 55-69. Disponível em:

https://www.academia.edu/11877230/A_Marinha_de_Guerra_na_Amaz%C3%B4nia_atua%C3%A7%C3%A3o_e_quest%C3%B5es_de_moderniza%C3%A7%C3%A3o_t%C3%A9cnica_final_do_s%C3%A9culo_XIX_e_in%C3%ADcio_do_XX. Acesso em: 30 jan. 2022.

FIGUEREDO, Cybelle Alessandra Rodrigues. **Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como Documento/Monumento**. 2015, 205f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6733>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade

clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.43, janeiro-junho de 2009, p.176-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/6MNpQCG9TLF9bpQQM9TMMtR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera Amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. In: **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n.28.1, sp. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24241/19663>. Acesso em: 15 out. 2019.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. “Imigração e Mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: O caso dos portugueses em Belém do Pará”. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 253-268.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Preferem-se português(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. 363f. 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280764>. Acesso em: 7 jul. 2020.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas: migrações e trajetórias de vidas de portugueses no Pará (1800 – 1850)**. Jundiaí: Paco Editorial. 2018.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a Ferrovia Madeira Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Revista de História**, [S. l.], n. 171, p. 49-82, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89007>. Acesso em: 24 jul. 2021.

HENRIQUE, Márcio Couto. Um jogo absorvente, patricídio e cultura popular no Círio de Nazaré. **Varia História**, Belo Horizonte, 2020, v.36, n.70, p.151-181, jan./abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/G3yZDYLhMTCdfPJ3Rv78W5g/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa: a Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação (1908-1949)**. 108 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202011%20Ana%20Tereza%20Hidaka%20MS%202011>. Acesso em: 15 set. 2020.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Itinerario de exploração do Amazonas á Bolívia**. Belém: Typ. d'A Provincia do Pará, 1887.

LACERDA, Franciane Gama. “Sou Livre”: narrativas e representações de mulheres em Belém do Pará (século XIX). In: **Gênero na Amazônia** – Dossiê, Belém, n. 7-12, jul./dez., 2017. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-7/02-sou-livre-narrativas-e-representacoes.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LANNA, Beatriz Duarte. **Crédito e imperialismo na economia brasileira**: o caso das companhias de seguros (1889 - 1914). 229 f. 2018. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09052018-114849/pt-br.php>. Acesso em: 8 jul. 2020.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima. **Crédito hipotecário no Brasil**: uma análise comparativa entre as praças de Belém e São Paulo (1870-1930). 188f. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/7790>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Os ciclos ficcionais da borracha e a formação de um memorial literário da Amazônia**. 221f. 2014. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Departamento de Teoria Literária e Literaturas. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17742?mode=full>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da; MARCONDES, Renato Silva. Crédito hipotecário na praça de Belém: uma análise da rede baseada em grafos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 13 e CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 14, 2019, Criciúma. **Anais** [...] Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 24 a 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/2019-leonardo-milanez-de-lima-leandro--fabio-carlos-da-silva--renato-leite-marcondes.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. **São Luís** – biografia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIMA, Alexandre Martins de. Pelos trilhos dos tramways: modernidade e urbanidade em Belém do Pará de 1869 à 1947. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 35 anos, 2008, Belém. **Anais** [...]. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 9 a 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://fauufpa.org/wp-content/uploads/2012/04/gt5-453-1484-20081125021830.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

LIMA, Alexandre Martins de; VENTURA NETO, Raul. Da urbana à Pará Electric: os bondes e as novas configurações sócio-espaciais em Belém do Pará. In: **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, julio-septiembre 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccs/2017/03/novas-configuracoes-para.html>. Acesso em: 28 mai. 2022.

LLOYD, R.; FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, J.; WRIGHT A. (Eds). **Impressões do Brasil no Século Vinte**. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain

Publishing Company, Ltd., 1913. Disponível em:
<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOBO, Judá Leão. Representações republicanas, sentidos monárquicos e permanências na transição. In: **Revista Direito e Práxis** [online], Rio de Janeiro, v. 4, p. 164 – 188, 2013. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944517010.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.

LOTIERZO, Tatiana H. P.; SCHWARCZ, Lilia K. M. Raça, gênero e projeto branqueador: “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos. In: **Artelogie**. n.5, out. 2013. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>. Acesso em: 17 mai. 2020.

MACEDO, Sidiana da Consolidação F. de. **Cozinha mestiça**: uma história da alimentação em Belém, fins do século XIX e meados do século XX. 2016, 323f. Tese (Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em:
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8849>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MARCELINO, Douglas Attila. **O corpo da nova república** – funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos**. São Paulo, 1985, 15 (n.º especial): 153-167. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157233>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC. São Paulo: UNESP. Portugal: Instituto Camões, 2000. p.07-18.

MAUÉS, Raymundo Herald. Almoço do Círio: um banquete sacrificial em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 2016, 36(2). p.220-243. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rs/a/WV8vMqWk8wSfv3ZNRZHmKpc/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MEGLIORIN, Leandro. **A companhia de seguros Indemnidade**: história de empresas no Brasil joanino (1808-1822). 166f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em:
https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_MEGLIORINI_Leandro-S.pdf. Acesso em: 18 de jun. 2020.

MELO, Aláudio de Oliveira. João Lúcio de Azevedo – notável historiador luso-brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Para**, Belém, v. XVI e XVII, p.168-173, 1969/1970. Disponível em:
<http://ihgp.net.br/principal/index.php/documentos/category/369-Per%C3%ADodo-%201939-%201970>. Acesso em: 28. abr. 2020.

MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Fancisco Aquinei Timóteo. O

coronelismo bem engomado da Amazônia. In: **A Palavrada**, Bragança, n. 2, jul/dez. p.79-92, 2012.

Disponível em: <https://revistaapalavrada.files.wordpress.com/2014/05/6-ocoronelismo-bem-engomado-da-amazc3b4nia-francielle-maria-modesto-mendes-efrancisco-aquinei-timc3b3teo-queirc3b3s.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MIRANDA, Cybelle Salvador de. Itinerários da saúde na Belém colonial e imperial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 3, 2014, São Paulo. **Anais** [...]. PPGAU/UPM, 20 a 24 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-PCI-001-01-SALVADORMIRANDA.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. As primeiras sociedades médicas do Estado do Pará, Brasil. **Rev. Pan-Amaz. Saúde**, Ananindeua, v.4, n.2, p.11-17, jun. 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232013000200002. Acesso em: 13 mar. 2022.

MIRANDA, Aristóteles Guilliod de. A medicina no Estado do Pará, Brasil: dos primórdios à Faculdade de Medicina. **Rev. Pan-Amaz. Saúde**, Ananindeua, v.1, n.3, p.11-18, set. 2010. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-2232010000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2021.

MORAIS, Laura Trindade de. Entre a fé e o comércio: a disputa pelos Munduruku na missão do Bacabal (1871-1881). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, Natal, 2013. **Anais** [...]. ANPUH, 22 a 26 julho 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364621936_ARQUIVO_EntreafeecomercioAdisputapelosMundurukunamissaodoBacabal_1871-1881_.pdf. Acesso em: 28 mai. 2022.

MORENO, Humberto Baquero. O princípio da época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC. São Paulo: UNESP. Portugal: Instituto Camões, 2000. p.45-56.

NETO, Alda. As 'casas de brasileiros' – dois exemplos no Vale do Sousa, 2011, p.1-22. **Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade**. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para-a-terra-prometida/as-201ccasas-de-brasileiros201d-2013-dois-exemplos-no-vale-do-sousa>. Acesso em: 1 jul. 2022.

NEWITT, Malyn. **Emigration and the sea**: an Alternative history of Portugal and the portuguese. New York: Oxford University Press, 2015.

ORICO, Osvaldo. **Cozinha amazônica**. Belém: UFPA, 1972.

PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. Quando novos marinheiros entram em cena: a (re)composição da marinhagem de Manaus nos primeiros anos do século XX. In:

HISTÓRIA & DEMOCRACIA, PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO. 2018, Guarulhos. **Anais** [...]. UNIFESP, 3 a 6 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1524412124_ARQUIVO_CaioPaiao-Quandonovosmarinheirosentramemcena.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

PAYAR, André Javier Ferreira. **A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos no Rio de Janeiro (1831-1888)**. 240f. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito). Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-27092012-102055/publico/Mestrado_2012_ANDRE_JAVIER_FERREIRA_PAYAR.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.

PANTOJA, Leticia Souto. **Au jour le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890 a 1910)**. 362 f. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13046>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PARÁ. Governo do Estado. **1908 – Album do Estado do Pará**. Paris: Imprimiere Chaponet, 1908.

PECHAMN, Robert Moses. Olhares sobre a cidade. In: PECHAMN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.3-8.

PEREIRA, L. A. de M. Cousas do sertão: Coelho Netto e o tipo nacional dos primeiros anos da República. In: **História Social**, Campinas, n.22/23, p.83-115, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1204>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. v.1.

PORTUGAL. Ordens Honoríficas Portuguesas. **História da Ordem Militar de Cristo**. Disponível em: <https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=120>. Acesso em: 1 jul. 2022.

QUARESMA, Luís Augusto Barbosa. **A Estrada de Ferro Belém – Bragança: para além da integração (1901-1908)**. 2016, 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade da Amazônia, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O processo histórico da economia amazonense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

REIS, João José. **As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**. Niterói, v.22, p.5-30, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 jul. 2022.

RODRIGUES, Victor Russo Fróes. **Do código ao cânone**: cultura jurídica e modernismo literário no Pará nos anos de 1950. 2021, 202f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém 2021. Disponível em:

https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/RODRIGUES_Victor_D_issertacao.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

SALES, Mábila Aline Freitas. Da taberna ao tribunal de comércio: pequenos e grandes negócios de portugueses em Belém. **Tempo**. Niterói, v.26 n.1, jan./abr., p.68-91, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/Y3jTsPjgffQ6QRPMk7vTFcN/abstract/?lang=en>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SALES, Mábila Aline Freitas; MOURÃO, Leila. Viagens da coisa e das ideias: Porto, embarcações e produtos importados nos meados da Belém oitocentista. **Revista Caminhos da História**. Montes Claros. v.16, n.2, 2011. p.101-118. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3297>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971.

SALLES, Vicente. **Épocas do teatro no Grão-Pará ou apresentação do teatro de época**. Tomo 1. Belém: UFPA, 1994.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente**: Antonio Lemos (1869/1973). Belém: Paka-Tatu, 2004.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3.ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, Diego Santos da. A grande epidemia de febre amarela em Belém do Grão Pará (1850). In: SEMINÁRIO NACIONAL DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 17, 2020, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...], UNIRIO, 23 a 27 de novembro de 2020. Disponível em:

https://www.17snhct.sbhct.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1599861466_ARQUIVO_0a97f161035b6d22908d7b96f5f93225.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, Glauce de Fátima Fernandes da; SOUZA, César Augusto Martins de. Pelos caminhos da louvação: a festa de todos os santos na comunidade de Jurussaca. **Nova Revista Amazônica**. Dossiê Amazônia. Belém, 2017, v.5, n.2, junho, p.49-69.

Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6395/5134>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. Descobrimos fortunas, contando histórias: panorama patrimonial de portugueses no Brasil: (Belém, 1870-1909). **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 2017, t. XLVIII, p. 39-59. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/43238>. Acesso em: 29 mar. 2019.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. Para onde foram as “Patacas”? Patrimônio de portugueses na Amazônia (Belém, 1840-1909). **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, 2017, v.25, n.2 [34], p.145-166, jul./dez. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8649587> . Acesso em: 20 fev. 2022.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2016, 177f. Dissertação (Programa de Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7281>. Acesso em: 18 dez. 2022.

TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. **Um viveiro de mestres**: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920). 250f. 2012. Tese (Doutorado em História), PUC, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12746/1/Raimundo%20William%20Tavares%20Junior.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TAVARES, Luciana Rodrigues; XAVIER, Luciana Pedroso. Contrato de seguro de vida e as cláusulas restritivas de direito – suicídio. In: **Percursos**, Curitiba v.1, n.12, p.304-329, jan. 2013. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/538/420>. Acesso em: 24 nov. 2020.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa; SALES, Germana Maria Araújo. A (re)construção dos laços luso-brasileiros em jornais paraenses do século XIX. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA – ABRALIC, 14, 2014, Belém. **Anais Eletrônicos** [...]. UFPA, 24 a 26 de setembro de 2014. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2014_1434480402.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

TELLES, Angela Maria Cunha da Motta. Do Rio para o mundo na rota do café: as exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.53, 2020. p.44-76. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/download/182/118/789>. Acesso em: 18 jun. 2022.

TORRES, Mauricio. De seringais, gateiros e garimpos: o Alto Tapajós e a resistência de suas gentes. In: SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de (Org.). **Tapajós**:

hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular. São José dos Campos: ITA/TCA, 2014. p.37-62.

TOSCANO, Taís Zumer P; QUARESMA, Luís Augusto Barbosa. Uma casa de festas e velórios: o Palacete Pinho. In: SARGES, Maia de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM, Maria Adelina (Orgs.). **O Imenso Portugal** – estudos luso-amazônicos. Belém: UFPA, 2019, v.1, p.315-333.

TUPIASSU, Amarilis. **Serzedello Corrêa fascinador do rei**. Belém: Tribunal de Contas do Estado do Pará, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Laboratório Virtual. **A Villa Mac Dowell foi rebatizada Villa Amazonia**, 2020. Disponível em: <https://fauufpa.org/2016/03/04/a-villa-mac-dowell-foi-rebatizada-villa-amazonia/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VALADARES, Marcos da Silva. Luzes e sombras na belle époque: a iluminação elétrica como produto socioespacial na modernização de Belém (1894-1904). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. ANPUH, 19 a 23 julho 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628555997_ARQUIVO_ce6179de70bb36b000e9ae42e1aa910f.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

VERAS, Humberto de Campos. **Memórias 1ª parte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Marisa, 1933.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. Histórias de "movimentos": embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.27, n.1, p.193-210, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/11.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2019.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. 2.ed. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989.